



RELATÓRIO E CONTAS 2019 Hospital Garcia de Orta

HGO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ACTA Nº 32/2020
25/06/2020

Luís Amaro
Presidente do Conselho
de Administração

Luís Amaro

Versão final, aprovada em reunião de CA de 25 de Junho de 2020, conforme evidenciado no Extrato de Ata, apenso ao documento

ALMADA, 25 DE JUNHO DE 2020

Sofia Ferreira

Sofia Ferreira
Vogal Executiva

Paula Realista

Paula Realista
Enfermeira Diretora



SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Nuno Marques
Nuno Marques
Diretor Clínico

Índice

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	4
2. APRESENTAÇÃO.....	6
2.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	6
2.2. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	6
2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
2.4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	8
2.5. CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL (CARTEIRA DE SERVIÇOS).....	10
3. RECURSOS.....	12
3.1. RECURSOS HUMANOS.....	12
3.2. RECURSOS FÍSICOS E TÉCNICOS.....	15
3.3. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO.....	16
4. ATIVIDADE CLÍNICA.....	18
4.1. CONSULTAS EXTERNAS.....	19
4.2. INTERNAMENTO.....	23
4.3. ATIVIDADE CIRÚRGICA.....	27
4.4. URGÊNCIA.....	29
4.5. HOSPITAL DE DIA.....	31
4.6. BLOCO DE PARTOS.....	33
4.7. PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA.....	35
4.8. INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ.....	36
4.9. COLHEITA E TRANSPLANTAÇÃO.....	37
4.10. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA.....	39
4.11. ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE.....	40
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	44
5.1. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO.....	44
5.1.1. GASTOS.....	45
5.1.2. RENDIMENTOS.....	50
5.2. COMPRAS.....	53
5.3. INVESTIMENTOS.....	54
5.4. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	56
INDICADORES ESTRUTURA CAPITAIS.....	56
6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	58
6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO.....	58
6.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO.....	60
6.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES.....	60
6.4. RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA.....	61
6.5. ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES.....	62
6.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO.....	63
6.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS.....	63
6.8. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS POR GÉNERO - Nº 2 DA RCM Nº 18/2014 DE 7 MARÇO.....	63
6.9. RELATÓRIO SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	65
6.10. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	65
6.11. ADESAO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS.....	66
6.12. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS.....	67
6.13. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO.....	67
6.14. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....	68
6.15. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO PORTAL DA DGTF.....	68
7. INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE.....	69
7.1. ESTIMATIVA DE PROVEITOS-DEZEMBRO 2019.....	69

2
Ant
M

7.2 NÍVEL DE CUMPRIMENTO DAS METAS CONTRATADAS – CONTRATO PROGRAMA 2019	70
7.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO PROGRAMA 2019 E CONTRATOS ANTERIORES POR VALIDAR/ENCERRAR.....	76
7.4 FATURAÇÃO LÍQUIDA EMITIDA PARA INSTITUIÇÕES DO SNS (>100M €).....	76
7.5 INFORMAÇÃO RELATIVA AOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO ANO 2019 (>100M €).....	76
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	77
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	78
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	109
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	113
ANEXO – ATA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2019	119


dot
ad
mm.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Hospital Garcia de Orta E.P.E. (HGO), para além da assistência direta às populações dos concelhos de Almada e Seixal, dá resposta às necessidades dos doentes referenciados, cada vez em maior número, pelos centros hospitalares da Península de Setúbal, como hospital de “fim de linha” e urgência polivalente, sendo também procurado pelas populações e hospitais de outras regiões, em particular do Sul do país, para os quais é referência de fim de linha em várias áreas de maior diferenciação.

É reconhecida a excelência que o HGO garante no domínio da Qualidade, tendo obtido a acreditação pelo CHKS, num processo internacional de certificação da qualidade, dando nota do nosso forte compromisso institucional com os processos de melhoria da qualidade. O Hospital integrou, por outro lado, em 2019, o grupo de instituições EPE abrangidas pelo projeto de (anunciada) devolução de competências gestionárias, a par com garantia de financiamento operacional mais adequado.

O atual Conselho de Administração, responsável pela entrega das Contas de 2019, e que se encontra em funções desde 22 de Abril de 2019, considera absolutamente fundamental que o HGO recupere uma efetiva autonomia de gestão e lhe seja confiada capacidade de decisão para assegurar a gestão corrente e a gestão estratégica da sua atividade, seja ao nível da gestão dos seus recursos humanos, seja ao nível dos principais investimentos. Nesse sentido, foi feito um enorme esforço de submissão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) do HGO para 2019, logo cerca de um mês após início de funções, em maio de 2019. Todavia, o PAO 2019 não mereceu feedback por parte das entidades competentes, nem aprovação por parte da Tutela, pelo que não pôde ser potenciada nenhuma vantagem da inclusão no projeto de autonomia de gestão referido, apesar de dever ser sublinhado que o HGO beneficiou, em 2019, de um financiamento operacional mais adequado à sua estrutura de gastos operacionais, em virtude de, no contexto desse projeto, ser o Hospital mais eficiente do grupo de Hospitais comparáveis (Grupo D).

Sobre o ano de 2019, há ainda a realçar o facto de apesar de ser um ano de transição de Conselhos de Administração – processo que porventura se arrastou no tempo um pouco para lá do que seria desejável -, e apesar do fortíssimo impacto que as greves cirúrgicas dos meses iniciais do ano tiveram no acesso dos nossos utentes aos cuidados de que necessitavam (em especial cirúrgicos), houve progressos na atividade realizada em 2019 convertida em doentes-padrão, que registou um ligeiro acréscimo de 0,3% face a 2018 (mais 192 doentes padrão), mantendo a tendência crescente dos últimos anos, bem como no próprio domínio do Acesso.

Com efeito, relativamente ao acesso à atividade cirúrgica, o HGO registou uma procura crescente, refletindo a tendência de há vários anos, com aumento do número de doentes que aguardam cirurgia apesar do incremento do número de intervenções cirúrgicas realizadas, e no final de 2019 a lista de espera de inscritos em cirurgia (LIC) tinha mais doentes (+13,6%) do que no final de 2018, mas a % de doentes em LIC fora do Tempo Máximo de Resposta Garantido reduziu-se de cerca de 51% para 47,8%, denotando o esforço feito no 2º semestre para melhorar o agendamento cirúrgico e o recurso à produção adicional. Na área do acesso à 1ª consulta, a partir de abril de 2019, mês a partir do qual se implementou monitorização da LEC a par com uma série de medidas de melhoria do acesso, houve uma evolução bastante favorável nos indicadores, nomeadamente nos pedidos CTH, com redução de cerca de 14% nos pedidos sem marcação e redução de 25% do tempo médio de espera (até dezembro de 2019).

Esta evolução positiva deveu-se ao inequívoco empenho dos Profissionais do HGO, a todos os títulos notável.

Vale a pena referir que, numa análise de indicadores de produtividade, relativos a Dezembro de 2019, selecionados a partir do Benchmarking hospitalar da ACSS¹, é de destacar o resultado positivo do HGO, designadamente no número de doentes padrão por médico ETC, em que o Hospital é o 2.º melhor do Grupo D, apenas superado pelo Hospital de Braga (que funcionou em regime de parceria público-privada até setembro de 2019, tendo por isso formas de remuneração e de incentivo à atividade clínica distintas daquelas que um Hospital EPE pode praticar).

¹ https://benchmarking-acss.min-saude.pt/BH_ProdutividadeDashboard



No âmbito do projeto de autonomia de gestão já referido, cumpre ainda referir que a meta fixada, pela Tutela para cumprimento pelo HGO quanto ao indicador de eficiência "Gastos operacionais por Doente-padrão" (GO/DP), era a mais ambiciosa de todas as estabelecidas para o Grupo D, no valor de 2.960€/DP, o menor de todos os Hospitais desse Grupo. Apesar das difíceis circunstâncias gestionárias expostas, o PAO 2019 foi submetido com esta meta prevista, mas no mesmo foi explicitado que se considerava muito difícil alcançá-la, atento o impacto que as greves cirúrgicas no início do ano teriam no total de DP. Com efeito, o valor alcançado, em 2019, de GO/DP pelo HGO foi de 3.058€/DP ², acima da meta fixada, mas dela divergindo apenas por 98€/DP, cerca de 3% acima do previsto. Dada a ambição da meta, e o facto do CA em funções só ter assumido a gestão do HGO durante os 9 meses finais do ano, cremos ser um motivo de orgulho para o nosso Hospital termos ficado tão perto de alcançar o objetivo fixado de eficiência operacional, o que foi devido ao notável esforço dos nossos Profissionais, restando saber quanto divergiram, das respetivas metas, os restantes Hospitais do Grupo D, e como se posicionavam entre si e face ao HGO, no final de 2019.

O ano de 2019 foi, por fim, marcado por uma alteração fundamental na metodologia e processo de contratualização interna, tendo sido definido um novo *template* para os Planos de Ação dos Serviços, que foi discutido internamente e aprovado pelo CA, tendo os Planos sido preparados pelas Direções de Serviço, com apoio dos Administradores de área, e negociados com os Serviços com vista à sua implementação em 2020, ano em que todavia, a pandemia da COVID-19 não tem permitido o aprofundamento do processo, pela disrupção que inevitavelmente tem acarretado para toda a nossa atividade assistencial.

Espera-se o apoio da Tutela na tomada de medidas de carácter excecional que permitam ao HGO sair da situação muito crítica em matéria de financiamento operacional e no domínio dos Recursos Humanos, nomeadamente nalgumas especialidades médicas, em particular Anestesia e Pediatria, de modo a melhorar a acessibilidade aos cuidados e a satisfação dos nossos Utentes e Profissionais.

O futuro próximo encerra estimulantes desafios, no que toca ao Acesso dos nossos Utentes, à capacidade de retenção, motivação e melhoria da satisfação dos nossos Profissionais, e ao imprescindível reforço da autonomia de gestão no HGO, desafios estes a concretizar no horizonte da indispensável ampliação das instalações do nosso Hospital. A necessidade, cada vez mais inadiável, de expansão e requalificação das infraestruturas gerais e assistenciais do HGO tenderá a agravar-se face à pressão assistencial que hoje é uma realidade, agravada pela pandemia, pelo que se tornará imprescindível um novo olhar sobre a sua importância estratégica e um apoio mais forte dos órgãos de Tutela, que faremos por merecer.

² Valores provisórios, e tendo em conta o exercício de 2019, ou seja, "isolando" o impacto da alteração das normas contabilísticas relacionadas com a relevação de acertos de contratos-programa de anos anteriores no exercício de 2019, ao contrário do que sucedeu até então.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Missão, Visão e Valores

O Hospital tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde diferenciados a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e às decisões superiormente aprovadas. O Hospital, no cumprimento da sua missão, assegura, a cada doente, os cuidados que correspondam às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas clínicas e, numa lógica de governação clínica, promove uma eficiente utilização dos recursos disponíveis, abrangendo as áreas de ensino, formação e investigação, prevenção e continuidade de cuidados, conforme o primado do doente.

A **visão** do HGO é constituir-se como instituição de referência, consolidando as suas áreas de excelência e a prestação de cuidados de qualidade e em ambiente organizado, assegurando a sustentabilidade e a acessibilidade, bem como, a satisfação de colaboradores e utentes.

No desenvolvimento da sua atividade, o Hospital e os seus colaboradores regem-se pelos seguintes **valores**:

- Cultura de prestação de serviço público;
- Colocação do doente/utente no centro do universo da prestação dos cuidados de saúde;
- Observância de padrões de ética no exercício da atividade hospitalar;
- Equidade no acesso e na prestação dos cuidados de saúde;
- Eficiência na utilização dos recursos;
- Cultura de promoção da qualidade e da excelência na gestão clínica;
- Conservação do património e proteção do meio ambiente.

2.2. Órgãos Sociais

As funções de administração executiva e funções de fiscalização do HGO estão estruturadas nos termos do art.º 5º dos Estatutos dos Hospitais EPE, aprovados e publicados no Anexo II ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, sendo que o modelo de governo adotado prevê os seguintes órgãos:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma sociedade de revisores oficiais de contas;
- Conselho Consultivo.

A estrutura do HGO baseia-se na divisão de competências e independência dos seus órgãos, assim:

Ao **Conselho de Administração** compete garantir o cumprimento dos objetivos básicos, bem como o exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente e um máximo de quatro Vogais (um dos vogais proposto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças), que exercem funções executivas, em função da dimensão e complexidade do hospital EPE, incluindo um Diretor Clínico e um Enfermeiro-Diretor.

Os membros do Conselho de Administração são designados de entre individualidades que reúnam os requisitos previstos no Estatuto do Gestor Público e possuam preferencialmente evidência curricular de formação específica em gestão em saúde e experiência profissional adequada, sendo o Diretor Clínico um médico, e o Enfermeiro-Diretor um enfermeiro.

A designação dos membros do Conselho de Administração observa o disposto nos artigos 12.º e 13.º do Estatuto do Gestor Público.

O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos renovável, uma única vez, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até à designação dos novos titulares, sem prejuízo da renúncia a que houver lugar.

O regulamento interno do HGO, nos artigos 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 18.º estabelece os princípios referentes à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, bem como os relativos a ausências e impedimentos e outros aspetos relacionados com a coadjuvação do CA e da Direção Técnica.

6
Ass
nn.

O Conselho de Administração do HGO, nomeado para o triénio 2019-2021, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2019, de 30 de abril de 2019, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 83 — 30 de abril de 2019, designa os seguintes membros:

Composição do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Data
2019-2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	22 de abril de 2019
2019-2021	Vogal Executivo (Diretor Clínico)	Nuno Miguel da Silva Marques	22 de abril de 2019
2019-2021	Vogal Executiva (Enfermeira Diretora)	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	22 de abril de 2019
2019-2021	Vogal Executiva	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	22 de abril de 2019
2019-2021	Vogal Executivo	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	22 de abril de 2019



Ao **Conselho Fiscal** compete a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial; a separação de funções face a outros órgãos é assegurada, designadamente, pelo facto de as suas competências estarem estabelecidas nos Estatutos - aprovados por Decreto-Lei - e pela sua designação e remuneração serem definidas pelas entidades que exercem a tutela e supervisão do HGO. Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde, por um período de três anos, renovável por uma única vez e o Revisor Oficial de Contas é nomeado, igualmente, por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, sob proposta fundamentada do Conselho Fiscal, tendo o mandato a duração de três anos, renovável por uma única vez. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é igualmente definida por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O exercício das funções de fiscalização é efetuado de acordo com autonomia técnica e independência face ao órgão de administração executiva.

O Conselho Fiscal do HGO foi nomeado em 26 de abril de 2018 por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde, para o mandato 2018-2020, sendo composto pelos seguintes membros:

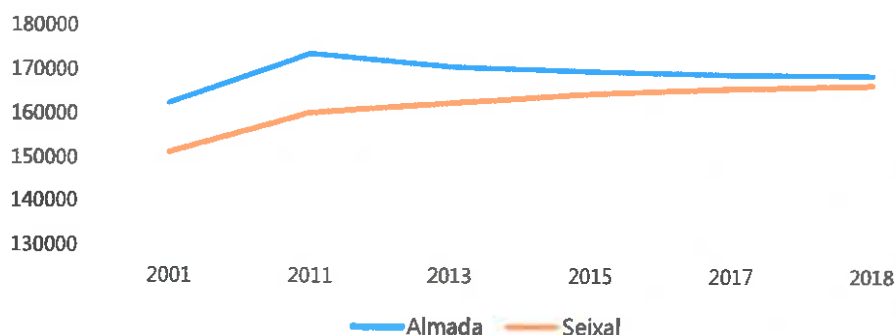
Composição do Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Data de nomeação
2018-2020	Presidente	Maria Leonor Betencourt Silva Dantas Jorge	26 de abril de 2018
2018-2020	Vogal Efetivo	Renato Felisberto Pinho Marques	26 de abril de 2018
2018-2020	Vogal Efetivo	José Manuel Gonçalves André	26 de abril de 2018
2018-2020	Vogal Suplente	Anabela Mendes Garcia Barata	26 de abril de 2018

O **Conselho Consultivo** é o órgão que estabelece a ligação entre o Hospital e a comunidade que serve, competindo-lhe apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual, bem como todas as informações que tiver por necessárias para o acompanhamento da atividade do hospital e emitir recomendações tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços a prestar às populações, atendendo aos recursos disponíveis. O conselho consultivo é composto por: a) Personalidade de reconhecido mérito nomeada pelo Ministro da Saúde, que preside; b) Um representante do Município de Almada; c) Um

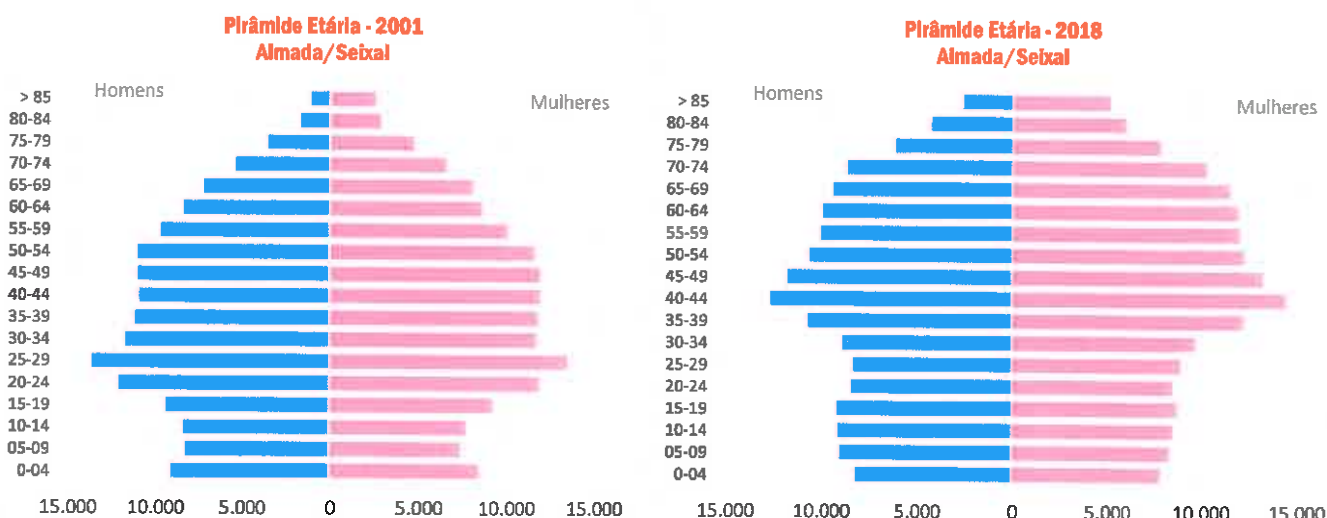
Handwritten signatures and initials:


 Initials: *mf*

**Evolução da população residente nos concelhos de Almada e Seixal
2001/2018**



Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente; Fonte: PORTADA (data da última atualização de dados 14/06/2019)

A estrutura etária da população da área de influência do Hospital em 2018 (face a 2011) revela uma tendência de envelhecimento dos residentes em Almada/Seixal.



Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente; Fonte: PORTADA (data da última atualização de dados 14/06/2019)

A % de população com mais de 65 anos, nos 2 concelhos passou, de 17,8% em 2011, para 21,4% em 2018.

**Distribuição por grupo etário
Almada/Seixal - 2018**

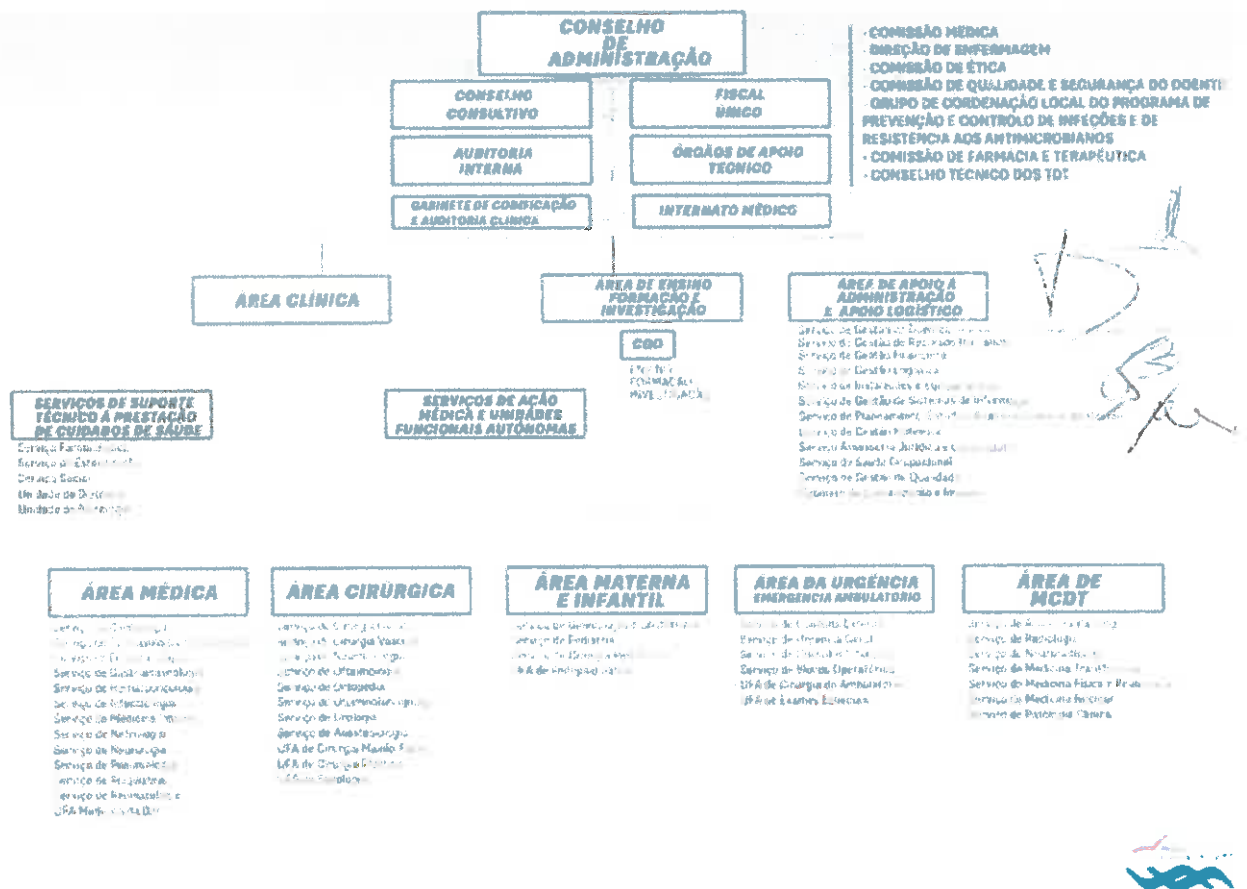


Qd⁹
AdF
M

representante da ARSLVT; d) Um representante dos utentes, designado pela respetiva associação ou por equivalente estrutura de representação; e) Um representante eleito pelos trabalhadores do HGO; f) Um representante dos prestadores de trabalho voluntário no Hospital; g) Dois elementos, escolhidos pelo Conselho de Administração, profissionais de Saúde, sem vínculo ao HGO. Este órgão aguarda a nomeação para o triénio 2019-2021.

2.3 Estrutura Organizacional

Apresenta-se a versão atual do Organograma do HGO, que está em processo de revisão.



2.4. Caracterização da área de influência

A área de influência direta do Hospital Garcia de Orta é composta pela população de Almada e Seixal.

O HGO iniciou a sua atividade em 1991 e tinha como área de influência os concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, correspondendo a 295.941 habitantes. Entre o ano de 1991 e o ano 2011 verificou-se um acréscimo considerável de população: o concelho de Almada registou um crescimento de 14,7%, o concelho do Seixal verificou um aumento populacional de 35,4% e o concelho de Sesimbra registou um crescimento de 81,7%, correspondendo, no total dos 3 concelhos, a mais 85.858 residentes (+29%), em 10 anos.

Em 2013, tendo em vista a distribuição mais equitativa da população pelas estruturas hospitalares, os Hospitais da Península de Setúbal viram as suas áreas de influência direta redefinidas e o HGO passou a servir a população residente nos concelhos de Almada e Seixal, prestando assistência direta a 332.299 habitantes, a que podem acrescer os que resultam do estatuto de Hospital Central (na área da Neurocirurgia, por exemplo).

Atualmente, estima-se que o Hospital dê resposta direta a cerca de 336.000 habitante (dados PORTADA), o que representa um aumento continuado da população que serve.

2.5. Caracterização do Hospital (carteira de serviços)

O Hospital Garcia de Orta, E.P.E. (HGO) classifica-se como hospital central que presta cuidados de saúde diferenciados à população dos concelhos de Almada e Seixal, desenvolvendo ainda atividades de investigação e formação, pré e pós graduada de profissionais de saúde.

O HGO desenvolve a sua atividade num conjunto vasto de valências, repartidas pelas linhas de atividade principais, conforme o Tabela seguinte e que permitiram, em 2019, a produção que consta na página seguinte:

Valências por linha de atividade

Valência	Internamento	Cirurgia de Ambulatório	Consulta externa	Hospital de Dia	Urgência	Técnicas (MCDT)
Anatomia Patológica			✓			✓
Anestesiologia			✓		✓	✓
Angiologia e Cirurgia Vascular	✓	✓	✓		✓	✓
Berçário	✓					
Cardiologia	✓		✓		✓	✓
Cirurgia Geral	✓	✓	✓		✓	
Cirurgia Maxilo-Facial	✓	✓	✓			✓
Cirurgia Pediátrica	✓	✓	✓			
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	✓	✓	✓			
Cuidados Paliativos			✓			
Dermato-Venereologia	✓	✓	✓			✓
Doenças Infecciosas (Infecologia)	✓		✓	✓		
Endocrinologia e Nutrição	✓		✓			
Gastroenterologia	✓		✓	✓	✓	✓
Ginecologia	✓	✓	✓			✓
Hematologia Clínica	✓		✓	✓		
Imunohemoterapia			✓	✓		✓
Medicina da Dor		✓		✓		✓
Medicina do Trabalho			✓			
Medicina Física e Reabilitação			✓			✓
Medicina Interna	✓		✓		✓	
Medicina Nuclear			✓			✓
Nefrologia	✓	✓	✓	✓		✓
Neonatologia	✓				✓	
Neurocirurgia	✓	✓	✓		✓	
Neurologia	✓		✓	✓	✓	✓
Neurorradiologia			✓			✓
Nutrição e Dietética			✓			
Obstetrícia	✓		✓		✓	✓
Oftalmologia	✓	✓	✓		✓	✓
Oncologia Médica	✓		✓	✓		✓
Ortopedia	✓	✓	✓		✓	✓
Otorrinolaringologia	✓	✓	✓		✓	✓
Patologia Clínica						✓

Valência	Internamento	Cirurgia de Ambulatório	Consulta externa	Hospital de Dia	Urgência	Técnicas (MCDT)
Pediatria	✓		✓	✓	✓	
Pneumologia	✓		✓	✓		✓
Procriação Medicamente Assistida			✓			✓
Psicologia			✓			✓
Psiquiatria	✓		✓	✓		✓
Psiquiatria da Infância e Adolescência			✓	✓		✓
Radiologia						✓
Reumatologia	✓		✓	✓		✓
Urologia	✓	✓	✓	✓		✓
Unidade de Hospitalização Domiciliária	✓					
Unidade de Cuidados Internédios (nível II)	✓				✓	
Unidade AVC	✓				✓	
Unidade de Coronários	✓				✓	
UCI Neonatologia (nível III)	✓				✓	
UCI Pediatria (nível III)	✓				✓	
UCI Polivalente (nível III)	✓				✓	
Meios Extra Hospitalares - VMER					✓	
Via Verde Acidente Vascular Cerebral (AVC)					✓	
Via Verde Coronária (com Card. de Intervenção)					✓	
Via Verde Sepsis					✓	

Resumo dos principais indicadores de atividade, recursos humanos e financeiros 2019

O HGO EM NÚMEROS - 2019

 **21.072**
DOENTES SAÍDOS
(sem berçário)

 **297.861**
CONSULTAS MÉDICAS

 **163.721**
EP. URGÊNCIA

 **16.962**
CIRURGIAS

 **2.800**
PARTOS

 **32.813**
SESSÕES HDI
(base; majoradas; com GDH)

 **2.814** PROFISSIONAIS
MÉDICOS: 411 especialistas; 199 Internos
ENFERMEIROS: 1.000
AO: 637
TSDT: 206
AT: 233

 **174,5M€**
Gastos totais

O HGO tem reconhecidos **2 Centros de Referência (CRe)**: CRe na área de Oncologia de Adultos — Cancro do Reto, reconhecido no Despacho n.º 9414/2016 de 22/07/2016 e o CRe de Neurorradiologia de intervenção, reconhecido no Despacho n.º 6669/2017 e retificado pela Declaração de Retificação 530/2017 de 8/08/2017 e é ainda **Centro de Tratamento de Hipertensão Pulmonar de Adultos**, na sequência da apreciação da candidatura apresentada, de acordo com a Norma n.º 4/2018, de 19 de janeiro, conforme ofício da DGS de 19/07/2019.

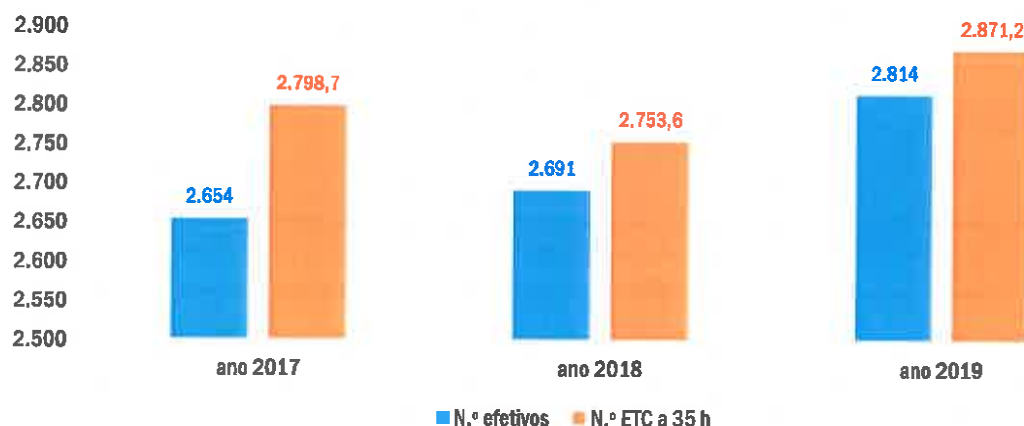
O HGO realiza **transplante renal e transplante de córnea**.

3. RECURSOS

3.1 Recursos Humanos

O Hospital Garcia de Orta apresentou, no final do ano de 2019, um total de 2.814 trabalhadores, independentemente da relação jurídica de emprego, dos quais, 2.244 (79,7%) do género feminino e 570 (20,3%) do género masculino.

Evolução do nº de efetivos e n.º ETC
2017-2019



Em 2019, registou-se um aumento, quer em número de efetivos (+ 123), quer em ETC (+117), justificado essencialmente, pelo reforço de AO (20) e Enfermeiros (29) no âmbito Plano de Contingência e do Despacho Conjunto das Finanças e Saúde de 01/08/2019 com vista à redução de trabalho extraordinário. O HGO teve também um reforço de 14 médicos, 4 TSDT, 5 TS e 3 AT.

De referir que dos 123 admitidos no ano de 2019, 36 estão a substituir trabalhadores temporariamente ausentes, pelo que o crescimento real do número de efetivos foi de 87 efetivos, representando assim um incremento de 3,3%.

Distribuição e evolução dos efetivos por grupo profissional
2017-2019

Grupo Profissional	2017	2018	2019	var % 2017/2019	var % 2018/2019
Conselhos de Administração	5	5	5	0,0%	0,0%
Conselho Fiscal	0	3	3	-	0,0%
Assistente Operacional	595	607	637	7,1%	4,9%
Assistente Técnico	224	231	233	4,0%	0,9%
Pessoal de Enfermagem	954	946	1.000	4,8%	5,7%
Pessoal de Informática	10	10	10	0,0%	0,0%
Pessoal Dirigente	20	24	23	15,0%	-4,2%
Pessoal Docente	1	1	1	0,0%	0,0%
Pessoal em formação pré carreira Médica	189	187	199	5,3%	6,4%
Pessoal Médico	384	397	411	7,0%	3,5%
Pessoal Técnico Superior Diagnóstico e Terapêutica	193	201	206	6,7%	2,5%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	11	11	15	36,4%	36,4%
Técnico Superior	67	67	70	4,5%	4,5%
Outro Pessoal	1	1	1	0,0%	0,0%
TOTAL	2.654	2.691	2.814	6,0%	4,6%

No respeito à distribuição dos trabalhadores por grupo profissional, o grupo mais representativo é o do pessoal de enfermagem (1.000), seguido do grupo dos assistentes operacionais (637) e do pessoal médico (411).

Relativamente à relação jurídica de emprego, 40% dos profissionais (incluem-se os médicos internos) detinham contrato de trabalho em funções públicas e 58,5% dos profissionais tinham um contrato ao abrigo do código do trabalho. As restantes modalidades de vinculação representaram 1,3% do total do efetivo.

De referir um aumento de 5,7% de contratos de trabalho celebrados ao abrigo do código do trabalho, face ao ano 2018, justificado maioritariamente pelas novas admissões através de procedimentos concursais.

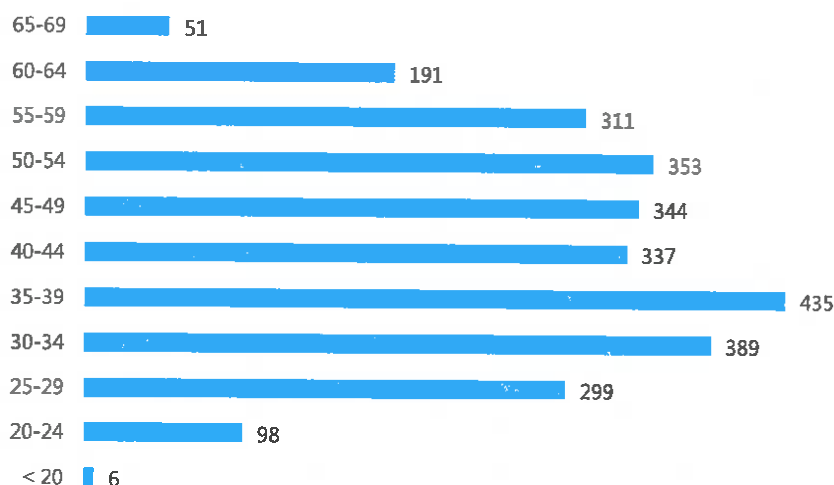
No número de contrato de trabalho em funções públicas, não se verificou alteração percentual significativa (0,2%).

Número de efetivos por tipo de vínculo

Grupo Profissional	Cedência	Comissão de Serviço	CIT S/Termo	CIT C/Termo	CTEP Tempo Indeterminado	CTEP-Termo Resolutivo	Mobilidade Interna
Conselhos de Administração	0	4	0	0	1	0	0
Conselho Fiscal	0	3	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	0	0	407	14	216	0	0
Assistente Técnico	3	0	146	2	82	0	0
Pessoal de Enfermagem	2	0	582	48	365	0	3
Pessoal de Informática	0	0	7	0	3	0	0
Pessoal Dirigente	7	6	3	0	7	0	0
Pessoal Docente	0	0	1	0	0	0	0
Pessoal em formação pré carreira Médica	0	0	0	0	0	199	0
Pessoal Médico	3	0	264	0	138	6	0
Pessoal Técnico Sup. Diagn. Terap.	1	0	101	5	98	0	1
Pessoal Farmacêutico	0	0	6	0	4	0	0
Pessoal Técnico Superior de Saúde	0	0	2	0	2	0	1
Técnicos Superiores	1	2	55	3	9	0	0
Outro Pessoal	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL	17	15	1.574	72	926	205	5

No que concerne à idade média dos profissionais, no final de 2019, situava-se nos 42,9 anos no final de 2019. A maioria dos colaboradores tinha idade abaixo dos 50 anos: as faixas etárias inferiores, entre os 20 e os 49 anos, representavam 67,8% do universo de efetivos. De referir que 35% dos assistentes operacionais situavam-se entre 50 e os 59 anos e 39% pessoal de enfermagem tinha idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos. Quanto ao pessoal médico é de salientar que 42% tinha idade superior a 50 anos, ou seja uma proporção elevada de profissionais que poderiam ser dispensados de realização de serviço de urgência.

Número de efetivos por faixa etária



Em 2019, a taxa de absentismo registou um decréscimo face ao ano anterior, fixando-se em 8,6%.

Constata-se que os grupos com maior taxa de absentismo foram os assistentes operacionais (10,6%) e os enfermeiros (9,4%), médicos (7,8%) e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (7,7%). Abaixo da média, ficaram os assistentes técnicos (5,3%) e o pessoal de informática (1,8%).

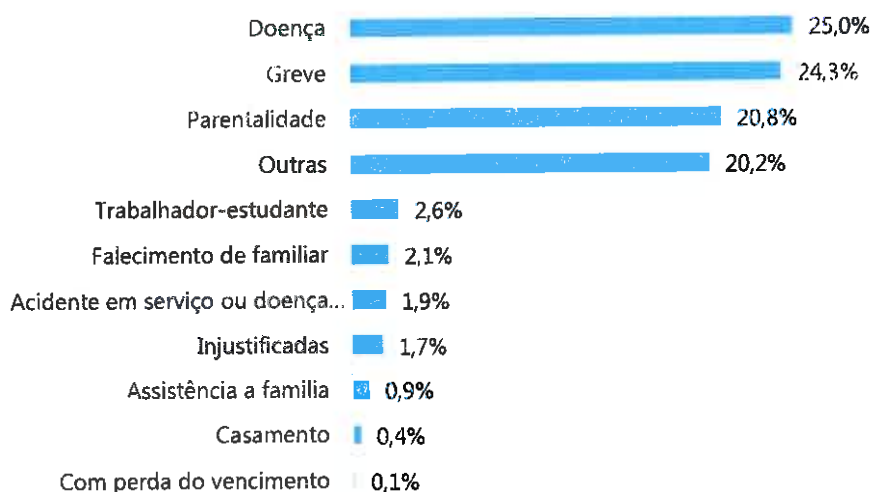
Taxa de absentismo por grupo profissional
2017-2019

Grupo Profissional	2017	2018	2019	Var. % 19/18
Conselhos de Administração	3,0%	1,2%	0,5%	-58,5%
Assistente Operacional	10,9%	11,0%	10,6%	-4,0%
Assistente Técnico	0,5%	1,2%	5,3%	339,7%
Pessoal de Enfermagem	8,7%	10,8%	9,4%	-13,1%
Pessoal de Informática	5,8%	5,5%	1,8%	-67,4%
Pessoal Dirigente	5,2%	5,0%	4,2%	-15,8%
Pessoal Docente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pessoal em formação pré carreira Médica	7,5%	7,3%	6,4%	-12,1%
Pessoal Médico	6,2%	6,7%	7,8%	15,6%
Pessoal Técnico Superior Diagnóstico e Terapêutica	8,7%	8,8%	7,7%	-12,9%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	2,9%	3,0%	1,8%	-39,3%
Técnico Superior	9,7%	4,7%	3,6%	-24,0%
Outro Pessoal	7,1%	0,3%	91,5%	33297,5%
TOTAL	8,5%	9,1%	8,6%	-5,7%

Nos principais motivos de ausência identificados salienta-se a doença e a parentalidade. Contudo, o ano 2019 foi um ano marcado por um elevado número de greves no setor da saúde, razão pela qual este foi, também, um dos motivos de ausência mais expressivos registados neste período.

14
AF
CND
M

Absentismo por tipo de ausência



3.2. Recursos Físicos e Técnicos

De seguida, apresentam-se os recursos físicos afetos ao HGO.

Instalações - 2019

Instalações	Capacidade Instalada a 31 de Dezembro de 2019
Camas de internamento agudos	596
Gabinetes de Consulta Externa	71
Salas de Pequena Cirurgia da Consulta Externa	2
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Urgente	1
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Convencional	7
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Ambulatória	4
Salas no Bloco de Partos	5
Salas de Pequena Cirurgia da Urgência	1
Camas de Hospital de Dia	2
Cadeirões de Hospital de Dia	53
Camas da Unidade de Recobro	26

* não inclui 22 camas da Unidade de Hospitalização Domiciliária e 33 berços

Para desenvolvimento da atividade assistencial complementar o HGO conta com diversos equipamentos técnicos, dos quais se destacam:

Equipamentos - 2019

Equipamentos	Capacidade Instalada a 31 de Dezembro de 2019
Angiografia digital	2
Ecografia	33
Mamografia	1
Radiologia Simples	10
Equipamentos Fixos	2

Equipamentos	Capacidade Instalada a 31 de Dezembro de 2019
Equipamentos Móveis	8
Ressonância Magnética	1
Osteodensitómetro (por RX) (Total)	1
Tomografia Computadorizada	2
Medicina Nuclear	2
Câmara Gama	1
PET/CT	1
Existência de Arquivo Imagiológico Digital (PACS)	1
Equipamentos Neurofisiologia e do Sono	3
Endoscopia	33
Gastroenterologia	16
Pneumologia	9
Urologia	4
Outros Serviços	4
Posto de Hemodiálise	15

As intervenções mais relevantes realizadas, em 2019, em instalações e equipamentos constam no capítulo 5.3. Investimentos.

3.3. Sistemas e Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2019 foi dada continuidade ao projeto de sistemas de Informação, consolidando-se a disponibilização de meios e recursos informáticos aos profissionais do HGO, abrangendo todas as áreas do Hospital e todas as componentes tecnológicas dos sistemas de informação.

De entre os projetos implementados nas diferentes componentes tecnológicas e que durante o ano de 2019 tiveram a devida continuidade, destacam-se, como mais significativos e de maior relevância, os seguintes:

- Na componente de infraestruturas, com a adoção de tecnologias inovadoras, foi possível implementar um projeto de virtualização que abrange toda a plataforma de servidores, constituída atualmente por mais de 200 servidores ativos.

Com este projeto, foi possível obter um conjunto importante de mais-valias operacionais e técnicas, traduzidas numa maior agilidade dos serviços prestados pelo SGSI, numa fácil adoção de tecnologias de alta disponibilidade, numa melhor gestão do tráfego entre servidores e numa redução dos tempos de paragem para intervenções.

- Na componente de postos de trabalho, através do projeto de virtualização (VDI) que, atualmente, abrange cerca de ¾ do parque informático (~1200 postos de trabalho), foi possível assegurar a gestão mais eficaz.

Este projeto de virtualização do posto de trabalho, pela sua dimensão e características tecnologicamente inovadoras, é mencionado como case-study internacional pelo fabricante Citrix, sendo também referido como um exemplo de boas práticas em várias publicações nacionais.

Entre os resultados positivos obtidos com a implementação da tecnologia VDI, identificam-se melhorias ao nível da segurança, disponibilidade, usabilidade dos sistemas, capacidade de gestão

e recuperação em caso de falha, bem como na redução de custos operacionais, por via da multiplicação do tempo de vida útil expetável de um posto de trabalho "tradicional" (PC).

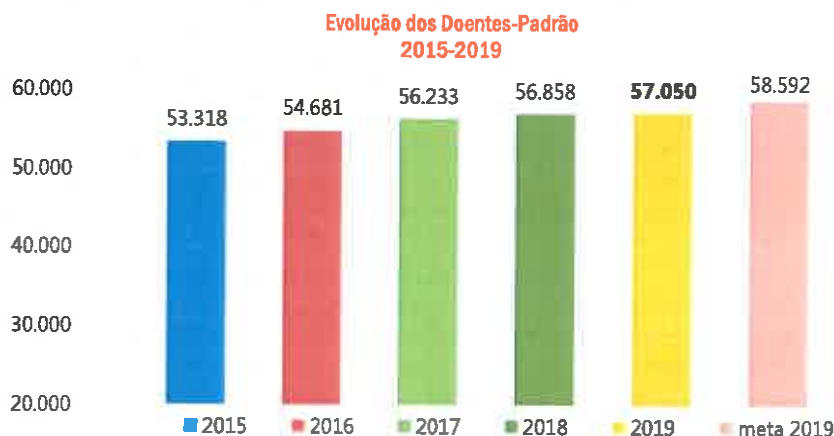
De referir que, com a implementação de ambos os projetos de virtualização - o de servidores e o de postos de trabalho – se obteve uma redução significativa dos custos energéticos, que se estima em 70%.

- Na componente de soluções aplicacionais, concretizando a existência de um ambiente de utilização de sistemas funcional, abrangente e eficaz, cumprindo com as metas e objetivos delineados nos Planos Estratégicos do HGO e em linha com as orientações da tutela, foi dada continuidade ao desenvolvimento de diversos projetos, nas áreas clínicas e administrativas, salientando-se, de entre estes, a atualização tecnológica da quase totalidade das soluções aplicacionais em uso; a adoção de soluções de interoperabilidade, de forma a permitir minimizar o impacto dos acessos nas bases de dados e a facilitar a integração/consulta de informação residente nas múltiplas fontes de dados; a simplificação de processos e a integração no PCE da quase totalidade da informação clinicamente relevante para os processos de tratamento de utentes.

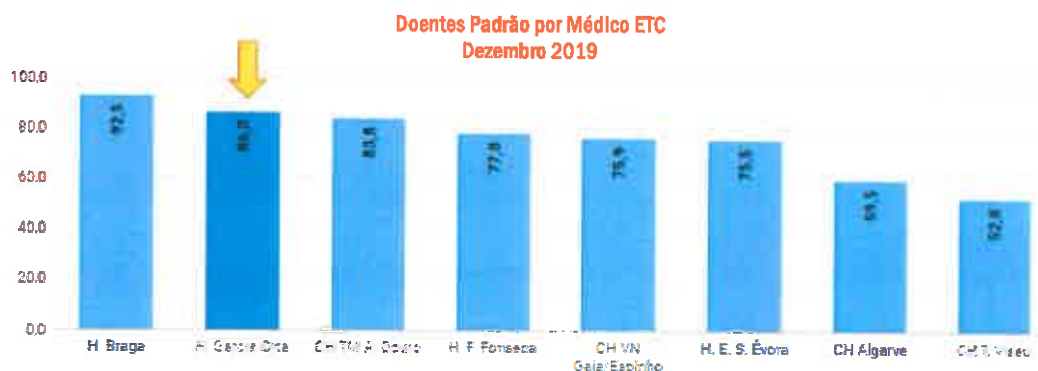
Ainda neste âmbito foram melhoradas significativamente as soluções de suporte à Gestão e à tomada rápida de decisões, permitindo a rápida exploração de dados e a monitorização / acompanhamento das atividades core do HGO.

4. ATIVIDADE CLÍNICA

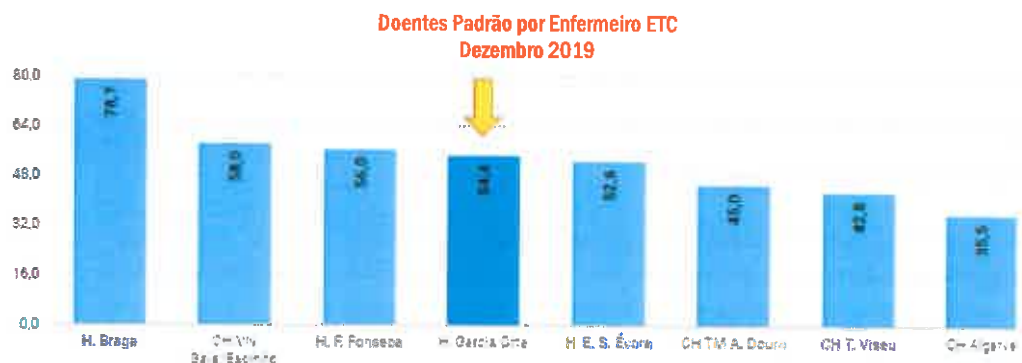
A atividade assistencial realizada em 2019, convertida em **doentes-padrão**, registou um ligeiro acréscimo de 0,3% face a 2018 (mais 192 doentes padrão), mantendo a tendência crescente dos últimos anos, mas ficou 2,6% abaixo da meta (menos 1.542 doentes padrão), definida no Plano de Atividade e Orçamento para 2019.



Numa análise de indicadores de produtividade, relativos a Dezembro de 2019, selecionados a partir do Benchmarking hospitalar da ACSS (https://benchmarking-acss.min-saude.pt/BH_ProdutividadeDashboard), apesar da degradação dos indicadores face a 2018, é de destacar o resultado positivo do HGO, designadamente no número de doentes padrão por médico ETC, em que o Hospital é o 2.º melhor do Grupo D, apenas superado pelo Hospital de Braga.



No que se refere a doentes padrão por enfermeiro ETC, o HGO é o 4.º do Grupo, com 54,4 doentes padrão por enfermeiro ETC. Se excluirmos o Hospital de Braga (o mais eficiente do Grupo, mas com valor bastante discrepante dos demais), o HGO é o 3.º melhor do Grupo, mas ainda com um potencial de melhoria de eficiência face ao Centro Hospitalar de Vila Nova Gaia/Espinho.



18
Ass
M

4.1. Consultas Externas

Durante o ano de 2019 foram realizadas mais 5.306 consultas médicas do que em 2018 (+ 1,8%).

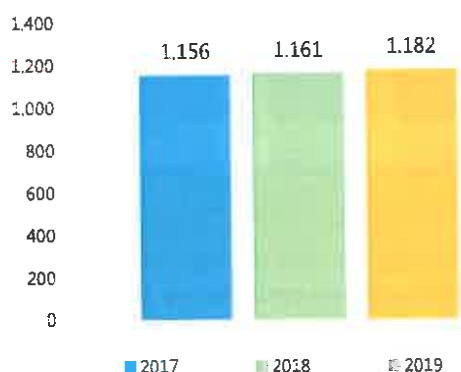
As primeiras consultas registaram uma diminuição de 2% (menos 1.777 consultas) e as consultas subsequentes um aumento de 3,2% (mais 7.083 consultas) face a 2018. Consequentemente, o peso das 1.ªs consultas no total das consultas (29,4%), registou uma diminuição de 1,1 p.p. face ao período homólogo (30,54%).

Resumo dos indicadores de Consulta Externa

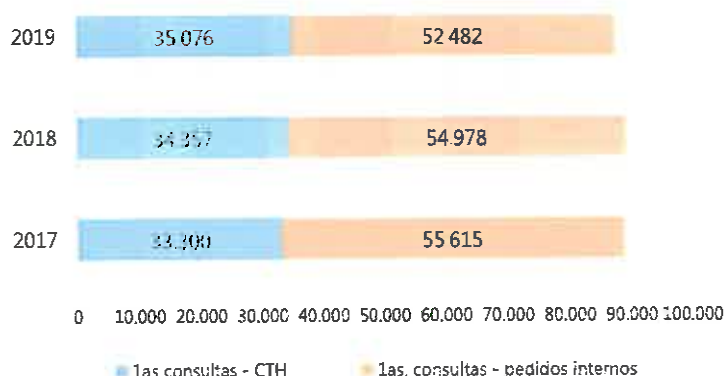
Consultas	n.º consultas			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
Total Consultas Médicas	292.555	297.861	312.158	-4,6%	1,8%
Primeiras	89.335	87.558	96.156	-8,9 %	-2,0 %
Subsequentes	203.220	210.303	216.002	-2,6 %	3,5 %
% Primeiras / Total	30,54	29,40	30,80	-1,4 p.p.	-1,1 p.p.
Índice de Consultas Subsequentes	2,27	2,40	2,25	6,9 %	5,6 %
% CTH / Primeiras Consultas	38,46	40,06	38,84	1,2 p.p.	1,6 p.p.
% Altas / Total de Consultas	14,81	11,99	n.d.	-	-2,8 p.p.
Tempo Médio de Espera (dias)	n.d.	380,7	n.d.	-	-
Total Consultas Não Médicas	14.686	15.245	-	-	3,8%

O Índice de Consultas Subsequentes (2,40) ficou acima do realizado em 2018 (2,27) e do valor estabelecido nos Termos de Referência para o Grupo D (2,37), representando a inibição de faturação de 2.791 consultas subsequentes, ou seja, uma perda potencial de receita de cerca de 181.385€.

Evolução do N.º de consultas por dia útil
2017-2019



1.ªs consultas por proveniência - CTH vs Internos



Por dia útil, foram realizadas em média mais 21 consultas médicas que em 2018 e mais 26 que em 2017 e verificou-se o aumento do número de consultas médicas com origem no CTH. Em 2019, a proporção no total de primeiras consultas superou 40% do total de 1.ªs consultas realizadas, revelando algum ajustamento da oferta à procura (por parte dos CSP).

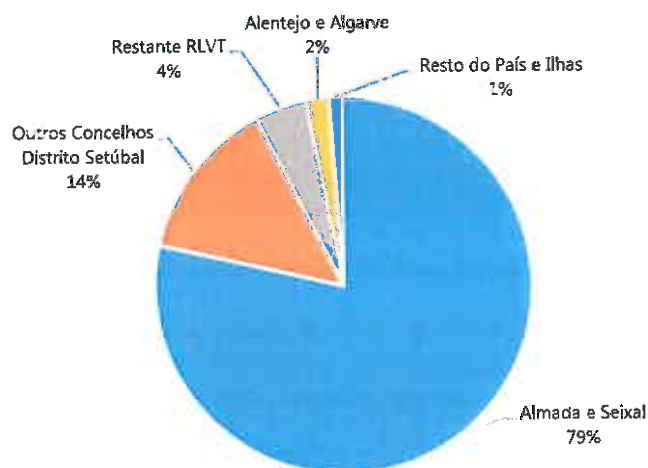
As especialidades com aumentos de atividade mais expressivos foram a Infeciologia (+12,7%), a Endocrinologia (+8,9%), a Ginecologia (+8,5%), a Hematologia Clínica (+9,5%), a Oftalmologia (+13,1%), a Psiquiatria (+13,4%), a Pedopsiquiatria (+26,4%) e a Urologia (+10,5%).

**Detalhe da atividade de Consulta Externa
2018-2019**

consulta externa	ano 2018					ano 2019					meta 2019					variação % 2019/2018					variação % 2019/meta					indicadores 2019									
	Total		Subs		Las	Total		Subs		Las	Total		Subs		Las	Total		Subs		Las	Total		Subs		Las	Total		Subs		Las	Total		Subs	% atende a consulta	
	Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs	Las	Subs		Las	Subs			Las
Anatomia Patológica	61	0	61	0	71	0	71	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%			
Anestesiologia	4.203	3	4.206	4.087	0	4.087	4.637	2	4.639	-2,8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	0,00		
Angiologia e Cirurgia Vascular	2.393	3.422	5.815	2.196	3.103	5.299	2.535	3.643	6.178	-8,2%	-9,3%	-8,9%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	-14,2%	41,4%	1,41	
Cardiologia	3.133	15.336	18.469	3.306	13.779	17.085	3.440	15.400	18.840	5,5%	-10,2%	-7,5%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	-9,3%	19,4%	4,17	
Cirurgia Geral	3.321	7.637	10.958	3.349	8.077	11.426	4.577	9.768	14.345	0,8%	5,8%	4,3%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	-5,0%	29,3%	2,41	
Senologia	735	1.529	2.264	720	1.482	2.202				-2,0%	-3,1%	-2,7%																					32,7%	2,06	
Cirurgia Maxilo-Facial	555	855	1.410	554	875	1.429	500	850	1.350	-0,2%	2,3%	1,3%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%	38,8%	1,58	
Cirurgia Pediátrica	619	829	1.448	510	586	1.096	660	884	1.544	-17,6%	-29,3%	-24,3%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	-29,0%	46,5%	1,15	
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	951	2.546	3.497	964	2.322	3.286	1.000	2.550	3.550	1,4%	-8,8%	-6,0%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	29,3%	2,41	
Dermato-Venereologia	5.329	4.989	10.318	3.645	6.164	9.809	6.000	5.500	11.500	-31,6%	23,6%	-4,9%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	-14,7%	37,2%	1,69	
Infecçologia	2.097	5.785	7.882	2.266	6.614	8.880	2.707	6.102	8.809	8,1%	14,3%	12,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	25,5%	2,92	
Infecçologia - TARV	169	4.926	5.095	175	5.434	5.609	171	5.214	5.385	3,6%	10,3%	10,1%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	3,1%	31,05	
Infecçologia	1.928	859	2.787	2.091	1.180	3.271	2.536	888	3.424	8,5%	37,4%	17,4%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	-4,5%	63,9%	0,56	
Dor	631	3.750	4.381	703	3.844	4.547	776	3.964	4.740	11,4%	2,5%	3,8%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	-4,1%	15,5%	5,47	
Endocrinologia - Nutrição	1.848	8.250	10.098	2.146	8.847	10.993	2.342	8.697	11.039	16,1%	7,2%	8,9%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	19,5%	4,12	
Gastroenterologia	2.449	5.624	8.073	2.024	5.380	7.404	2.450	5.630	8.080	-17,4%	-4,3%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	27,3%	2,66	
Ginecologia	2.337	5.209	7.546	3.078	5.108	8.186	3.680	8.539	12.219	31,7%	-1,9%	8,5%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	-33,0%	37,6%	1,66	
Hematologia Clínica	396	4.813	5.209	608	5.097	5.705	500	4.850	5.350	53,5%	5,9%	9,5%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	10,7%	8,38	
Imuno-Hemoterapia	3.752	2.161	5.913	1.433	4.846	6.279	1.600	4.450	6.050	-61,8%	124,2%	6,2%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	22,8%	3,38	
Medicina Física e Reabilitação	3.032	5.140	8.172	2.960	4.223	7.183	3.246	5.434	8.680	-2,4%	-17,8%	-12,1%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	-17,2%	41,2%	1,43	
Medicina Interna	2.576	11.910	14.486	2.698	11.089	13.787	2.880	12.000	14.880	4,7%	-6,9%	-4,8%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	-7,3%	19,6%	4,11	
Medicina Nuclear	9	14	23	9	0	9	0	0	0	0,0%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	-60,9%	-	100,0%	0,00
Nefrologia	610	5.297	5.907	598	5.275	5.873	615	5.300	5.915	-2,0%	-0,4%	-0,6%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	-0,7%	10,2%	8,82
Neonatalogia	38	321	359	41	252	293	78	320	398	7,9%	-21,5%	-18,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	-26,4%	14,0%	6,15	4,4%

79% dos utentes observados na consulta do HGO, no ano de 2019, eram dos concelhos que constituem a área de influência mais direta do HGO (Almada e Seixal), sendo outros 14% de concelhos pertencentes ao distrito de Setúbal, designadamente Sesimbra, Setúbal, Barreiro, Palmela e Moita.

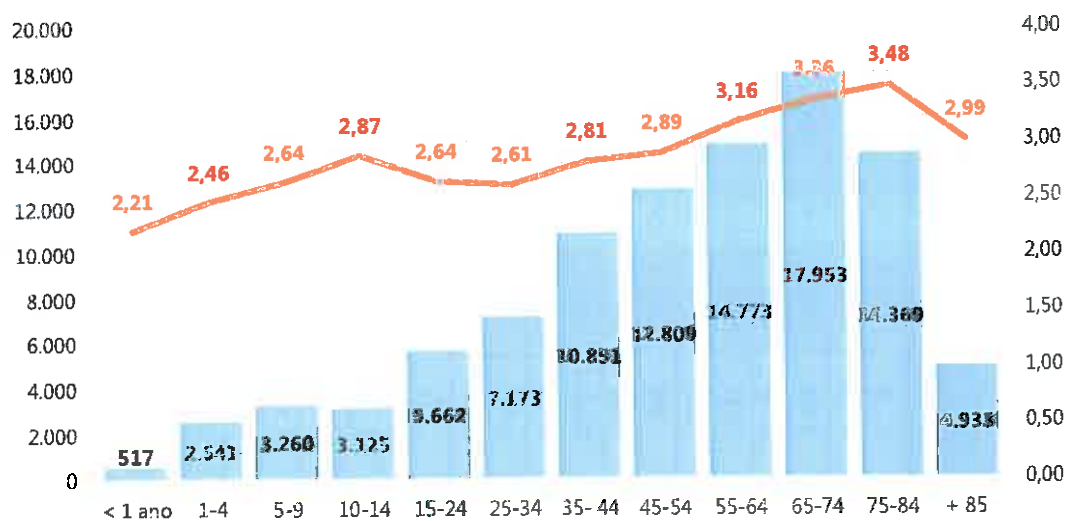
Ano 2019 - n.º doentes distintos na consulta por área de residência




A distribuição etária dos doentes atendidos na Consulta Externa coincidiu com a pirâmide etária dos concelhos da área de influência do Hospital, sendo que 38% dos doentes tinham idade superior a 65 anos.

Verificou-se também que os doentes dos grupos etários mais elevados tiveram mais consultas do que os restantes doentes. O grupo etário 75-84 teve, em média, 3,5 consultas/ano no HGO.

Ano 2019 - n.º doentes distintos na consulta por grupo etário



consulta externa	ano 2018					ano 2019					meta 2019					variação % 2019/2018					variação % 2019/meta (total)					indicadores 2019		
	total		subs		tas	total		subs		tas	total		subs		tas	total		subs		tas	total		variação % 2019/meta (total)	relação consultas subsequentes	% ajuda da consulta			
	tas	subs	tas	subs		tas	subs	tas	subs		tas	subs	tas	subs		tas	subs	tas	subs									
Neuro-Pediatria	345	2.610	2.955	371	2.502	2.873	470	2.778	3.248	7,5%	-4,1%	-2,8%	-11,5%	12,9%	6,74	4,5%												
Neurocirurgia	4.005	6.216	10.221	4.048	5.756	9.804	4.750	6.400	11.150	1,1%	-7,4%	-4,1%	-12,1%	41,3%	1,42	11,4%												
Neurologia	2.153	7.667	9.820	2.109	7.594	9.703	2.221	8.058	10.279	-2,0%	-1,0%	-1,2%	-5,6%	21,7%	3,60	8,0%												
Obstetrícia	4.043	6.613	10.656	3.893	6.830	10.723	4.297	7.002	11.299	-3,7%	3,3%	0,6%	-5,1%	36,3%	1,75	11,4%												
Oftalmologia	14.783	13.635	28.418	16.015	16.129	32.144	15.000	13.800	28.800	8,3%	18,3%	13,1%	11,6%	49,8%	1,01	8,7%												
Oncologia Médica	483	8.750	9.233	493	8.765	9.258	515	8.800	9.315	2,1%	0,2%	0,3%	-0,6%	5,3%	17,78	1,3%												
Ortopedia + Trauma	5.677	10.033	15.710	6.330	9.555	15.885	6.700	10.637	17.337	11,5%	-4,8%	1,1%	-8,4%	39,8%	1,51	14,9%												
Otorrinolaringologia	6.944	7.405	14.349	6.685	7.534	14.219	7.000	7.450	14.450	-3,7%	1,7%	-0,9%	-1,6%	47,0%	1,13	12,3%												
Pediatria	1.944	6.620	8.564	1.999	6.261	8.260	2.093	7.059	9.152	2,8%	-5,4%	-3,5%	-9,7%	24,2%	3,13	15,5%												
Pneumologia	1.557	8.604	10.161	1.501	8.348	9.849	1.560	8.650	10.210	-3,6%	-3,0%	-3,1%	-3,5%	15,2%	5,56	7,0%												
Psiquiatria	1.142	10.462	11.604	1.225	11.930	13.155	1.190	11.043	12.233	7,3%	14,0%	13,4%	7,5%	9,3%	9,74	2,0%												
Psiquiatria da Infância e Adolescência	255	3.554	3.809	333	4.483	4.816	350	3.777	4.127	30,6%	26,1%	26,4%	16,7%	6,9%	13,46	2,8%												
Reumatologia	1.992	9.928	11.920	2.021	10.797	12.818	2.350	10.679	13.029	1,5%	8,8%	7,5%	-1,6%	15,8%	5,34	9,9%												
Urologia	2.687	5.026	7.713	2.308	6.212	8.520	3.171	5.269	8.440	-14,1%	23,6%	10,5%	0,9%	27,1%	2,69	8,3%												
Consultas a pessoal (Medicina do Trabalho)	250	677	927	261	644	905	266	717	983	4,4%	-4,9%	-2,4%	-7,9%	28,8%	2,47	0,0%												
Total Consultas Médicas	89.335	203.220	297.555	87.558	210.303	297.861	96.156	216.002	312.158	-2,0%	3,5%	1,8%	-4,6%	29,4%	2,40	12,0%												
Psicologia	1.178	9.805	10.983	1.303	10.181	11.484	1.276	10.459	11.735	10,6%	3,8%	4,6%	-2,1%	11,3%	7,81	2,4%												
Apoio Nutricional e Dietética	843	1.971	2.814	886	2.321	3.207	879	2.073	2.952	5,1%	17,8%	14,0%	8,6%	27,6%	2,62	2,9%												
Enfermagem	0	889	889	3	551	554	0	0	0	-	-	-	-	0,5%	183,67	0,0%												
Total Consultas Não Médicas	2.021	12.665	14.686	2.192	13.053	15.245	2.155	12.532	14.687	8,5%	3,1%	3,8%	3,8%	14,4%	5,95	2,4%												
Total H.G.O.	91.356	215.885	307.241	89.750	223.356	313.106	98.311	228.534	326.845	-1,8%	3,5%	1,9%	-1,8%	28,7%	2,49	11,5%												

Handwritten signatures and initials:

 Suf M

4.2. Internamento

A atividade de internamento de agudos manteve a tendência decrescente dos últimos anos: em 2019, foram internados menos 288 doentes do que em 2018 (-1,3%), apesar do aumento de 31,8% atividade na Unidade de Hospitalização Domiciliária (mais 116 doentes saídos).

Resumo dos indicadores de Internamento

Internamento	n.º camas/n.º doentes/demora média			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
AGUDOS					
Lotação de agudos	575	574	576	-2 camas	-1 camas
Doentes Saídos	20.995	20.591	21.560	-4,5 %	-1,9 %
Demora Média (dias)	9,01	9,35	8,71	0,7 dias	0,4 dias
Taxa de Ocupação	91,1	93,2	92,6	0,6 p.p	2,1 p.p
Existência média diária	523,8	535,2	533,4	0,3 %	2,2 %
Doentes saídos/cama	37	36	37	-4,2 %	-1,8 %
UNIDADE HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA					
Lotação da UHD	15	22	22	0 camas	7 camas
Doentes Saídos	365	481	800	-39,9 %	31,8 %
Demora Média (dias)	10,3	12,5	9,8	2,7 dias	2,2 dias
BERÇÁRIO					
Lotação do berçário	33	33	33	0 camas	0 camas
Doentes Saídos (Recém-nascidos)	2.701	2.721	2.800	-2,8 %	0,7 %
Existência média diária	25,3	25,8	25,1	2,6 %	1,9 %

A justificar a evolução negativa neste indicador estiveram as especialidades de Otorrinolaringologia (menos 198 doentes), de Ginecologia (menos 87 doentes) e de Ortopneumologia (menos 62 doentes). A UIMC teve menos 223 doentes saídos, enquanto Serviço Responsável, correspondendo que a uma redução de internamento na Unidade, quer à afetação dos doentes ali internados às especialidades responsáveis.

Por outro lado, além da já referida Unidade de Hospitalização Domiciliária, as especialidades que tiveram evoluções mais positivas foram a Pneumologia (mais 100 doentes), a Pediatria (mais 61 doentes) e a Psiquiatria (mais 45 doentes).

A demora média atingiu, em 2019, 9,35 dias, +0,4 dias do que em 2018, mantendo a tendência de agravamento dos últimos anos.

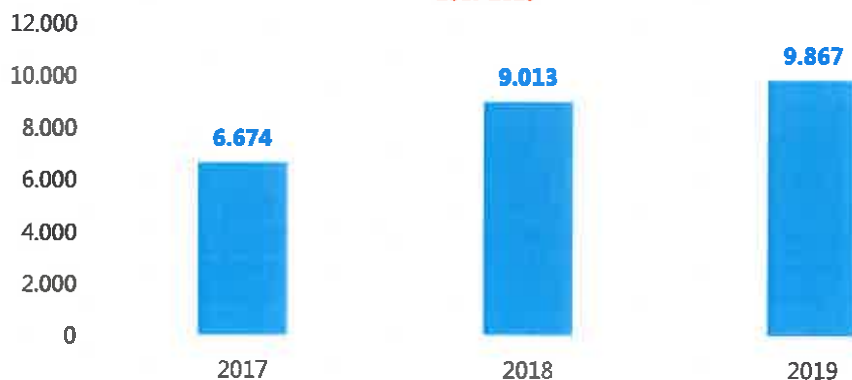
A generalidade das especialidades viu aumentado o tempo médio de permanência no Hospital, sendo de destacar a Endocrinologia (+ 2,26 dias), a Reumatologia (+1,68 dias), a Ortopneumologia (+1,57 dias) e a Otorrinolaringologia (+ 1,20 dias). A Medicina Interna agravou o tempo médio de permanência no Hospital em 0,92 dias, correspondendo a mais 2.155 dias de internamento.

A demora média esperada para o HGO, no benchmarking IASIST (que considera a complexidade da casuística e a severidade de cada um dos episódios), tendo por referência a totalidade da produção do 1.º semestre de 2019, foi de 6,99 dias, ou seja, 2,36 dias abaixo da observada (9,35 dias). Este resultado traduz-se num elevado índice de demora média ajustada ao risco, e representa um consumo de cerca de 33% de dias de internamento a mais do que expectável para a casuística (mais 63.560 dias).

Em 2019, o número de dias de protelamento foi de 9.867 dias clinicamente desnecessários (+9,4% do que em 2018), ou seja cerca de 27 camas estiveram permanentemente ocupadas (4,7% da capacidade instalada no HGO), por doentes com alta clínica a aguardar colocação na RNCCI ou em ERPI da Segurança Social.

23
Qu
Ar
m

**Evolução do N.º de dias de protelamento
2017-2019**



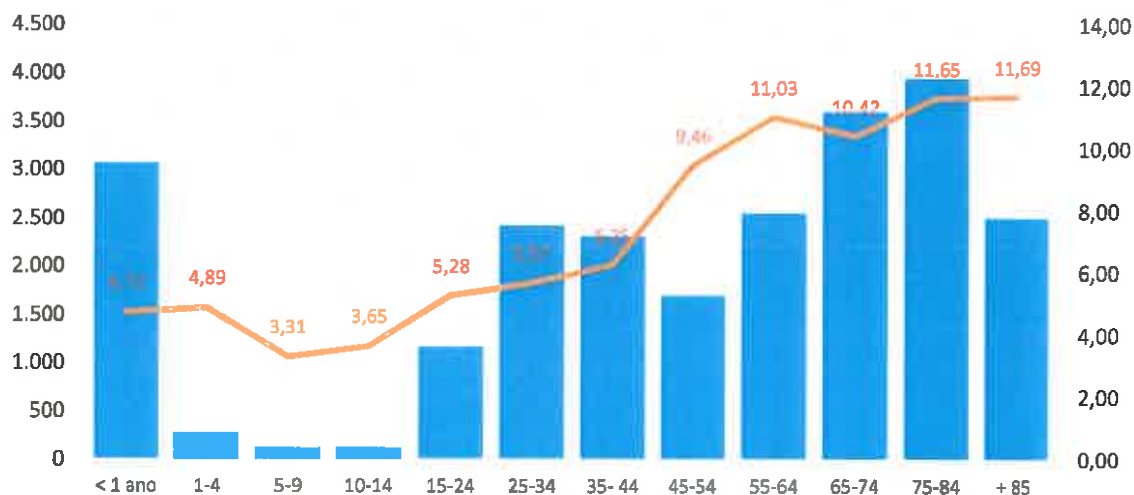
A taxa de ocupação aumentou 2,1p.p face a 2018, fixando-se em 93,2%, em resultado da ligeira redução da lotação (menos 1 cama) e do agravamento da demora média.

O número médio de doentes saídos/cama diminuiu 1,8% (-1 doente por cama) justificado pelo facto de o número de doentes saídos ter diminuído mais que proporcionalmente do que lotação.

A idade média dos doentes internados em 2019 foi de 51,1 anos, sendo que os grupos etários > 65 anos representaram 42% do total de doentes saídos (berçário incluído).

De referir que é nos grupos etários mais elevados que se verificam as demoras médias mais elevadas, conforme representado no gráfico infra, e onde ocorrem o maior número de dias protelamento (idade > 65 anos = 6.652 dias, ou seja, 67,4% dos dias).

Ano 2019 - n.º doentes saídos do internamento por grupo etário e demora média por grupo etário



**Detalhe da atividade de internamento
2018-2019**

internamento	Doentes saídos (DS)				variação realizado: 2019/2018				variação realizado/(meta) 2019			
	ano 2018	ano 2019	meta 2019	Nº DS	%	Nº DS	%	Nº DS	%	Nº DS	%	%
Angiologia e Cirurgia Vascular	387	395	387	8	2,1%	8	2,1%	8	2,1%	8	2,1%	
Cardiologia	1.375	1.401	1.420	26	1,9%	-19	-1,3%	-19	-1,3%	-19	-1,3%	
Cirurgia Geral	2.244	2.255	2.244	11	0,5%	11	0,5%	11	0,5%	11	0,5%	
Cirurgia Maxilo-Facial	107	117	107	10	9,3%	10	9,3%	10	9,3%	10	9,3%	
Cirurgia Pediátrica	58	35	58	-23	-39,7%	-23	-39,7%	-23	-39,7%	-23	-39,7%	
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	133	147	133	14	10,5%	14	10,5%	14	10,5%	14	10,5%	
Dermato-Venereologia	36	42	36	6	16,7%	6	16,7%	6	16,7%	6	16,7%	
Doenças Infecciosas (Infecçiology)	198	219	250	21	10,6%	-31	-12,4%	-31	-12,4%	-31	-12,4%	
Endocrinologia - Nutrição	112	93	80	-19	-17,0%	13	16,3%	13	16,3%	13	16,3%	
Gastroenterologia	586	575	590	-11	-1,9%	-15	-2,5%	-15	-2,5%	-15	-2,5%	
Ginecologia	956	869	950	-87	-9,1%	-81	-8,5%	-81	-8,5%	-81	-8,5%	
Medicina Interna	3.021	2.975	3.232	-46	-1,5%	-257	-8,0%	-257	-8,0%	-257	-8,0%	
Nefrologia	291	295	291	4	1,4%	4	1,4%	4	1,4%	4	1,4%	
Neonatalogia	134	151	148	17	12,7%	3	2,0%	3	2,0%	3	2,0%	
Neurocirurgia	981	983	981	2	0,2%	2	0,2%	2	0,2%	2	0,2%	
Neurologia	405	390	420	-15	-3,7%	-30	-7,1%	-30	-7,1%	-30	-7,1%	
Obstetrícia	3.049	3.070	3.100	21	0,7%	-30	-1,0%	-30	-1,0%	-30	-1,0%	
Oftalmologia	394	355	360	-39	-9,9%	-5	-1,4%	-5	-1,4%	-5	-1,4%	
Oncologia	461	420	461	-41	-8,9%	-41	-8,9%	-41	-8,9%	-41	-8,9%	
Ortopedia + Trauma	1.351	1.289	1.351	-62	-4,6%	-62	-4,6%	-62	-4,6%	-62	-4,6%	
Otorrinolaringologia	705	507	650	-198	-28,1%	-143	-22,0%	-143	-22,0%	-143	-22,0%	

Demora média (DS)				Demora média 2019 (variação face a 2018)			
ano 2018	ano 2019	Nº	%	ano 2018	ano 2019	Nº	%
11,21	10,91	-0,30	-2,7%	11,21	10,91	-0,30	-2,7%
4,47	4,55	0,08	1,8%	4,47	4,55	0,08	1,8%
7,86	7,76	-0,11	-1,3%	7,86	7,76	-0,11	-1,3%
5,71	5,70	-0,01	-0,2%	5,71	5,70	-0,01	-0,2%
5,14	5,14	0,00	0,1%	5,14	5,14	0,00	0,1%
7,92	7,00	-0,92	-11,6%	7,92	7,00	-0,92	-11,6%
16,47	11,57	-4,90	-29,8%	16,47	11,57	-4,90	-29,8%
18,82	18,28	-0,54	-2,8%	18,82	18,28	-0,54	-2,8%
7,68	9,94	2,26	29,4%	7,68	9,94	2,26	29,4%
9,41	9,60	0,20	2,1%	9,41	9,60	0,20	2,1%
2,66	2,38	-0,28	-10,6%	2,66	2,38	-0,28	-10,6%
12,38	13,29	0,92	7,4%	12,38	13,29	0,92	7,4%
12,42	11,37	-1,05	-8,4%	12,42	11,37	-1,05	-8,4%
29,66	26,26	-3,41	-11,5%	29,66	26,26	-3,41	-11,5%
11,02	11,61	0,59	5,3%	11,02	11,61	0,59	5,3%
11,80	10,74	-1,05	-8,9%	11,80	10,74	-1,05	-8,9%
4,65	4,77	0,12	2,7%	4,65	4,77	0,12	2,7%
3,32	3,19	-0,14	-4,1%	3,32	3,19	-0,14	-4,1%
10,51	11,21	0,70	6,7%	10,51	11,21	0,70	6,7%
9,41	10,98	1,57	16,7%	9,41	10,98	1,57	16,7%
3,48	4,67	1,20	34,3%	3,48	4,67	1,20	34,3%

Red
mi.
Ar

Internamento									
Doentes saídos (DS)					Variação realizado 2019/2018				
	ano 2018	ano 2019	meta 2019	Nº DS	%	Nº DS	%	Nº DS	%
Pediatria	665	726	700	61	9,2%	26	3,7%		
Pneumologia	422	522	485	100	23,7%	37	7,6%		
Psiquiatria (agudos)	322	367	350	45	14,0%	17	4,9%		
Reumatologia	80	80	80	0	0,0%	0	0,0%		
Urologia	635	611	635	-24	-3,8%	-24	-3,8%		
UCI Polivalente *	118	154	118	36	30,5%	36	30,5%		
UCI Pediátricos *	17	17	30	0	0,0%	-13	-43,3%		
UCI Neurocirurgia *	135	102	98	-33	-24,4%	4	4,1%		
Unidade AVC *	66	75	66	9	13,6%	9	13,6%		
UCI Coronários *	107	119	120	12	11,2%	-1	-0,8%		
UCINT *	152	159	169	7	4,6%	-10	-5,9%		
UIMC *	1.255	1.032	1.418	-223	-17,8%	-386	-27,2%		
UMD *	37	34	42	-3	-8,1%	-8	-19,0%		
Enfermaria P6	0	1	0	1	-	1	-		
UCIM (tenda)	0	9	0	9	-	9	-		
Total sem UHD e sem berçário	20.995	20.591	21.560	-404	0	-969	-1		
Hospitalização Domiciliar	365	481	800	116	31,8%	-319	-39,9%		
Total sem berçário	21.360	21.072	22.360	-288	0	-1.288	-1		
Berçário	2.701	2.721	2.800	20	0,7%	-79	-2,8%		
Total Geral com UHD e Berçário	24.061	23.793	25.160	-268	-1,1%	-1367	-5,4%		

* Nas Unidades é apresentada a demora média dos doentes tratados

Demora média (DS)				Demora média 2019 (variação face a 2018)	
	ano 2018	ano 2019	Nº		%
	4,94	5,03	0,08		1,7%
	16,71	14,32	-2,39		-14,3%
	28,63	28,10	-0,53		-1,9%
	5,83	7,50	1,68		28,8%
	7,58	8,04	0,45		6,0%
	21,69	13,77	-7,91		-36,5%
	24,53	19,29	-5,24		-21,3%
	17,18	24,16	6,98		40,6%
	9,71	8,32	-1,39		-14,3%
	17,58	15,78	-1,80		-10,2%
	15,57	13,64	-1,93		-12,4%
	10,54	11,50	0,96		9,1%
	38,81	41,06	2,25		5,8%
	-	27,00	-		-
	-	27,78	-		-
	9,01	9,35	0,35		3,9%
	10,35	12,49	2,14		20,7%
	9,03	9,43	0,40		4,4%
	3,42	3,47	0,05		1,4%
	8,40	8,74	0,34		4,1%

4.3. Atividade Cirúrgica

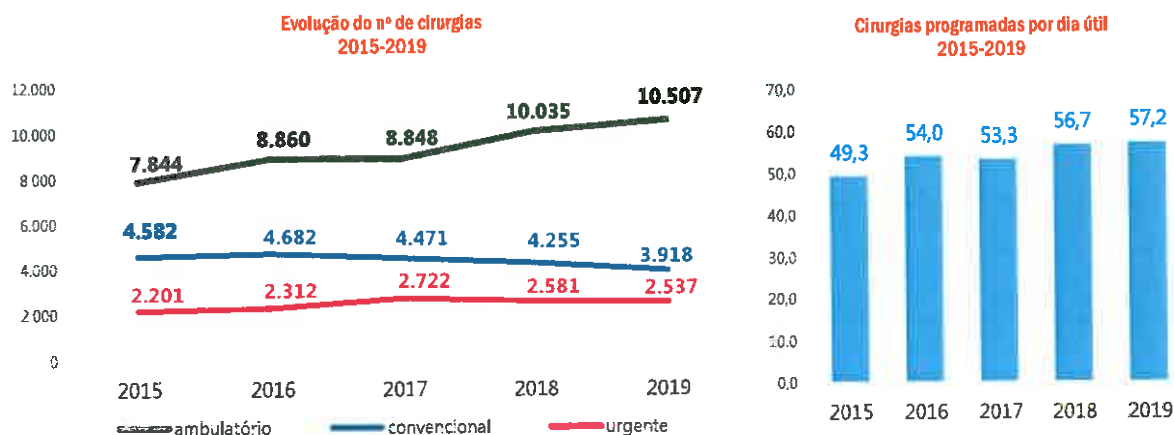
Em 2019, foram realizadas 16.962 cirurgias, das quais 14.425 foram programadas, ou seja, 57 cirurgias programadas por dia útil, em média.

A atividade cirúrgica ficou assim, em 2019, 0,5% acima da realizada em 2018 (mais 91 cirurgias), apesar da greve cirúrgica (greve dos enfermeiros dos blocos operatórios) que decorreu nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2019, e que se estima ter sido responsável pelo adiamento de cerca 300 cirurgias no HGO.

Resumo dos indicadores de Atividade Cirúrgica

Cirurgias	n.º intervenções			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
Total Cirurgias	16.871	16.962	16.856	-10,0%	0,5%
Total Programada	14.290	14.425	15.869	-9,1 %	0,9 %
Convencional	4.255	3.918	4.519	-13,3 %	-7,9 %
Base	3.343	3.161	4.519	-30,1 %	-5,4 %
Adicional	912	757	0	-	-17,0 %
Ambulatório	10.035	10.507	11.350	-7,4 %	4,7 %
Base	6.852	7.680	10.475	-26,7 %	12,1 %
Adicional	3.183	2.827	875	223,1 %	-11,2 %
Total Urgente	2.581	2.537	2.987	-15,1 %	-1,7 %

Na atividade programada, verificou-se o aumento de 0,9% do número de cirurgias. Esta variação resultou essencialmente do reforço da cirurgia de ambulatório, que registou um aumento face a 2018 de 4,7% (mais 472 cirurgias) e que robusteceu a tendência crescente dos últimos anos.



Considerando apenas a cirurgia programada (base ou adicional), é de salientar o aumento, face a 2018, nas especialidades de Dermatologia (+129%), Medicina da Dor (+58,8%), Senologia (+19,9%), Cirurgia Maxilo-Facial (+9,2%), Ginecologia (+8,3%), Oftalmologia (+7,5%) e Cirurgia Geral (+4,6%).

Detalhe da atividade cirúrgica
2018-2019

REALIZADO 2018/2019	Convencional		Ambulatório		Total Programada		Var % 2018/2019	Urgente		Var % 2018/2019	Total Cirurgias		Var % 2018/2019
	2018	2019	2018	2019	2018	2019		2018	2019		2018	2019	
Angiologia e Cirurgia Vascular	282	268	380	239	662	507	-23,4%	73	78	6,8%	735	585	-20,4%
Cirurgia Geral	612	591	726	809	1.338	1.400	4,6%	1.269	1.200	-5,4%	2.607	2.600	-0,3%
Senologia	137	174	9	1	146	175	19,9%	0	3	-	146	178	21,9%
Cirurgia Maxilo-Facial	86	82	56	73	142	155	9,2%	5	3	-40,0%	147	158	7,5%
Cirurgia Pediátrica	28	24	172	142	200	166	-17,0%	43	11	-74,4%	243	177	-27,2%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	123	111	738	558	861	669	-22,3%	4	3	-25,0%	865	672	-22,3%
Cirurgia Torácica	0	0	0	0	0	0	-	14	17	-	14	17	21,4%
Dermato-Venereologia	0	2	210	479	210	481	129,0%	0	0	-	210	481	129,0%
Ginecologia	357	309	700	836	1.057	1.145	8,3%	247	137	-44,5%	1.304	1.282	-1,7%
Neurocirurgia	488	448	354	263	842	711	-15,6%	352	395	12,2%	1.194	1.106	-7,4%
Obstetrícia	1	0	0	0	1	0	-	169	198	17,2%	170	198	16,5%
Oftalmologia	307	263	5.414	5.889	5.721	6.152	7,5%	23	44	91,3%	5.744	6.196	7,9%
Ortopedia	281	153	240	203	521	356	-31,7%	0	1	-	521	357	-31,5%
Traumatologia	856	859	6	0	862	859	-0,3%	166	248	49,4%	1.028	1.107	7,7%
Otorrinolaringologia	289	264	423	291	712	555	-22,1%	86	64	-25,6%	798	619	-22,4%
Urologia	375	337	39	64	414	401	-3,1%	121	132	9,1%	535	533	-0,4%
Nefrologia	0	0	168	22	168	22	-86,9%	0	2	-	168	24	-85,7%
Pneumologia	25	23	0	0	25	23	-8,0%	9	1	-88,9%	34	24	-29,4%
Dor	8	10	400	638	408	648	58,8%	0	0	-	408	648	58,8%
Total	4.255	3.918	10.035	10.507	14.290	14.425	0,9%	2.581	2.537	-1,7%	16.871	16.962	0,5%

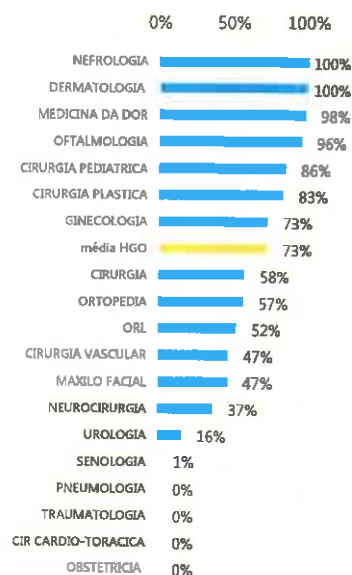
A % de cirurgia de ambulatório no total da atividade programada foi de 72,8%, o valor mais elevado alguma vez registado, no Hospital.

As especialidades que mais contribuíram para a ambulatorização da atividade foram a Dermatologia, a Medicina da Dor, a Oftalmologia, a Cirurgia Pediátrica e a Cirurgia Plástica, com % superiores a 80%.

Detalhe da atividade cirúrgica por tipo de cirurgia
2019

% ambulatorização 2019

ano 2019	Convencional			Ambulatório			Urgente	Total	Rátios de atividade		
	Base	Adicional	Total	Base	Adicional	Total			Prog/Total	Amb/Prog	Amb/Prog
Angiologia e Cirurgia Vascular	268		268	233	6	239	78	585	86,7%	47,1%	1,2%
Cirurgia Geral	487	104	591	652	157	809	1.200	2.600	53,8%	57,8%	18,6%
Senologia	141	33	174	1		1	3	178	98,3%	0,6%	18,9%
Cirurgia Maxilo-Facial	82		82	73		73	3	158	98,1%	47,1%	0,0%
Cirurgia Pediátrica	24		24	142		142	11	177	93,8%	85,5%	0,0%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	111		111	430	128	558	3	672	99,6%	83,4%	19,1%
Cirurgia Torácica			0			0	17	17	0,0%	#DIV/0!	#DIV/0!
Dermato-Venereologia	2		2	365	114	479	0	481	100,0%	99,6%	23,7%
Ginecologia	309		309	836		836	137	1.282	89,3%	73,0%	0,0%
Neurocirurgia	419	29	448	263		263	395	1.106	64,3%	37,0%	4,1%
Obstetrícia			0			0	198	198	0,0%	#DIV/0!	#DIV/0!
Oftalmologia	260	3	263	3.467	2.422	5.889	44	6.196	99,3%	95,7%	39,4%
Ortopedia	84	69	153	203		203	1	357	99,7%	57,0%	19,4%
Traumatologia	397	462	859			0	248	1.107	77,6%	0,0%	53,8%
Otorrinolaringologia	264		264	291		291	64	619	89,7%	52,4%	0,0%
Urologia	280	57	337	64		64	132	533	75,2%	16,0%	14,2%
Nefrologia			0	22		22	2	24	91,7%	100,0%	0,0%
Pneumologia	23		23			0	1	24	95,8%	0,0%	0,0%
Dor	10		10	638		638	0	648	100,0%	98,5%	0,0%
Total	3.161	757	3.918	7.680	2.827	10.507	2.537	16.962	85,0%	72,8%	24,8%



Asf
nn

4.4. Urgência

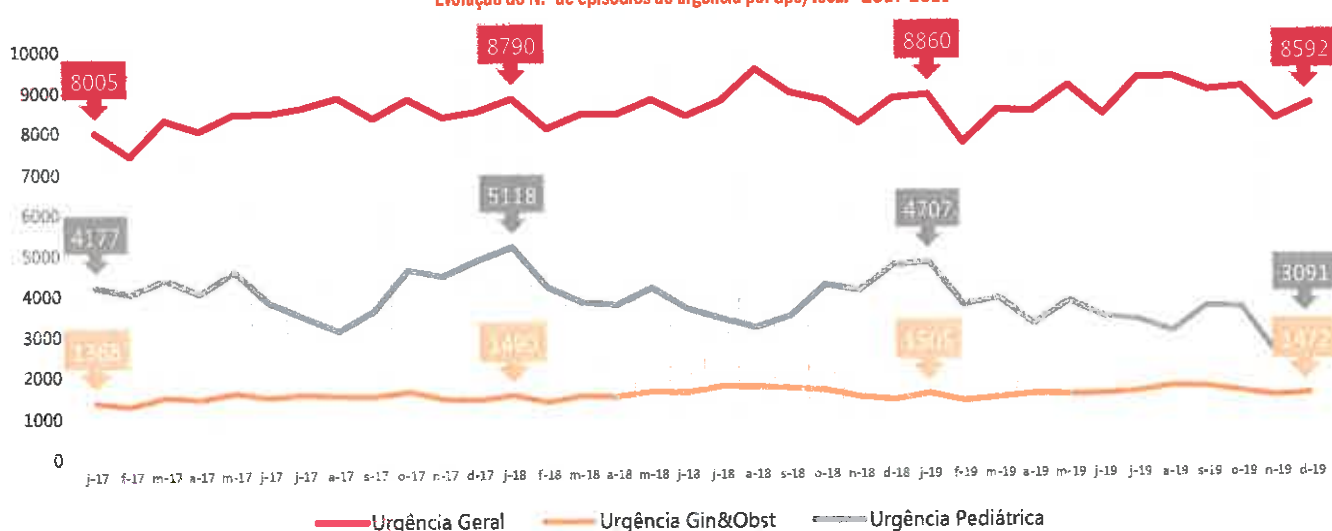
Resumo dos indicadores de Urgência

Urgências	n.º urgências			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
Total Atendimentos	169.039	163.721	167.777	-2,4 %	-3,1 %
Geral	103.527	104.246	102.265	1,9 %	0,7 %
Ginec. / Obstet.	18.312	17.893	18.312	-2,3 %	-2,3 %
Pediátrica	47.200	41.582	47.200	-11,9 %	-11,9 %
Urgências sem internamento	153.977	148.067	153.000	-3,2 %	-3,8 %
Geral	92.208	92.966	91.728	1,3 %	0,8 %
Ginec. / Obstet.	15.177	14.766	15.016	-1,7 %	-2,7 %
Pediátrica	46.592	40.335	46.256	-12,8 %	-13,4 %
% Internamento no HGO	8,9	9,6	8,8	0,8 p.p.	0,7 p.p.
Geral	10,9	10,8	10,3	0,5 p.p.	-0,1 p.p.
Ginec. / Obstet.	17,1	17,5	18,0	-0,5 p.p.	0,4 p.p.
Pediátrica	1,3	3,0	2,0	1 p.p.	1,7 p.p.

O número de atendimentos no Serviço de Urgência apresentou, em 2019, um decréscimo de 3,1% (menos 5.318 episódios), com forte contributo da urgência pediátrica (-11,9%; menos 5.618 atendimentos) e da urgência de Ginecologia e Obstetrícia (-2,3%; menos 419 episódios).

Se apenas consideramos os episódios sem destino internamento, valor ao qual estamos vinculados para efeitos de Contrato-Programa, manteve-se a tendência também decrescente face ao período homólogo (-3,8%). Verificou-se que 9,6% dos episódios tiveram como destino internamento, o que representou um aumento de 0,7 p.p. face a 2018.

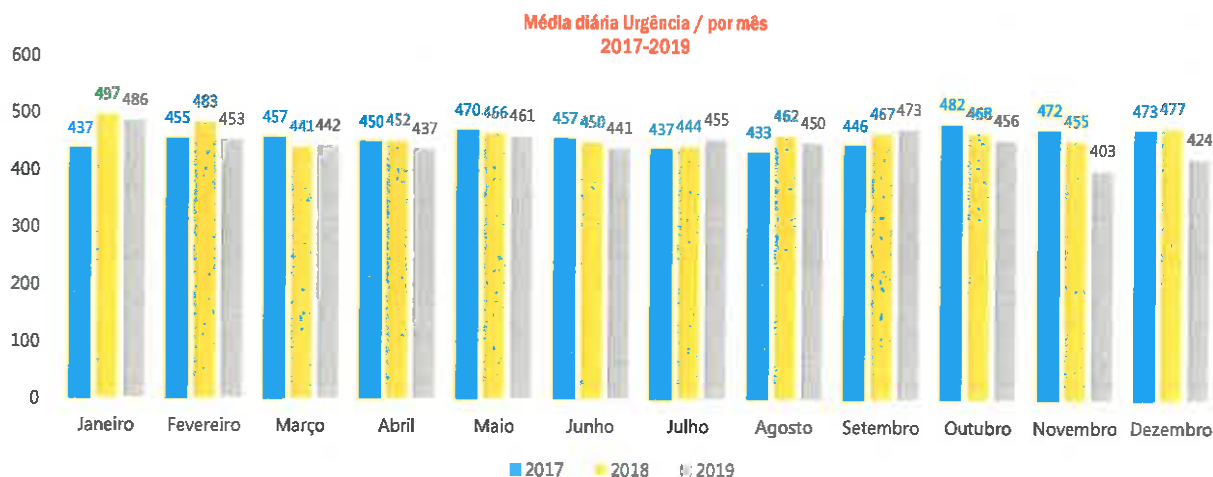
Evolução do N.º de episódios de urgência por tipo/local - 2017-2019



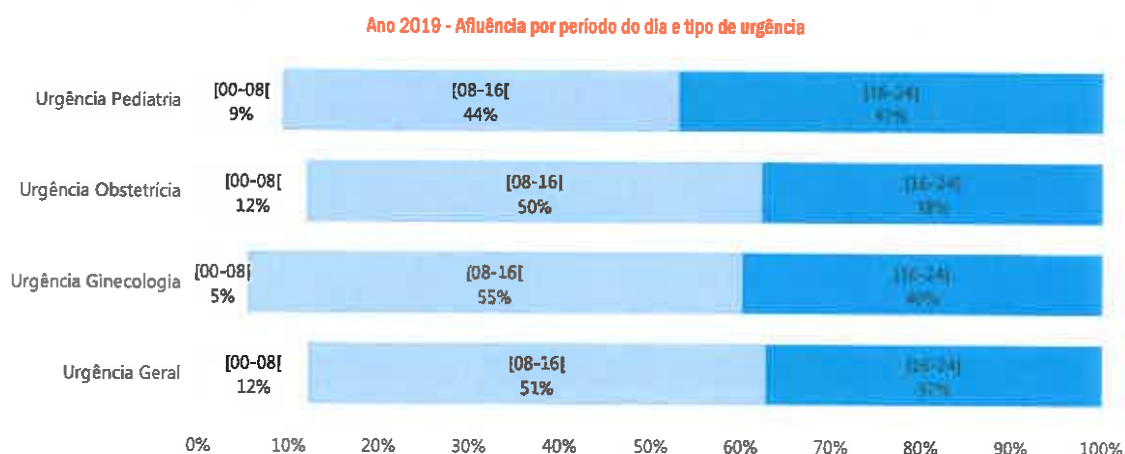
Como se pode constatar, no gráfico supra, a atividade mensal de urgência tem-se mantido relativamente estável nos últimos 3 anos, excepto na Urgência Pediátrica que, devido à saída de pediatras nos últimos anos do HGO, foi encerrada, a partir de 18 de Novembro de 2019, no período noturno.

Ass
ca
ml

No ano de 2019, foram atendidos, em média, 448 doentes por dia, sendo que na Urgência Geral atenderam-se 285 doentes, na Urgência de Ginecologia & Obstetrícia foram observadas 49 doentes e na Urgência Pediátrica realizaram-se 114 episódios de urgência por dia.



Foram atendidos, em média, cerca de 19 doentes por hora, sendo que em todas as urgências excepto na Urgência Pediátrica, o período das 8h às 16h foi o que registou maior afluência.

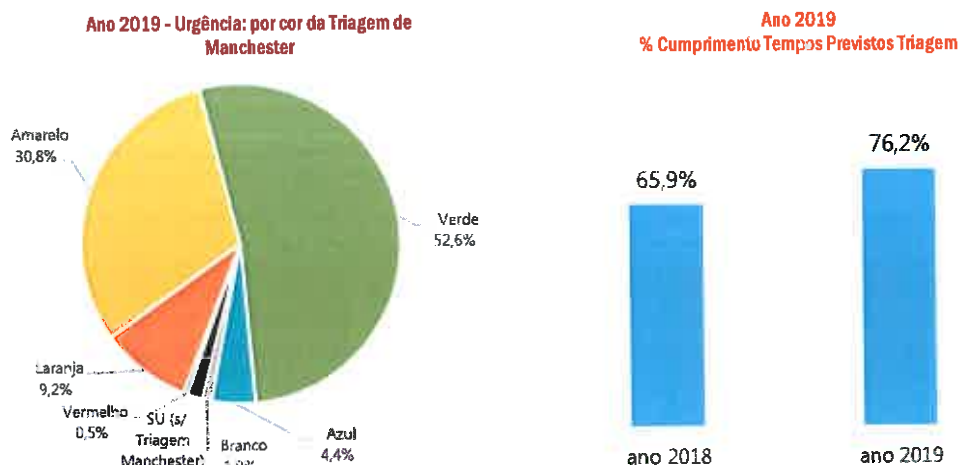


Podemos constatar no gráfico seguinte que só cerca de 40% dos doentes apresentaram cores de triagem correspondentes a situação de urgência aguda, em princípio, com necessidade de intervenção numa urgência polivalente. Os doentes triados com verde e azul representaram 57% do total de urgências.

30

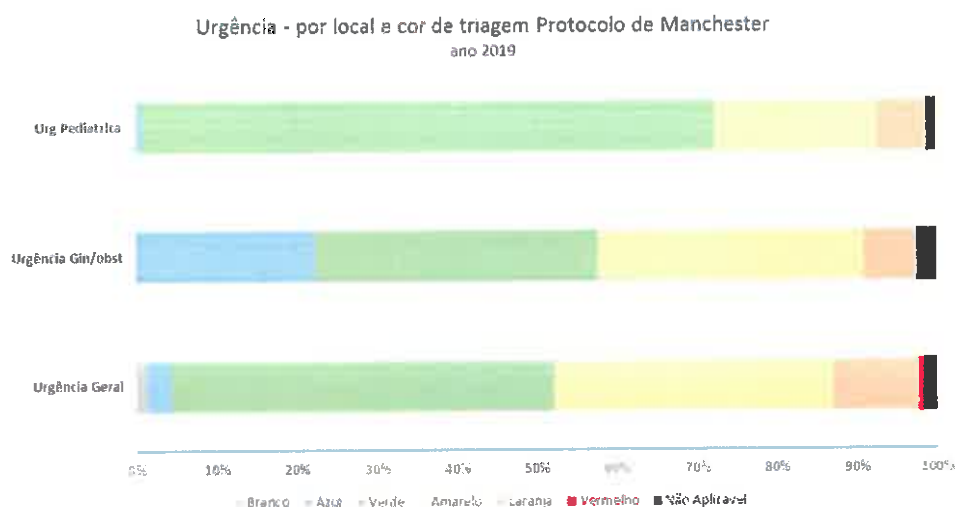
AdF

md



Por local de urgência:

- Na urgência geral, 52,3% dos atendimentos foram triados como verdes (48%), azuis (2,9%) ou brancos (1,4%).
- Na urgência pediátrica, 72,6% corresponderam a atendimentos pouco urgentes (verdes, azuis).
- Na urgência Gin/Obst, 58% dos atendimentos foram triados como pouco urgentes (verdes, azuis).



4.5. Hospital de Dia

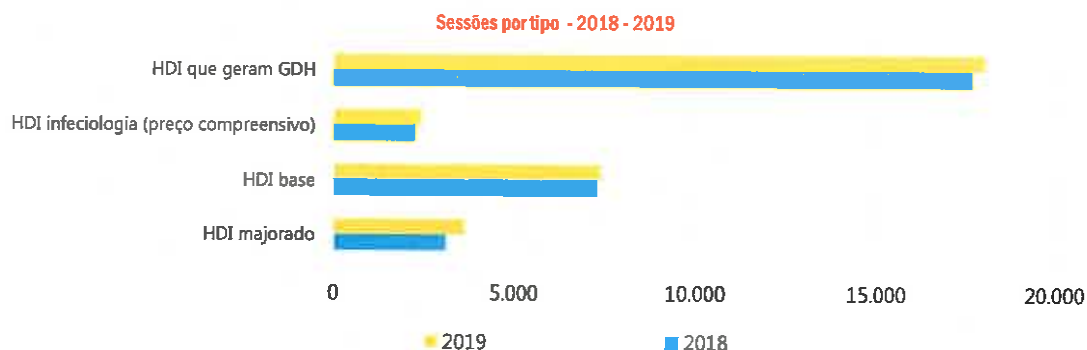
Em 2019, efetivaram-se 32.813 sessões de Hospital de Dia (HDI), ou seja, em média, realizaram-se 130 sessões, por dia útil.

Dessas 32.813 sessões, cerca de 55% geraram GDH de ambulatório, para as quais contribuíram especialmente o HDI de Nefrologia (GDH 460 – Hemodiálise) e os Hospitais de Dia de Oncologia Médica, Hematologia Clínica e Pneumologia (GDH 693 – Quimioterapia).

Os HDI com preço majorado, nas especialidades de Hematologia Clínica, Imunohemoterapia, Psiquiatria e Pedopsiquiatria, e que têm procedimentos significativos associados, de acordo com a Circular Normativa de Facturação n.º 15/2019, representaram 11% do total de sessões.

31

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.



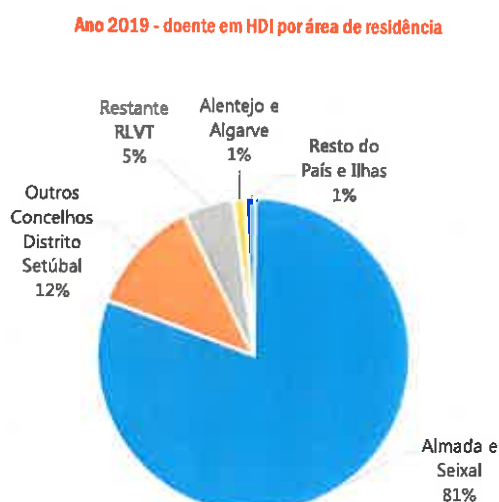
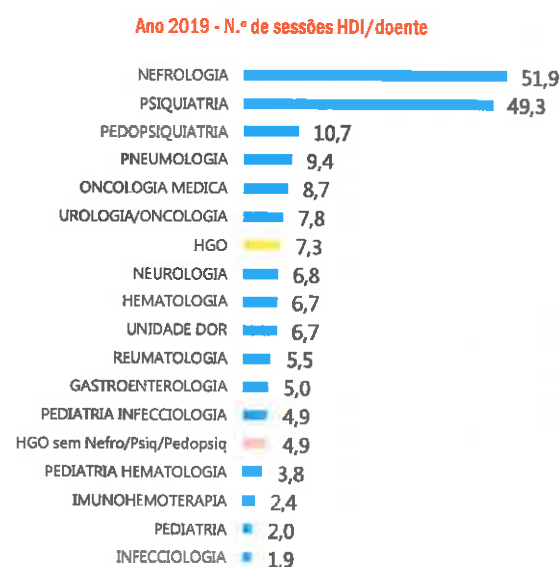
No que se refere às sessões de HDI que não geram GDH, verificou-se um acréscimo de 5,8% (mais 602 sessões) face a 2018, sendo de destacar o acréscimo nos Hospitais de Dia de Psiquiatria e Pedopsiquiatria.

Resumo dos indicadores de Hospital de Dia

Hospitais de Dia	n.º sessões			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
Sessões (sem GDH)	10.425	11.027	10.966	0,6 %	5,8 %
Hematologia	596	457	1.776	-74,3 %	-23,3 %
Imuno-Hemoterapia	280	302	846	-64,3 %	7,9 %
Psiquiatria	2.238	2.860	2.523	13,4 %	27,8 %
Cuidados Paliativos	0	0	50	-	-
Base	7.311	7.408	5.771	28,4 %	1,3 %
Hemodiálise - Doentes Crónicos - sessões	9.060	8.983	9.464	-5,1 %	-0,8 %

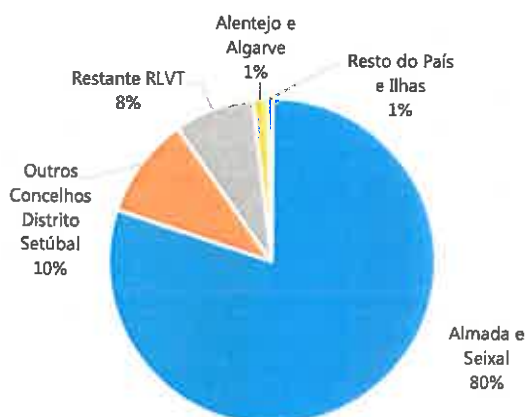
O número de doentes tratados em Hospital de dia foi de 4.471, representando um aumento de 5,5% face a 2018 (quando foram tratados 4.240 doentes). O número médio de sessões por doente (excluindo a Nefrologia, Psiquiatria e Pedopsiquiatria) foi de 4,9, no ano.

Fazendo uma análise por área de residência, podemos observar que 81% dos doentes tratados em Hospital de Dia pertenciam aos dois Concelhos da área de influência direta do HGO.

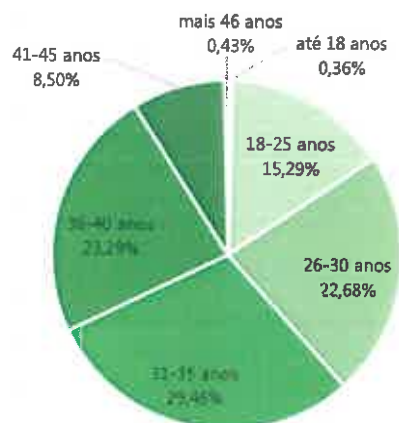


Analisando a distribuição do número de partos por faixa etária da idade da mãe, verifica-se que, em 2019, a idade média foi de 32,2 anos, sendo que as parturientes com idades compreendidas entre os 26 e os 40 anos foram responsáveis por mais de 75% dos partos.

Ano 2019 - Partos por área de residência



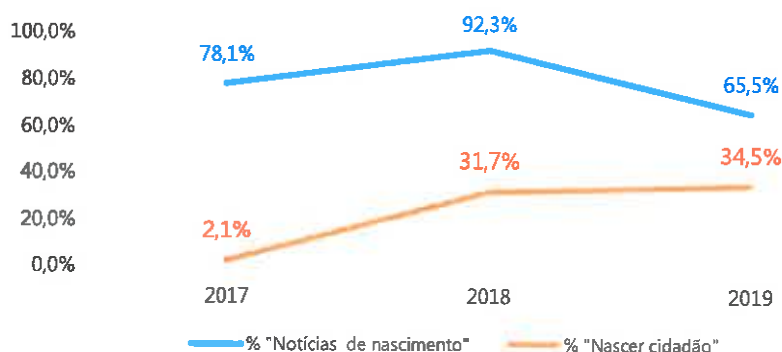
Ano 2019 - Parturientes por área de residência



O Despacho n.º 6744/2016 previu a criação de um programa de simplificação administrativa, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil e do Programa Nacional de Vacinação, que pretendeu aproximar o Sistema de Saúde ao Cidadão, e que contemplou 2 projetos relevantes, a implementar até 31 de Dezembro de 2016:

- "Nascer Utente", o qual irá permitir a inscrição imediata no Registo Nacional de Utente, procedendo-se à atribuição do respetivo número de utente, a constar do cartão do cidadão, e de médico de família;
- "Notícia Nascimento", que se traduz num instrumento de comunicação entre os Cuidados de Saúde Hospitalares e Cuidados de Saúde Primários (CSP), permitindo um maior e mais célere acompanhamento dos novos utentes, bem como a identificação de alertas;

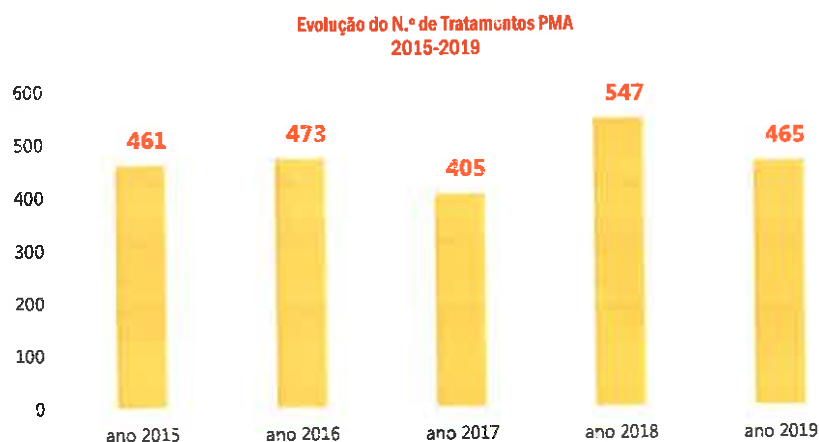
Estes projetos dependem, em parte, da sensibilização dos pais, mas também da disponibilidade de agendamento do serviço. Neste sentido, a alteração do horário no ano de 2019 (só a funcionar no período da tarde) parece ter influenciado a % de adesão aos projetos, com uma redução muito significativa na % de "Notícias de nascimento".



4.7. Procriação Medicamente Assistida

O Centro de Infertilidade e Reprodução Medicamente Assistida (CIRMA) oferece tratamentos de Procriação Medicamente Assistida, de 1ª linha (Indução Ovária, Inseminação Intrauterina) e de 2ª linha (Fertilização in vitro e Microinjeção intracitoplasmática).

A atividade do CIRMA tem-se mantido relativamente estável nos últimos anos, no que se refere ao número de tratamentos realizados.



Em 2019, verificou-se um aumento do número de tratamentos de 2ª linha, traduzindo o aumento da diferenciação atividade realizada no CIRMA.

Resumo dos indicadores de PMA

Diagnóstico e Tratamento da infertilidade	n.º consultas/ n.º tratamentos			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
N.º 1as Consultas de Apoio à Fertilidade	864	785	800	-1,9 %	-9,1 %
N.º Induções da Ovulação	158	62	140	-55,7 %	-60,8 %
N.º Inseminações Intra-Uterinas	150	131	170	-22,9 %	-12,7 %
N.º Fertilizações In Vitro	122	154	130	18,5 %	26,2 %
N.º ICSI	77	109	90	21,1 %	41,6 %
N.º ICSI cirúrgicos	4	9	6	50,0 %	125,0 %

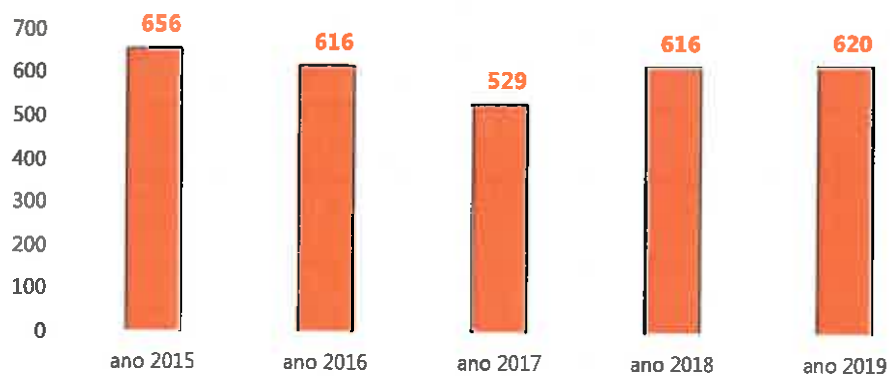
4.8. Interrupção Voluntária da Gravidez

Em 2019, foram realizadas 620 interrupções voluntárias da gravidez (IVG), em ambulatório (+0,6% do que em 2018, a 613 mulheres (idade mínima = 16 anos; idade máxima = 48 anos; idade média = 29,5 anos).

Resumo dos indicadores de IVG

Interrupção Voluntária da Gravidez	n.º IVG			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/Meta	19/18
IVG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa	610	618	650	-4,9 %	1,3 %
IVG até 10 semanas - N.º IG Cirúrgica	6	2	10	-80,0 %	-66,7 %

Evolução do N.º de IVG
2015-2019

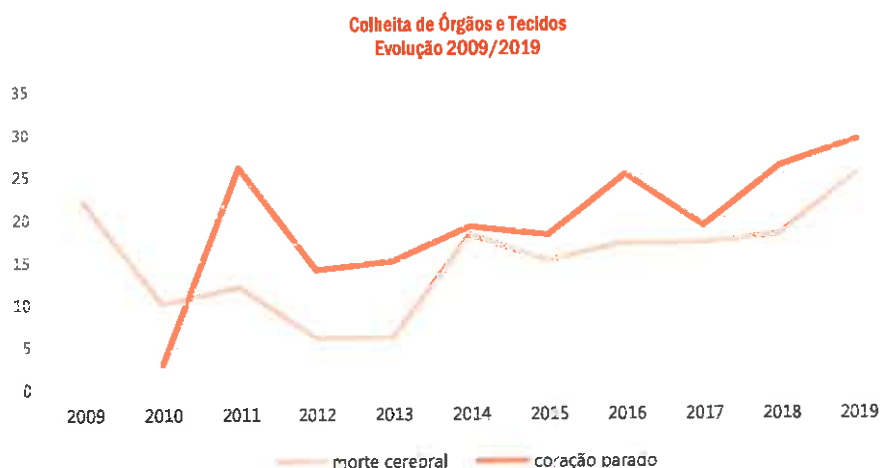


4.9. Colheita e Transplantação

Colheita de Órgãos e Tecidos

O ano de 2019 foi o ano com maior atividade de colheita de órgãos no HGO.

Durante os últimos anos têm sido analisados os vários constrangimentos ao bom desempenho da atividade de doação com o objetivo de melhorar os rácios existentes. Em 2019, houve um incremento da atividade de colheita de órgãos e tecidos.



NOTA: O programa de doação de córneas em dadores de coração parado teve início no HGO em 2010.

Colheita e Transplante de Córnea

A atividade de colheita de Córneas no HGO progrediu significativamente nos últimos 10 anos e tem-se mantido de forma regular graças à referenciação atempada da responsabilidade da Equipa de Coordenação Hospitalar de Doação e ao empenho dos profissionais do Centro de Responsabilidade Integrada de Oftalmologia (CRIO).

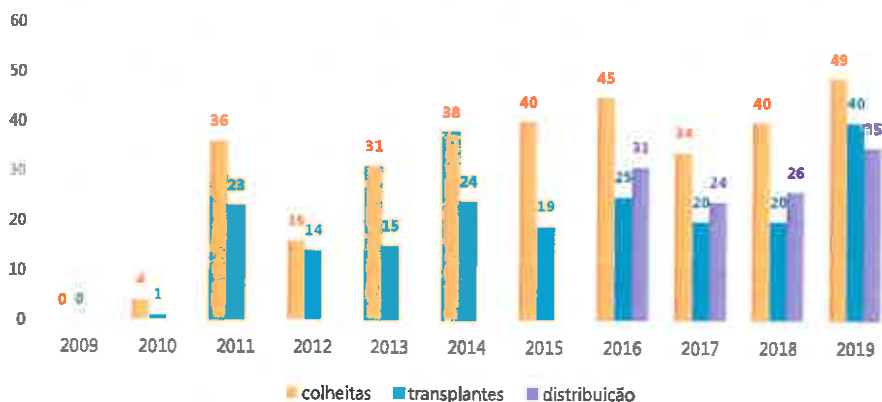
O CRIO tem, desde 2016, um Banco de Córneas certificado, único a Sul do Tejo, com capacidade para contagem, classificação e armazenamento de córneas dadoras não manipuladas.

Um dos principais objetivos do Banco de Córneas é privilegiar a realização de protocolos de fornecimento de Córneas a outras Instituições, como forma de promover a realização do transplante de córnea a nível nacional e regional.

Em 2017, foi assinado um acordo de disponibilização de Córneas ao Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, que envolve uma parceria no aperfeiçoamento e melhoria técnica dos transplantes penetrantes realizados, assim como a evolução conjunta para os transplantes não penetrantes.

Em 2019, verificou-se um aumento de 100% no número de transplantes de córnea realizados (mais 20 transplantes), com crescente complexidade dos casos tratados.

Colheita e Transplante de Cómea
Evolução 2009/2019



Colheita e Transplante Renal

A Unidade de Transplantação Renal do HGO iniciou a sua atividade em 1997 e a sua evolução tem estado condicionada à atividade de colheitas de órgãos, que tem sofrido algumas flutuações ao longo dos anos.

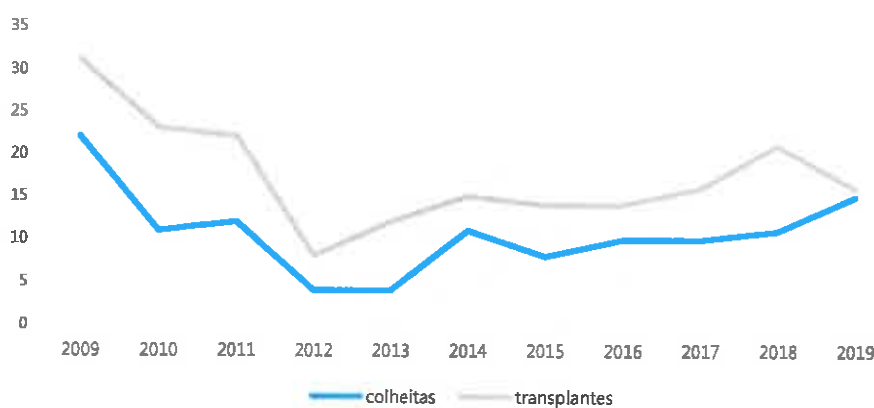
A referenciação dos doentes provém fundamentalmente da Península de Setúbal, Portimão, Évora, Beja, Portalegre e Faro e ainda de diferentes regiões como Lisboa, Loures, Entroncamento, Leiria e outros.

Em 2019, foram realizados 16 transplantes de rim, sendo que 10 rins (62,5%) foram provenientes de colheitas realizadas no HGO e os restantes 6 rins vieram de outros hospitais.

No final de 2019, a Unidade de Transplantação Renal tinha 98 doentes em lista de espera ativa pré transplantação renal (face a 100 doentes no final de 2018) e acompanhava 203 doentes em consulta pré transplantação renal, com idades que variam entre os 25 e os 70 anos (média de 53 anos; mediana 54 anos).

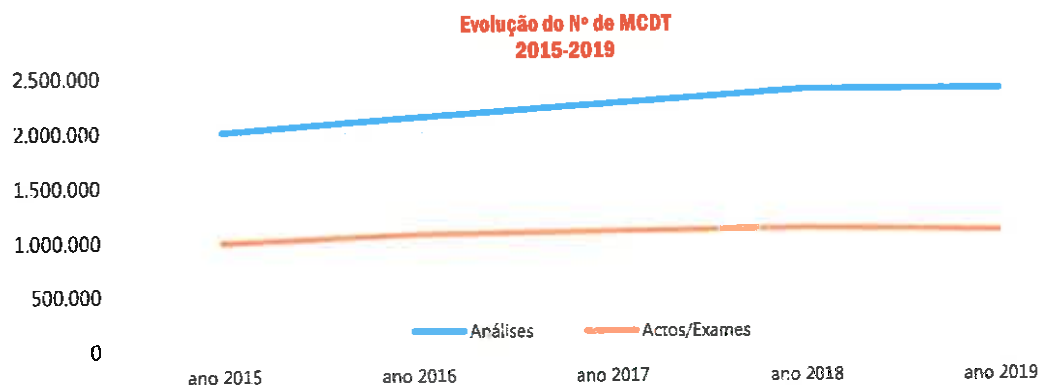
A Unidade acompanhou também os doentes transplantados no HGO e doentes referenciados clinicamente que pediram transferência de outras unidades.

Colheita e Transplante de Rim
Evolução 2009/2019



4.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

O número de MCDT realizados no HGO apresenta uma evolução positiva, nos últimos 5 anos, coincidente com as restantes áreas de atividade assistencial.

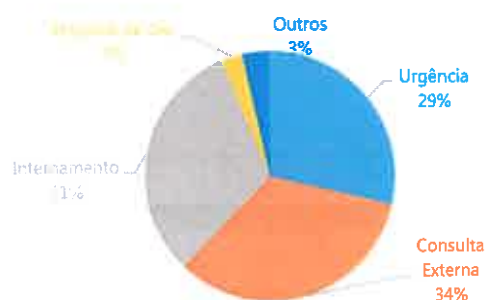


Em 2019, o HGO realizou cerca de 3,4 milhões de exames/análise, que corresponderam a cerca de 8 milhões de meios de diagnóstico e terapêutica ponderados, registando um acréscimo de exames ponderados de 10,3%, face a 2018.

Resumo dos indicadores de MCDT

	Ano 2015		Ano 2016		Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019		Var. 2018/2019	
	Q	Q ponderada	Q	Q ponderada	Q	Q ponderada	Q	Q ponderada	Q	Q ponderada	Q	Q ponderada
Análises	2.005.418	1.699.438,6	2.132.541	2.089.528,7	2.254.424	2.364.953,1	2.377.235	2.544.958,0	2.379.494	2.763.247,8	0,1%	8,6%
Actos/Exames	990.029	4.113.240,6	1.063.532	4.303.087,2	1.086.984	4.340.888,4	1.109.831	4.793.960,6	1.082.685	5.333.036,4	-2,4%	11,2%
Total	3 006 124	5 815 310,5	3 207 635	6 397 577,5	3 351 696	6 709 461,3	3 494 259	7 341 271,1	3 469 478	8 099 531,5	-0,7%	10,3%

Através de uma análise detalhada da origem do pedido de MCDT por área de atividade assistencial é evidente o peso da atividade de consulta externa e de internamento, que em conjunto representaram 65% das requisições de MCDT no HGO, em 2019.



Alterações na forma registo, nalgumas especialidades, impossibilitam a comparabilidade dos dados. Contudo, são de registar os acréscimos de atividade na Patologia Clínica, na Anatomia Patológica, na Cardiologia, na Dermatologia, na Ginecologia/Obstetrícia, na Medicina Nuclear, na Neurologia, na Oftalmologia, na Pneumologia e na Urologia que refletem quer aumentos verificados nas restantes linhas de produção (internamento, consulta externa e cirurgia), quer a preocupação em satisfazer internamente a procura de MCDT e a otimização da capacidade instalada.

4.11. Acesso a Cuidados de Saúde

O Conselho de Administração do HGO assumiu como um dos seus vetores estratégicos a melhoria do acesso dos doentes, às várias áreas de prestação de serviços do Hospital, designadamente à consulta médica, às cirurgias e MCDT.

Neste contexto, atentos também a várias dificuldades estruturais (número de salas de BO insuficiente face à LIC; número de gabinetes de consulta insuficientes no espaço da consulta externa e que motivam a dispersão pelos pisos de internamento; elevada concentração de profissionais e utentes, no tempo e espaço, etc) e à escassez de alguns grupos profissionais (de anestesiologia, por exemplo), o HGO implementou, no ano de 2019, um conjunto de medidas tendo em vista a melhoria do acesso, designadamente a resolução das consultas e cirurgias à espera há mais de 1 ano. Destacamos:

- Alocação, no Serviço de Gestão de Doentes do HGO, de uma equipa de Assistentes Técnicos dedicada à marcação de 1ª consulta CTH, para melhoria da LEC, cujas tarefas, para além das marcações consiste no contacto com os utentes mais antigos, por prioridade e expurgando/marcando as consultas CTH, de acordo com as vagas existentes;
- Análise e ajustamento das agendas de consulta de forma a aumentar o número de consultas de primeira vez e a preencher todas as vagas disponíveis;
- Análise da LEC, detetando: referências duplicadas, consultas já agendadas/realizadas mas cujas referências não estão fechadas por problemas de inter-operabilidade entre os Sistemas de Informação – CTH/SONHO), doentes falecidos com consulta marcada (libertação de vagas), etc;
- Realização de programas de consulta adicional, nas especialidades com maior número de doentes em espera e com maior % de doentes à espera há mais de um ano;
- Promoção de soluções de teleconsulta, designadamente na Dermatologia - telerastreio dermatológico;
- Centralização da atividade de agendamento operatório de modo a garantir, com maior eficácia, o cumprimento das regras de agendamento de acordo com manual do SIGIC;
- Envio mensal da LIC aos Serviços, com indicação dos doentes prioritários, muito prioritários e urgências diferidas, bem como dos doentes neoplásicos (independentemente do tempo em LIC), tendo sido dada indicação de que estes doentes, obedecendo ao critério de prioridade, deveriam prevalecer no agendamento cirúrgico.
- Articulação com o Centro Hospital do Barreiro/Montijo e Centro Hospitalar de Setúbal, que permitiu a realização, por essas entidades, de 34 cirurgias de Cirurgia Vascular (N= 20), de Oftalmologia (N=12) e Senologia (N=2) e contribuiu para atualização da LIC do HGO destas especialidades.
- Subcontratação de serviços cirúrgicos para resolução de doentes em LIC há mais de 1 ano, com negociação de preço 5% abaixo do preço da Tabela SIGIC, o que permitiu operar 278 doentes, entre Outubro e Dezembro de 2019 (Cirurgia Geral: 57 doentes; Neurocirurgia: 8 doentes; Ortopedia: 62 doentes; Cirurgia Vascular: 151 doentes).

Lista de Espera para Consulta (LEC)

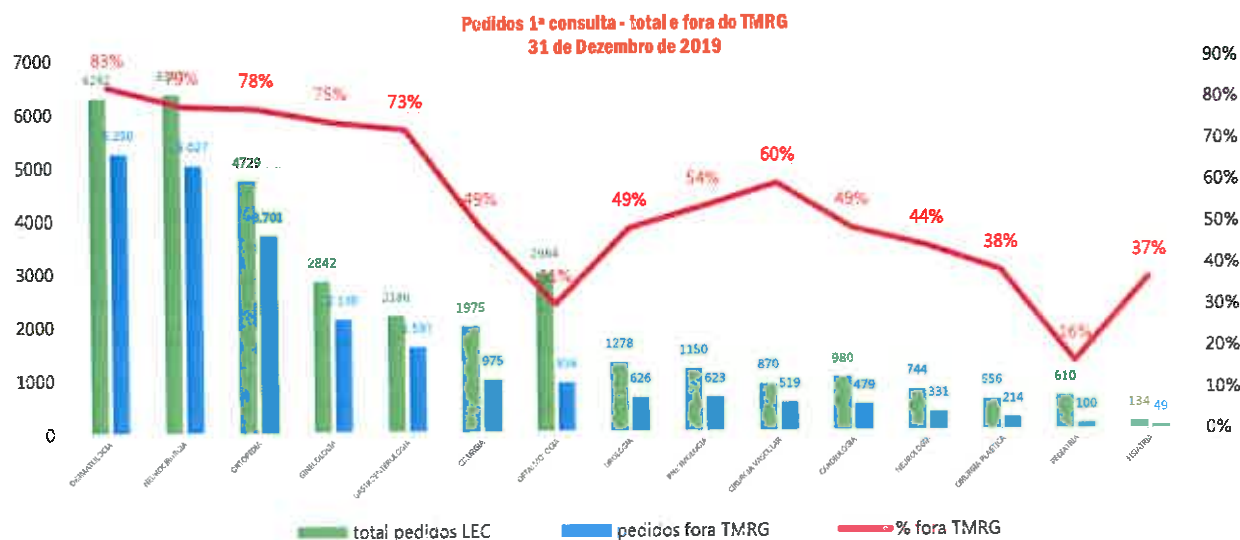
No acesso à 1.ª consulta médica, no final de Dezembro de 2019, encontravam-se 35.728 doentes em espera (CTH + internos; pedidos com e sem marcação) com um tempo de espera médio de 380,7 dias.

De referir que os doentes provenientes dos Cuidados de Saúde Primários, via CTH, representaram cerca de 64,5% (N= 23.046) do total de pedidos e, destes, cerca de 56% (12.827 pedidos), encontravam-se fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos definidos no anexo I da portaria n.º 153, de 4 de maio de 2017.

As especialidades com maior peso na lista de espera eram a Neurocirurgia (18% da LEC), Dermatologia (18% da LEC), Ortopedia (13% da LEC), Ginecologia (8% da LEC) e Oftalmologia (8% da LEC). No seu conjunto, estas cinco especialidades representaram cerca de 65% do total de doentes em espera para 1.ª consulta.

As especialidades cuja média do tempo de espera era maior eram: Dermatologia, Neurocirurgia, Ginecologia, Gastroenterologia e Ortopedia, com tempos médios de espera superiores a 490 dias (pedidos CTH + pedidos internos).

As especialidades com mais pedidos de consulta fora do tempo máximo de resposta garantido, são: Dermatologia (83%), a Neurocirurgia (79%) e a Ortopedia (78%).

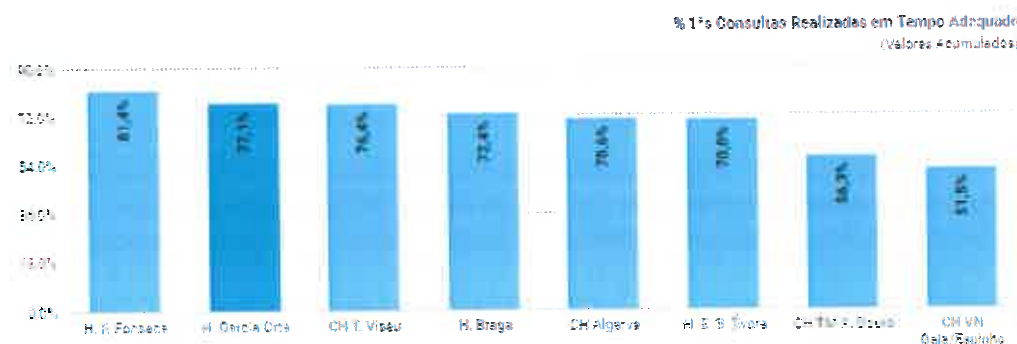


De notar que relativamente a Abril de 2019, mês a partir do qual se procurou implementar algumas das medidas atrás elencadas, houve uma evolução favorável nos indicadores de acesso à consulta, nomeadamente nos pedidos CTH (redução de 14% dos pedidos sem marcação e redução de 25% do tempo médio de espera).

N.º de pedidos de consulta com e sem marcação e tempo médio de resposta
Abril 2019/Dezembro 2019

LEC	abr/19			dez/19			Var %
	CTH	internos	total LEC	CTH	internos	Total LEC	
Nº pedidos consulta	22.971	13.376	36.347	23.046	12.682	35.728	0,3%
- com marcação	3.871	1	3.872	6.629	6	6.635	71,3%
- sem marcação	19.100	13.375	32.475	16.417	12.676	29.093	-14,1%
Tempo médio de resposta (dias)	329,5	557,9	412,6	247,2	623,2	380,7	-25,0%

Relativamente aos tempos de resposta aos pedidos CTH, verifica-se que 77,1% dos doentes foram observados no tempo adequado para a respetiva prioridade, o segundo melhor resultado do Grupo D (hospitais comparáveis)



Lista de Espera para Cirurgia (LIC)

41

AdF

ad

ml.

Relativamente ao acesso à atividade cirúrgica, o HGO registou uma procura crescente, refletindo a tendência de há vários anos, com aumento do número de doentes que aguardam cirurgia, apesar do incremento do número de intervenções cirúrgicas realizadas.

No final de 2019, a lista de espera de inscritos em cirurgia (LIC) tinha mais 1.264 doentes (+13,6%) do que no final de 2018 e tempo médio de espera encontrava-se agravado (de 232 dias para 255 dias).

5.033 estavam fora do TMRG (+6,6% do que em 2018), ou seja, 47,8% do total da LIC.

N.º de doentes em LIC
2018/2019

Cirurgias - acumulado a Dezembro	N.º doentes em LIC e TME			Variação	
	ano 2018	ano 2019	meta/19	19/meta	19/18
N.º Doentes em LIC	9 271	10.535	-	-	13,6 %
LIC: Tempo Médio de Espera (dia)	232	255	-	-	9,9 %
N.º doentes fora TMRG	4.723	5.033	-	-	6,6 %
% doentes fora do TMRG	50,9%	47,8%	-	-	0 p.p.

O número de doentes operados no exterior, no ano de 2019, foi de 1.686 (+61.2% do que em 2018, ano em que foram operados 1.046 noutras entidades convencionadas SIGIC).

O detalhe da LIC a 31 de Dezembro de 2019, por especialidade, apresenta-se no quadro seguinte:

N.º de doentes em LIC
2018/2019

Lista de Inscritos para Cirurgia	N.º de Doentes em LIC			Tempo Médio de Espera			N.º Doentes fora do TMRG			N.º Doentes a espera há mais de 12 meses			% Doentes em LIC fora do TMRG	
	dez/18	dez/19	var%	dez/18	dez/19	var%	dez/18	dez/19	var%	dez/18	dez/19	var%	dez/18	dez/19
Cirurgia Geral	1970	2073	5,2%	280	349	24,6%	1160	1298	11,9%	342	748	118,7%	58,9%	62,6%
Cirurgia Pediátrica	97	84	-13,4%	71	70	-1,4%	1	1	-	0	0	-	1,0%	1,2%
Cirurgia Plástica	376	330	-12,2%	177	162	-8,5%	137	88	-35,8%	42	45	7,1%	36,4%	26,7%
Cirurgia Vascular	634	627	-1,1%	195	222	13,8%	323	299	-7,4%	47	130	176,6%	50,9%	47,7%
Dermatologia	121	165	36,4%	109	65	-40,4%	51	37	-27,5%	6	0	-	42,1%	22,4%
Ginecologia	449	389	-13,4%	183	229	25,1%	225	216	-4,0%	43	87	102,3%	50,1%	55,5%
Maxilo-Facial	81	125	54,3%	157	204	29,9%	25	56	124,0%	7	19	171,4%	30,9%	44,8%
Medicina Dor	78	71	-9,0%	37	30	-18,9%	15	10	-33,3%	0	0	-	19,2%	14,1%
Neurocirurgia	659	810	22,9%	352	413	17,3%	467	605	29,6%	135	349	158,5%	70,9%	74,7%
Oftalmologia	2440	2936	20,3%	191	163	-14,7%	930	636	-31,6%	289	246	-14,9%	38,1%	21,7%
Ortopedia	1163	1333	14,6%	304	318	4,6%	750	893	19,1%	255	454	78,0%	64,5%	67,0%
Otorrino	614	931	51,6%	174	226	29,9%	268	462	72,4%	45	185	311,1%	43,6%	49,6%
Pneumologia	3	1	-66,7%	215	123	-42,8%	2	1	-50,0%	0	0	-	66,7%	100,0%
Senologia	89	78	-12,4%	236	263	11,4%	72	47	-34,7%	15	22	46,7%	80,9%	60,3%
Urologia	497	582	17,1%	219	293	33,8%	297	384	29,3%	73	162	121,9%	59,8%	66,0%
TOTAL	9.271	10.535	13,6%	232	255	9,9%	4.723	5.033	6,6%	1.299	2.447	88,2%	50,9%	47,8%

Dos 10.535 doentes em LIC, 216 (2,1%) estavam inscritos com neoplasia maligna (todas as prioridades) e nos doentes com patologia não maligna (N= 10.320), 89,6% tinham prioridade normal (N=9.244).

42

AdF

nn.

N.º de doentes em LIC - 2019

LIC	N.º Doentes em LIC	Tempo médio espera (dias)	Doentes em LIC por prioridade							
			Normal		Prioritário		Mais prioritário		Urgência/Diferida	
			Não oncológica	oncológica	Não oncológica	oncológica	Não oncológica	oncológica	Não oncológica	oncológica
Cirurgia Geral	2073	349	1899	1	142	29	3	0	0	0
Cirurgia Pediátrica	84	70	84	0	0	0	0	0	0	0
Cirurgia Plástica	330	162	316	0	10	4	0	0	0	0
Cirurgia Vascular	627	222	574	0	49	0	4	0	0	0
Dermatologia (CA)	165	65	88	0	5	55	0	17	0	0
Ginecologia	389	229	303	0	75	9	1	1	0	0
Maxilo-Facial	125	204	122	1	0	0	1	0	1	0
Medicina Dor	71	30	1	0	70	0	0	0	0	0
Neurocirurgia	810	413	596	0	197	3	14	0	0	0
Oftalmologia	2936	163	2725	1	204	0	2	0	4	0
Ortopedia	1333	318	1195	0	92	0	9	0	37	0
Otorrino	931	226	912	0	17	0	1	0	1	0
Pneumologia	1	123	0	0	1	0	0	0	0	0
Senologia	78	263	42	3	11	13	4	5	0	0
Urologia	582	293	387	4	118	68	3	2	0	0
TOTAL H.G.O.	10535	255	9244	10	991	181	42	25	43	0

Handwritten signatures and initials:

 AH
 @8 mn.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Análise do Desempenho Económico

Procede-se, seguidamente, à análise dos principais indicadores que nos permitem avaliar o desempenho económico do hospital.

No exercício de 2019, os rendimentos aumentaram 16% face ao período homólogo, não só devido a um acréscimo de produção de 8,1% face a 2018, mas também à negociação de uma verba de convergência no âmbito do contrato-programa.

Prosseguiu-se também um esforço muito grande na contenção de gastos, sendo exemplo disso a rubrica de consumos apesar de ter um decréscimo de 1,6% em relação ao período transato, evidenciou uma execução de 8,7% abaixo do orçamentado. A rubrica de Gastos com pessoal, apresenta um crescimento de 8,2% em relação ao homólogo, embora o desvio ao orçamento seja de apenas 0,9%.

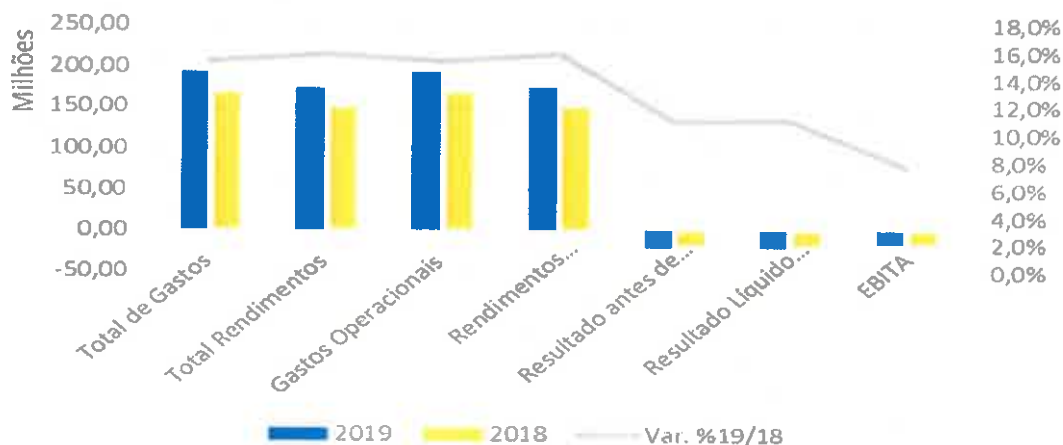
Apesar do bom desempenho económico-financeiro evidenciado no ano de 2019, o EBITDA, registou uma trajetória negativa, atingindo o valor de -15.633 mil €, o que traduz a degradação da capacidade do hospital gerar recursos através da sua atividade operacional, excluindo desta análise os impostos e os efeitos financeiros.

Pese embora o esforço contínuo no controlo da despesa, as evoluções dos Gastos Operacionais, pela razão acima descrita, foram responsáveis em grande parte, pela obtenção do EBITDA negativo, que piorou 6,8% em relação ao do ano de 2018.

Síntese de Indicadores de Gastos, Rendimentos e Resultados

Descrição	2019	2018	Desvio 2019/2018
Total de Gastos	192 491 339,97	166 846 357,66	15,37%
Total Rendimentos	173 348 159,58	149 484 070,17	15,96%
Gastos Operacionais	192 490 109,52	166 808 084,40	15,40%
Rendimentos Operacionais	173 348 159,58	149 478 198,33	15,97%
Resultado antes de Imposto	- 19 143 180,39	- 17 362 287,49	10,26%
Resultado Líquido exercício	- 19 205 482,04	- 17 410 769,97	10,31%
EBITA	- 15 633 898,74	- 14 638 709,09	6,80%

Resultados



Verifica-se que os Rendimentos Totais cresceram relativamente a 2018, situando-se nos 173,3 M€, enquanto os Gastos Totais atingem cerca de 192,4M€, reflexo do fecho dos contratos programa de 2014 e 2015, que impactam os custos do ano.

Art
and
M

O Resultado Líquido do exercício regista uma evolução negativa, alcançando no final de 2019 um resultado de -19,2 milhões de euros.

Posição dos Resultados sem efeito encerramento Contrato programa 2014 e 2015

Descrição	2019 Real	2019 s/CP 2014 e 2015	2018	Desvio s / CP	Variação em
				2014 e 2015	Valor
				2019/2018	2019/2018
Total de Gastos	192 491 339,97	174 467 354,19	166 846 357,66	4,6%	7 620 996,53
Total rendimentos	173 348 159,58	173 348 159,58	149 484 070,17	16,0%	23 864 089,41
Gastos Operacionais	192 490 109,52	174 466 123,74	166 808 084,40	4,6%	7 658 039,34
Rendimentos Operacionais	173 348 159,58	173 348 159,58	149 478 198,33	16,0%	23 869 961,25
Resultado antes de Imposto	+ 19 143 180,39	- 1 119 194,61	- 17 362 287,49	-93,6%	16 243 092,88
Resultado Líquido exercício	- 19 205 482,04	- 1 181 496,26	- 17 410 769,97	-93,2%	16 229 273,71
EBITA	- 15 633 898,74	2 390 087,04	- 14 638 709,09	-116,3%	17 028 796,13

Conforme se pode verificar no quadro acima exposto, caso as novas normas não tivessem sido alteradas, os contratos programa de 2014 e 2015 não tivessem sido encerrados, a evolução dos Resultados tal como o EBITA teria sido bastante favorável, embora o resultado líquido fosse negativo em cerca de 1,1 milhões o EBITA ficaria positivo em cerca de 2.3 milhões que comparando com o período homologado teria uma variação em cerca de 17 milhões.

5.1.1. Gastos

O Hospital prosseguiu com a estratégia iniciada em anos anteriores de forte controlo de gastos, pese embora esta contenção não se veja espelhada nesta evolução devido principalmente aos grandes impactos nos gastos com recursos humanos de natureza exógena originados pela reposição integral de vencimentos, acréscimo de efetivos para compensar a redução das 40h para 35h e reforço dos níveis de serviço de urgência.

h.
At
cat
m.

Conta	Descrição	R 2019-12	Contratualizado	R2018-12	Var. %18/19	Execução CP
61	Consumos					
61241	Produtos farmacêuticos	33 435 066	37 602 772,16	33 748 846	-0,9%	-11,1%
612411	Medicamentos	28 784 749	32 799 308,30	29 416 741	-2,1%	-12,2%
612412	Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	4 385 059	4 386 559,26	4 035 562	8,7%	0,0%
612419	Outros produtos farmacêuticos	265 258	416 904,60	296 544	-10,8%	-36,4%
61242	Material de consumo clínico	15 306 593	15 836 449,98	15 672 133	-2,3%	-3,3%
61243	Material de consumo hoteleiro	554 126	531 856,86	520 651	4,4%	4,2%
61244	Material de consumo administrativo	196 432	248 702,57	242 042	-18,8%	-21,0%
61245	Material de Manutenção e Conservação	475 108	514 973,08	573 287	-17,1%	-7,7%
6126	Alimentação - géneros para confeccionar	5 667	-	2 878	96,9%	-
	Total 61	49 972 992	54 734 754,65	50 759 838	-1,6%	-8,7%
62	Fornecimentos a Serviços Externos					
621	Subcontratos	7 015 010	5 519 051,07	6 079 655	15,4%	27,1%
62111	Meios complementares de diagnóstico	1 707 276	1 227 100,00	2 066 794	-17,4%	39,1%
62112	Meios complementares de terapêutica	1 316 189	113 500,00	1 272 114	3,5%	1059,6%
62113	Produtos vendidos por farmácias	-	-	-	-	-
62115	Internamentos	3 048 611	1 333 888,07	1 897 607	60,7%	128,6%
62116	Contratos e Acordos	-	30 000,00	-	-	-100,0%
62119	Outros subcontratos	942 934	2 814 563,00	843 140	11,8%	-66,5%
622	Serviços especializados	13 775 254	12 831 896,55	11 944 582	15,3%	7,4%
6221	Trabalhos especializados	7 181 863	6 333 344,10	5 856 726	22,6%	13,4%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	4 210	9 000,00	4 360	-3,4%	-53,2%
6223	Vigilância e segurança	777 642	590 400,00	655 905	18,6%	31,7%
6224	Honorários	2 416 793	2 014 800,11	2 106 714	14,7%	20,0%
6226	Conservação e reparação	3 390 434	3 884 352,34	3 320 878	2,1%	-12,7%
6229	Outros serviços especializados	4 310	-	-	-	-
623	Materiais de consumo	28 180	25 000,00	30 982	-9,0%	12,7%
624	Energia e fluidos	2 500 918	2 276 054,00	2 327 120	7,5%	9,9%
625	Deslocações, estadas e transportes	572 098	472 900,00	628 908	-9,0%	21,0%
626	Serviços diversos	2 549 494	2 385 883,75	2 384 949	6,9%	6,9%
	Total 62	26 440 954	23 510 785,37	23 396 197	13,0%	12,5%
63	Despesas com Pessoal					
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	382 569	415 211,98	401 767	-4,8%	-7,9%
632	Remunerações do pessoal	73 386 558	71 820 404,51	67 284 546	9,1%	2,2%
633	Benefícios pós-emprego	35 048	17 096,76	42 966	-18,4%	105,0%
634	Indemnizações	11 295	11 511,60	10 881	3,8%	-1,9%
635	Encargos sobre remunerações	16 772 543	16 773 592,55	15 496 297	8,2%	0,0%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	495 086	600 000,00	791 499	-37,4%	-17,5%
637	Gastos de ação social	-	51 009,24	-	-	-100,0%
638	Outros gastos com o pessoal	19 180	749 466,00	365 721	-94,8%	-97,4%
639	Outros encargos sociais	170 588	64 529,88	190 356	-30,4%	184,4%
	Total 63	91 272 868	90 902 822,52	84 584 082	7,9%	0,9%
64	Gastos de depreciação e de amortização	3 508 051	2 531 981,27	2 681 177	30,4%	38,5%
65	Perdas por impiedade	2 150 107	-	2 448 399	-12,2%	-
67	Provisões do período	293 858	500 000,00	452 881	-35,1%	-41,2%
68	Outros Gastos	18 851 278	1 605 850,00	2 475 550	661,5%	1073,9%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 230	12 558,00	38 273	-96,8%	-90,2%

O quadro anterior apresenta a evolução dos gastos em 2019, face ao ano transato, apresentando um acréscimo de 15,4%. Sem o impacto do acerto dos contratos-programa, é de realçar que o total dos gastos ficaram muito próximo do que o Conselho de Administração previa, em maio, no PAO proposto para 2019.

Consumos

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
612411	Medicamentos	28 784 749,35	29 416 740,92	-2,15%	32 799 308,30	-12,24%
612412	Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	4 385 059,27	4 035 561,89	8,66%	4 386 559,26	-0,03%
612419	Outros produtos farmacêuticos	265 257,65	296 543,54	-10,55%	416 904,60	-36,37%
61242	Material de consumo clínico	15 306 592,86	15 672 132,95	-2,33%	15 836 449,98	-3,35%
61243	Material de consumo hoteleiro	554 125,68	520 651,16	6,43%	531 856,86	4,19%
61244	Material de consumo administrativo	196 431,90	242 042,15	-18,84%	248 702,57	-21,02%
61245	Material de Manutenção e Conservação	475 108,23	573 286,94	-17,13%	514 973,08	-7,74%
6126	Alimentação - géneros para confeccionar	5 667,28	2 878,14	96,91%	-	-

A conta de consumos ascende a cerca de 49M€, representando 26% dos gastos totais, face ao período homólogo apresentamos um decréscimo de 1,6%, este deve-se essencialmente ao decréscimo de 2,15% na rubrica de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos que apresenta uma descida de 10,55%.

Face ao orçamentado verifica-se uma redução de 8,7% que se deve essencialmente à diminuição nas rubricas de medicamentos (-12,4%), outros produtos farmacêuticos (-36,37%) e material de consumo administrativo (-21,02%). Saído da conta de medicamentos tem refletido o impacto de cerca de 6 milhões de euros de notas de crédito.

Este desvio como referido anteriormente para a rubrica dos consumos, reflete o esforço de contenção e melhoria do controlo interno.

Relativamente aos medicamentos ressalva-se o montante de créditos abatidos no valor aproximado de 6 milhões de euros, ao abrigo do acordo com a APIFARMA e de Protocolos comerciais negociados com companhias farmacêuticas.

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos representam cerca de 23% dos gastos totais. Sendo que a rubrica que tem um maior peso nesta percentagem é a produção adquirida ao exterior com a percentagem de 13% e os serviços especializados com 7%.

Face ao período homólogo os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento na ordem dos 935.354,31€.

Na análise face ao orçamentado verifica-se um desvio negativo com maior relevo nas rubricas meios complementares de terapêutica (1059%), internamentos (128%)

Nesta análise também se verifica desvios positivos onde se destacam as rubricas de outros subcontratos (-66%) e publicidade e comunicação (-53%).

Desagregação de FSE:

Subcontratos

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
621	Subcontratos	7 015 009,75	6 079 655,44	15,4%	5 519 051,07	27,1%
62111	Meios complementares de diagnóstico	1 707 276,39	2 066 794,14	-17,39%	1 227 100,00	39,13%
62112	Meios complementares de terapêutica	1 316 188,87	1 272 114,21	3,46%	113 500,00	1059,64%
62113	Produtos vendidos por farmácias	-	-	-	-	-
62115	Internamentos	3 048 610,72	1 897 606,90	60,66%	1 333 888,07	128,55%
62116	Contratos e Acordos	-	-	-	30 000,00	-100,00%
62119	Outros subcontratos	942 933,77	843 140,19	11,84%	2 814 563,00	-66,50%
Total		7 015 009,75	6 079 655,44	15,38%	5 519 051,07	27,13%

Nos Subcontratos face ao período homólogo, verifica-se um acréscimo de 27%.

Os gastos com os meios complementares de diagnóstico tiveram um decréscimo na ordem dos 17,4% face ao ano ao anterior, resultante da internalização de exames na área da medicina nuclear.

A conta "internamento" que inclui o SIGIC, teve um aumento face a 2018 de 60%, que se deve ao aumento deve-se ao aumento da estimativa do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) e ao protocolo efetuados entre o HGO e o Dona Maria Lar de Terceira Idade, Lda, para cedência de 10 camas. Relativamente ao SIGIC, no ano de 2018, o valor especializado foi de 1.463.818€ referente a 1.019 doentes operados no exterior, enquanto, no ano de 2019, a estimativa de SIGIC foi de 2.503.710€ referente a 1.686 doentes, o que representa, em termos percentuais, um aumento de 71% face a 2018. Foi necessário o recurso à contratação da CVP a preços de tabela inferiores aos da portaria SIGIC, para melhorar o acesso.

Serviços especializados

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	ar. %19/Orçament
622	Serviços especializados	13 775 254	11 945 930	15,3%	12 831 896,55	7,4%
6221	Trabalhos especializados	7 181 863,35	5 856 725,76	22,63%	6 333 344,10	13,40%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	4 210,22	4 360,09	-3,44%	9 000,00	-53,22%
6223	Vigilância e segurança	777 642,45	655 904,78	18,56%	590 400,00	31,71%
6224	Honorários	2 416 793,49	2 108 061,31	14,65%	2 014 800,11	19,95%
6226	Conservação e reparação	3 390 433,76	3 320 877,74	2,09%	3 884 352,34	-12,72%
6229	Outros serviços especializados	4 310,42	-	-	-	-
Total		13 775 254	11 945 930	15,38%	12 831 896,55	7,43%

Relativamente aos serviços especializados houve um acréscimo de 15,3% face ao período homólogo. Uma das rubricas que potenciou este aumento foram os outros serviços técnicos de RH com 2.1 milhões de euros com uma variação de 22,6%.

A rubrica de vigilância e segurança teve um acréscimo de 18,6% face a 2018.

Na comparação com o orçamentado o desvio é menos acentuado 7,4%. A rubrica com maior deslize é a vigilância e segurança (31,7%), honorários (14,7%) e trabalhos especializados (13,4%), resultante do aumento dos prestadores de serviço, que não conseguiram ser compensados com o desvio favorável da conservação e reparação (-12,7%) e a publicidade e propaganda (-53,2%).

Outros serviços

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
623	Materiais de consumo	28 180,12	30 982,34	-9,04%	25 000,00	12,72%
624	Energia e fluidos	2 500 917,61	2 327 120,27	7,47%	2 276 054,00	9,88%
625	Deslocações, estadas e transportes	572 098,35	869 764,27	-34,22%	472 900,00	20,98%
626	Serviços diversos	2 549 494,21	2 384 949,07	6,90%	2 385 883,75	6,86%
Total		5 450 680,29	5 602 815,91	-2,8%	5 119 837,75	6,2%

Nos outros serviços a variação face a 2018 é pouco significativa 0,67%.

No comparativo com o período homólogo verifica-se que existiu um aumento de 7,4% na rubrica de energias e outros fluidos bem como nos serviços diversos 6,9% este aumento foi quase compensado com o decréscimo das rubricas deslocação e estadas (-34,2%) e materiais de consumo (9%).

Nos serviços diversos, a rubrica com maior relevo é a limpeza e conforto com 1,9 milhões de euros.

Face ao orçamentado o desvio é mais salientado com 9,5%. Existiu desvio em todas as rubricas, sendo que a que mais se destaca referente a transporte de doentes (20,9%), que fica, no entanto 34,2% abaixo do gasto em 2018.

Gastos com Pessoal

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	382 568,94	401 766,57	-4,78%	415 211,98	-7,86%
632	Remunerações do pessoal	73 386 538,30	67 284 545,80	9,07%	71 820 404,51	2,18%
6322041	Horas Extraordinárias	6 644 048,23	5 884 196,10	12,91%		
6322042	Prevenções	967 417,79	1 011 894,08	-4,40%		
6322071	Noites e Suplementos	4 032 405,53	2 781 066,25	44,99%		
633	Benefícios pós-emprego	35 048,30	42 966,11	-18,43%	17 096,76	105,00%
634	Indeminizações	11 295,18	10 881,17	3,80%	11 511,60	-1,88%
635	Encargos sobre remunerações	16 772 543,22	15 496 296,53	8,24%	16 773 592,55	-0,01%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	495 086,07	791 499,22	-37,45%	600 000,00	-17,49%
637	Gastos de ação social				51 009,24	-100,00%
638	Outros gastos com o pessoal	19 180,44	365 721,17	-94,76%	749 466,00	-97,44%
639	Outros encargos sociais	170 587,86	190 355,74	-10,38%	64 529,88	164,35%
Total		79 944 213,74	73 922 739,14	8,15%	78 620 204,16	1,6%

Os gastos com Pessoal ascenderam a 91.2 milhões de euros, crescendo 7,9% em relação ao período homólogo, como reflexo do aumento da remuneração mínima mensal garantida e da alteração do primeiro escalão da carreira dos Assistentes operacionais e da progressão em curso do reposicionamento SIADAP, a 825 trabalhadores. A aplicação da nova carreira de enfermagem - DL n.º 71/2019, que resultou na integração do suplemento de especialista no valor base e o posicionamento em nível superior de 6 enfermeiros gestores e 76 enfermeiros especialistas e o aumento de 4,6% do número de profissionais (+123) face ao período homólogo, também contribuíram para o aumento desta rubrica.

Nas remunerações suplementares, regista-se um acréscimo de 12,9% por conta das horas extras realizadas e um acréscimo de 45% na rubrica noites e suplementos, justificado por um lado, pela reposição do pagamento do trabalho noturno, conforme DL n.º 62/79, e por outro, pelo aumento efetivo do número de horas noturnas.

Salienta-se que o peso dos Gastos com Pessoal representa 47% dos Gastos Totais.

Da análise face ao orçamentado o desvio é pouco significativo (0,85%).

Ass
M. Q. S.

Amortizações e Depreciações

As amortizações e depreciações registaram um valor de 3.5 milhões de euros, representando um acréscimo de 30.4% face ao período homólogo. Este aumento foi reforçado pelo acerto à taxa de depreciação do edifício de 80 anos para 50.

Com a alteração para novo normativo contabilístico legal, o cálculo das depreciações e amortizações que anteriormente era apurado segundo as taxas constantes na Portaria nº 671/2000, na transposição para o SNC-AP, foram aplicadas as normas de contabilidade pública na mensuração do imobilizado constante no Classificador complementar 2 do Decreto-Lei nº 192/2015 nos bens com aquisição superior a 2019 à exceção dos edifícios que foi efetuado o ajustamento à taxa a partir de 2018.

Provisões do Exercício

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
67	Provisões do período	293 858,40	452 891,13	-35%	500 000,00	-41,23%

Define a NCP 15, parágrafo 16, que uma provisão deve ser reconhecida quando conjuntamente:

- ✓ Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- ✓ É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- ✓ Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

As provisões em 2019 tiveram um decréscimo relativamente ao ano anterior de 35.1%, bem como face ao orçamentado em -41.2%. Esta situação resulta da análise do risco dos processos judiciais em curso contra o hospital.

Perdas por Imparidade

Esta rubrica regista ainda as perdas relativas a dívidas de clientes e outros devedores com maturidade superior a 6 meses, verificando-se um decréscimo de 12.2% quando comparada com o período homólogo.

Outros gastos

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
68	Outros Gastos	18 851 278,40	2 475 550,28	661,50%	1 605 850,00	1073,91%

A Rubrica outros gasto teve um aumento significativo face ao período homólogo em 661.5%. Este é devido ao impacto do encerramento dos contratos programa de 2014 e 2015 que contribuíram com um impacto negativo no valor de 18.023.986€. O acerto das estimativas consideradas nos exercícios anteriores e cujo impacto é relevado nos custos deste exercício, desvirtua a análise do que foi a trajetória operacional do ano de 2019, uma vez que sem o impacto do fecho dos contratos programa de 2014 e 2015, o HGO obterá um EBITDA positivo de 2,3 milhões de euros e um aumento dos custos totais em apenas 4,6%, ao invés dos 11% verificados.

No anterior referencial contabilístico, este impacto seria levado a resultados transitados, não tendo interferência no resultado do ano, ficando refletido apenas em balanço.

5.1.2. Rendimentos

Conta	Descrição	R 2019-12	Contratualizado	R 2018-12	Var. %19/18	Execução CP
704108	Taxas moderadoras					
7041081	Consultas	894 233	465 433	593 248	50,7%	92,1%
7041082	Urgência/SAP	733 717	473 751	359 107	104,3%	54,9%
7041083	Meios complementares diagnóst. e terapêutica	623 452	577 261	549 772	13,4%	8,0%
7041084	Internamento	-	-	-	-	-
7041089	Outros	91,000	792 648	88	3,4%	-100,0%
	Total 704	2 251 493	2 309 092	1 502 216	49,9%	-2,5%
720	Prestação de Serviços					
72011	Proveitos contrato Programa	143 581 790	150 544 203	132 784 965	8,1%	-4,6%
720111	Internamento	55 113 420	57 953 251	53 744 224	2,9%	-4,9%
720112	Consulta	19 175 642	20 163 661	18 388 441	4,3%	-4,9%
720113	URGÊNCIA	14 022 685	14 745 200	14 402 669	-2,6%	-4,9%
720114	GDH AMBULATÓRIO	18 991 549	19 969 906	15 091 504	25,8%	-4,9%
720115	Hospital de dia	915 982	996 960	804 617	13,8%	-8,1%
720116	OUTRAS PRESTAÇÕES SERVIÇOS SAÚDE	35 362 511	36 715 226	30 353 510	16,5%	-3,7%
72012	Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	959 463	316 820	611 566	56,9%	202,8%
720121	Assistência Médica ao Estrangeiro	397 430	158 410	401 401	-1,0%	150,9%
720122	Transplantes e Colheitas	275 090	158 410	210 165	30,9%	73,7%
720123	Atrofia Muscular Espinhal	159 000	-	-	-	-
720124	Hepatite C	127 943	-	-	-	-
72013	Outras entidades responsáveis	5 121 808	5 535 379	4 116 353	24,4%	-7,5%
720131	Internamento	1 834 908	859 055	922 934	98,8%	113,6%
720132	Consulta	25 350	29 167	28 348	-10,6%	-13,1%
720133	URGÊNCIA/SAP	595 615	538 882	544 028	9,5%	10,5%
720135	Hospital de dia	-	-	-	-	-
720136	Meio Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	2 531 236	3 991 507	2 606 084	-2,9%	-36,6%
720138	GDH AMBULATÓRIO	35 472	32 124	14 958	137,1%	10,4%
720139	Outras prestações de serviços	99 227	84 644	-	-	17,2%
	Total 720	149 663 061	156 396 403	137 512 883	8,8%	-4,3%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	18 714 812	18 677 279	157 786	11760,9%	0,2%
76	Reversões	355 377	-	5 204 178	-93,2%	-
78	Outros rendimentos	2 363 418	3 502 623	5 101 136	-53,7%	-32,5%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	-	500	5 872	-100,0%	-100,0%
TOTAL Rendimentos		375 341 123	385 895 812	346 444 272	10%	4%

Taxas moderadoras

Conta	Descrição	R 2019-12	R 2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
7041081	Consultas	894 232,68	593 248,05	50,74%	465 432,55	92,13%
7041082	Urgência/SAP	733 716,78	359 107,15	104,32%	473 750,84	54,87%
7041083	Meios complementares diagnóst. e terapi	623 452,27	549 772,45	13,40%	577 260,55	8,00%
7041084	Internamento	-	-	-	-	-
7041089	Outros	91,00	88,01	3,40%	792 647,75	-99,99%

As taxas moderadoras face ao período homólogo apresentam um aumento favorável significativo de 49,8%, fruto de um maior esforço interno de cobrança.

No entanto, quando comparado com orçamentado o desvio é desfavorável em 2,49%.

Prestação de Serviços

As Prestações de Serviços apresentam um valor de 149 milhões de euros, que representa um acréscimo de 8,8% face ao ano anterior.

Este aumento é consequência dos proveitos o contrato-programa terem tido um aumento de 8,1% face ao período homólogo.

Em termos percentuais existe uma maior variação nas prestações de saúde de financiamento vertical (56,8%), consequência no novo programa de Atrofia Muscular Espinhal e pelo aumento dos transplantes e colheitas.

As outras entidades responsáveis aumentaram 24,4%, sendo o aumento nesta rubrica foi impulsionado pela faturação na linha de internamentos cujo aumento foi de 911.973,63€, sendo cerca de 40% desta linha, faturado a companhias de seguros.

Na comparação face ao orçamentado verifica-se um desvio desfavorável de -4,31%. Com desvio negativo nos proveitos de contrato programa de -4,6% e nas outras entidades responsáveis de -7,4%, apresentando desvio positivo nas prestações de saúde de financiamento (+202,8%).

Prestação de Proveitos Contrato Programa

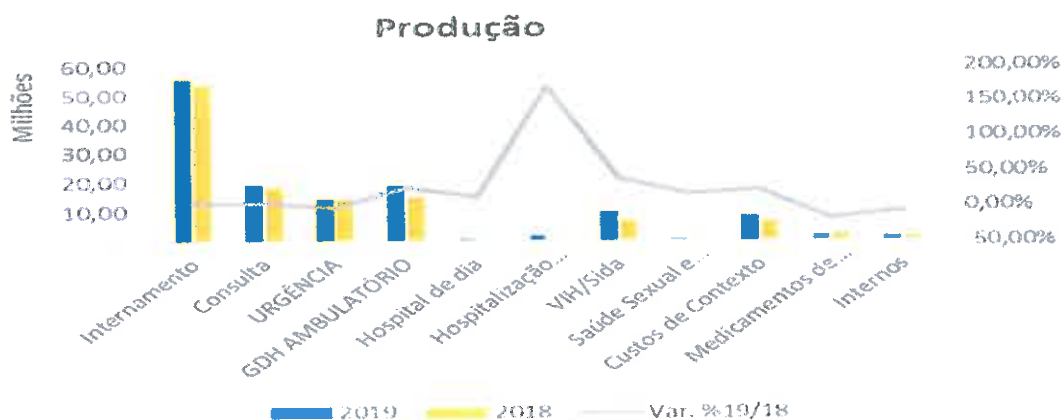
Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamentado
72011	Proveitos contrato Programa	143 581 789,96	132 784 964,63	8,13%	150 544 203,11	-4,62%
720111	Internamento	55 113 419,97	53 744 224,39	2,55%	57 953 250,71	-4,90%
720112	Consulta	19 175 641,61	18 388 440,81	4,28%	20 163 661,00	-4,90%
720113	URGÊNCIA	14 022 685,20	14 402 669,34	-2,64%	14 745 200,00	-4,90%
720114	GDH AMBULATÓRIO	18 991 549,47	15 091 503,78	25,84%	19 969 905,74	-4,90%
720115	Hospital de dia	915 982,28	804 616,81	13,84%	996 960,00	-8,12%
720116	OUTRAS PRESTAÇÕES SERVIÇOS SAÚDE	35 362 511,43	30 353 509,50	16,50%	36 715 225,66	-3,68%

A especialização dos rendimentos relativos aos serviços prestados ao SNS é efetuada com base nos preços que estão definidos no Contrato Programa para 2019 e na produção. A Circular normativa nº6/2019/ACSS de 21 de março vem estabelecer instruções para normalização dos registos contabilísticos associados a execução dos Contratos programa, programas verticais e Convenções Internacionais, tendo também em consideração a implementação do referencial contabilístico SNC-AP.

Observa-se um acréscimo nos rendimentos do Contrato Programa em 8,1% face ao período homólogo e um decréscimo de 4,6% face ao orçamentado.

O gráfico abaixo mostra a distribuição da execução dos Rendimentos SNS, por linha de produção, no total da produção realizada.

O HGO apresenta o valor de rendimentos referentes à contratualização do ano de 2019.



Prestações de Saúde de financiamento Vertical

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
72012	Prestações de Saúde de Financiamento	959 462,80	611 565,95	56,89%	316 820,00	202,84%
720121	Assistencia Medica ao Estrangeiro	397 430,44	401 400,77	-0,99%	158 410,00	150,89%
720122	Transplantes e Colheitas	275 089,59	210 165,18	30,89%	158 410,00	73,66%
720123	Atrofia Muscular Espinhal	159 000,00	-	-	-	-
720124	Hepatite C	127 942,77	-	-	-	-
Total		959 462,80	611 565,95	56,89%	316 820,00	202,84%

As prestações da saúde respeitante aos programas de financiamento vertical são faturadas à ACSS.

Os transplantes e colheitas tiveram um acréscimo de 30% face ao período homólogo. Em 2019, foi criado um novo programa para a atrofia muscular espinhal.

O valor da Hepatite C diz respeito ao acerto do programa vertical existente até 2017.

Prestação de Serviços de Outras Entidades Responsáveis

Quadro da Prestação de Serviços - Extra CP

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
72013	Outras entidades responsáveis	5 121 808,02	4 116 352,54	24,43%	5 595 379,48	-7,47%
720131	Internamento	1 834 908,10	922 934,47	98,81%	859 055,49	113,60%
720132	Consulta	25 349,88	28 347,97	-10,58%	29 167,11	-13,09%
720133	URGÊNCIA/SAP	595 615,32	544 027,76	9,48%	538 882,12	10,53%
720135	Hospital de dia	-	-	-	-	-
720136	Meio Complementares de Diagnóstico e T	2 531 236,04	2 606 084,06	-2,87%	3 991 506,71	-36,58%
720138	GDH AMBULATÓRIO	35 471,58	14 958,28	137,14%	32 123,76	10,42%
720139	Outras prestações de serviços	99 227,10	-	-	84 644,29	17,23%
Total		5 121 808,02	4 116 352,54	24,43%	5 595 379,48	-7,47%

As outras entidades responsáveis aumentaram 24,4%, sendo o aumento nesta rubrica foi impulsionado pela faturação na linha de internamentos cujo aumento foi de 911.973,63€, sendo cerca de 40% desta linha, faturado a companhias de seguros.

Transferências e subsídios correntes obtidos

A rubrica das transferências e subsídios correntes sofreu um acréscimo, face ao período homólogo este aumento é referente ao valor da verba de custos de contexto no montante de 18.538.573,89€. Os custos de contexto são verbas destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de produção configuram um rendimento sem contraprestação sendo aplicável a NCP 14 Rendimento de Transações sem Contraprestação.

Na rubrica de subsídios obtidos esta também incluído o valor do subsídio variável e fixo faturado ao Instituto Nacional de Emergência Médica.

Reversões

Conta	Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamento
76	Reversões	355 376,62	5 204 177,61	-93,17%	-	-

Na rubrica reversão de provisões existiu uma variação de -93,1% face ao período homólogo, esta é justificado com a mudança de normativo contabilístico, que em 2018 passou a considerar as imparidades de entidades públicas.

Outros Rendimentos

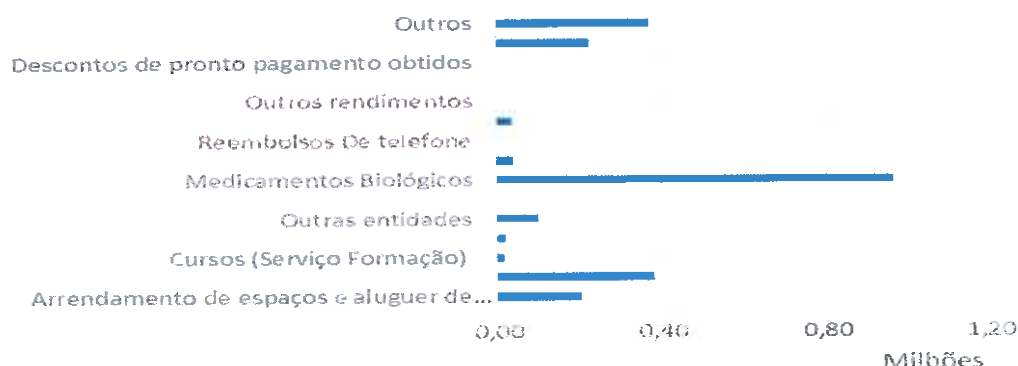
Na rubrica outros rendimentos os medicamentos biológicos apresentam um maior relevo com 41% do valor total faturado. Os medicamentos biológicos são faturados à ARSLVT, no âmbito do Despacho nº18419/2010 de 2 de dezembro referente à dispensa de medicamentos prescritos a doentes no âmbito de legislação específica. Nesta rubrica está também incluído o arrendamento de espaços, os estudos e projetos, entre outros com menor relevo.

52

Ass.
m. @

Designação	2019	2018
Medicamentos Biológicos e Riluzol - ARSLVT	963 560,64	795 827,60

Outros Rendimentos



5.2. Compras

Numa análise global, a execução do orçamento de compras reflete as compras líquidas de descontos comerciais e abatimentos, verificando-se um decréscimo de 0.23 % face ao homólogo. As rubricas registam um decréscimo que se relaciona com procedimentos adotados pelo Serviço de Gestão Logística, com a aquisição de bens e serviços com recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas, recorrendo com frequência ao Catálogo de Compras Públicas dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), principalmente para a aquisição de medicamentos, nos termos legais vigentes.

Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18
Produtos Farmacêuticos	35 318 354	34 868 657	1,29%
Medicamentos (Compras Líquidas)	30 578 409	30 503 358	0,25%
Reagentes + Outros Produtos Farmacêuticos	4 739 945	4 365 299	8,58%
Material de Consumo Clínico	15 352 974	15 887 233	-3,36%
Produtos Alimentares	2 834	2 878	-1,55%
Material de Consumo Hoteleiro	553 669	524 156	5,63%
Material de Consumo Administrativo	203 971	246 750	-17,34%
Material de Manutenção e Conservação	535 386	555 637	-3,64%
Outro Material de Consumo	-	-	-
TOTAL	51 967 587,75	53 046 310,19	-0,23%

Compras Líquidas



ASF
M.

5.3. Investimentos

Em 2019 foram realizadas várias intervenções realizadas em equipamentos e infraestruturas que possibilitaram melhoria do acesso e/ou da capacidade de resposta do HGO.

Verificou-se uma preocupação de investimento na reabilitação e melhoria das condições de acesso de profissionais e utentes com intervenções transversais (substituição das cadeiras de salas de espera, reabilitação de vários espaços, substituição parcial do rede hidráulica, entre outros), assim como existiu uma particular incidência na melhoria das ferramentas disponibilizadas aos profissionais, destacando-se a aquisição de vários equipamentos de ecografia, de ventilação, infusão, endoscopia, desfibrilhação, entre outros.

Obra, Infraestruturas e mobiliário

Descrição	Serviço
Substituição dos coletores de ida e retorno de água quente sanitária	Geral
Instalação de sistema de dióxido de cloro	Geral
Nova sala de Angiografia Electrofisiologia	Imagiologia
Aquisição de cadeiras para zonas públicas – Salas de espera de vários serviços	Vários serviços
Instalação de sistema de deteção de incêndio - Piso 7 e 8	Pneumologia / Oncologia
Criação de Hospital de dia - Gastroenterologia /Nefrologia	Gastroenterologia /Nefrologia
Instalação de restringidores de caudal nos pontos de água quente sanitária	Geral
Reabilitação da Pedopsiquiatria	Pedopsiquiatria
Reestruturação do Datacenter – Segurança contra incêndios	Informática
Instalação de central de CO2 para servir 3ª Angiografia e Sala 7 da Imagiologia	Imagiologia

Equipamentos

Descrição / Caracterização	Serviço
Monitorização - UCIN/UCIP (2ª fase)	Pediatria Médica
Ventiladores - UCIN/UCIP	Pediatria Médica
Upgrade à Câmara Gama	Medicina Nuclear
Aquisição de desfibrilhadores para vários serviços	Vários serviços
Equipamento de infusão para ambiente de RM	UCI
Ecógrafo de Imagiologia 1ª fase (2 unidades)	Imagiologia
Ecógrafos Obstetrícia	Ginecologia/Obstetrícia
Ecografo de Urologia	Urologia
Berços eléctricos	Pediatria
Aquisição de sistema de ecoendoscopia	Gastroenterologia
Candeeiro Operatório sala pequena cirurgia Urgência Geral	Urgência Geral
Videolaringoscópio e fibroscópio de intubação com monitor	Anestesia
Aquisição de vários Equipamentos de infusão	Vários serviços
Ecógrafo para UCIN	UCIN / UCIP

Execução das candidaturas ao Portugal 2020

O HGO tem procurado divulgar internamente os avisos de abertura de candidaturas publicados nos diversos programas operacionais, com o objetivo de beneficiar das linhas de financiamento ajustadas aos objetivos institucionais e /ou dos potenciais investigadores.

h.

AF
M.

Em seguida apresentam-se as candidaturas apresentadas ao Portugal 2020, por programa operacional, aprovadas.

No programa operacional regional de Lisboa 2020 foram aprovadas duas candidaturas que refletem a ambição estratégica do hospital, no sentido de se tornar uma instituição de referência na península de Setúbal e na região de Lisboa, dotada de recursos tecnologicamente avançados e de recursos humanos altamente qualificados no desenvolvimento dos serviços de saúde nas suas áreas de atuação, de forma a proporcionar uma maior qualidade nos serviços prestados e maior capacidade de resposta aos desafios atuais e futuros.

O projeto +Acesso, Melhor Qualidade teve início em 2018, com um cofinanciamento pelo FEDER de 50%, no valor de €1.494.798,36, cujo término ocorreu em 11 de outubro de 2019. O projeto visa a melhoria do acesso e qualidade dos serviços de saúde prestados, bem como potenciar o aumento de capacidade de resposta do hospital e da rede de serviços hospitalares. Tem como premissa central a aposta na modernização técnica e tecnológica de diversos equipamentos de tecnologia avançada, designadamente, 1 Raio X Geral de digitalização direta, 1 Raio X com contraste e 1 Raio X portátil, na área da radiologia, um Equipamento de Tomografia (PET), na área da tomografia, ainda, um Equipamento de Angiografia.

O 2º projeto aprovado, neste programa, é a Melhoria do Acesso - Ressonância Magnética que teve início em 31 de janeiro de 2019, com previsão de conclusão em 30 de novembro de 2020, num valor total de candidatura de €1.750.000,00, cofinanciada em 50% pelo FEDER. A candidatura apresenta uma execução de 7%, o que em termos financeiros corresponde a €120.250,00, relativa à aquisição de 3 ecógrafos de obstetrícia.

Este projeto tem como objetivo primordial o investimento em equipamento de diagnóstico e terapêutica de elevada diferenciação, nomeadamente através da aquisição de Equipamento de Ressonância Magnética Nuclear, estimada para após o verão de 2020.

A linha de financiamento do programa operacional SEUR pretende apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono, à qual o Hospital se candidatou, tendo obtido aprovação em 2017, com data de conclusão prevista em 30 de abril de 2021. Esta candidatura tem um investimento elegível aprovado de €5.464.960,88, com cofinanciamento reembolsável de 95%, em 20 anos.

A operação a desenvolver prevê a implementação de um projeto integrado de gestão e racionalização energética no Hospital Garcia de Orta, E.P.E., onde constam um conjunto de medidas de melhoria da eficiência energética:

- Iluminação LED;
- Instalação de válvula de 2 vias em Fancoil;
- Desativar os convetores;
- Substituição das UTAS;
- Substituição dos isolamentos em tubagens;
- Alteração de *setpoints* nas UTAS;
- Instalação de coletores solares fotovoltaicos;
- Instalação de sistemas de monitorização;
- Instalação de restringidores de caudal AQS;
- Instalação de isolamento nas fachadas;
- Iluminação exterior;
- Solar térmico.

A taxa de execução do projeto é de 5%, relativa aos projetos de execução de cada uma das medidas e a instalação dos restringidores de caudal AQS.

Em termos de investimentos, verifica-se um decréscimo em aquisições de 40% face ao período homólogo:

 55

AF
M.
CF

Descrição	R 2019-12	R2018-12	Var. %19/18
41 - Investimentos Financeiros	79 440,26	84 867,27	-6,4%
43 - Ativos fixos tangíveis	2 570 002,50	3 795 097,63	-32,3%
431 - Terrenos e recursos naturais			
432 - Edifícios e outras construções			
433 - Equipamento básico	1 413 566	3 332 641	-57,6%
434 - Equipamento de transporte			
435 - Equipamento administrativo	1 156 436	378 820	205,3%
437 - Outros ativos fixos tangíveis		83 637	-100,0%
44 - Ativos intangíveis	1 821,75	218 197,62	-99,2%
443 - Software	1 822	218 198	-99,2%
45 - Imobilizações em Curso	151 229,85	583 404,43	-74,1%
TOTAL	2 802 494,36	4 601 569,95	-39,1%

5.4. Indicadores de desempenho económico-financeiro

Indicadores Estrutura Capitais

Autonomia financeira

Autonomia Financeira	=	Capital Próprio	/	Ativo	=	AF 2019	AF 2018
AF	=	- 58 658 174,77 €	/	85 839 579,14 €	=	-68,33%	-53,33%

A análise deste indicador permite avaliar qual a percentagem do ativo financiado por Capitais Próprios e também analisar se o HGO tem ou não capacidade de endividamento. O rácio de autonomia financeira em 2019 mantém a tendência negativa -68% o que demonstra que o ativo não consegue ser financiado pelo capital próprio.

Solvabilidade

Solvabilidade	=	Capital Próprio	/	Passivo	=	Solvabilidade 2019	Solvabilidade 2018
Solvabilidade	=	- 58 658 174,77 €	/	144 497 753,91 €	=	-40,59%	-34,78%

Este indicador determina a capacidade do HGO em solver os seus compromissos a médio e longo prazo face aos credores. O HGO mantém a tendência negativa com um acréscimo de 17% face ao período homólogo o que representa a fraca capacidade em solver os seus compromissos no medio longo prazo e a elevada dependência face a credores.

Liquidez Geral

Este indicador dá-nos a capacidade que o HGO tem em pagar as dívidas de curto prazo com o capital circulante.

O HGO mostra uma liquidez geral (32,90%) abaixo do valor de referência (100%) o que demonstra a dificuldade de liquidar todas as suas dívidas a curto prazo, transformando todos os seus ativos correntes em dinheiro.

Liquidez Geral	=	Ativo Corrente	/	Passivo Corrente	=	LG 2019	LG 2018
LG	=	45 102 350,45 €	/	137 094 509,98 €	=	32,90%	36,54%

Liquidez Imediata

O rácio de liquidez imediata reflete a percentagem das dívidas de curto prazo que pode ser saldada de forma imediata pela sua disponibilidade de caixa.

AF
m. ad

Liquidez Imediata	=	Disponibilidades	/	Passivo	=	LI 2019	LI 2018
LI	=	4 237 050,59 €	/	144 497 753,91 €	=	2,93%	0,15%

O HGO apresenta uma liquidez imediata de 2,9%, este rácio teve um acréscimo significativo face ao período homólogo. Este aumento foi originado pela verba recebida pela ACSS através do Despacho nº 278-A/2019/SEO – dotação centralizada n.º 9 do art.º 9 da Lei OE.

O HGO recebeu através despacho referido anteriormente o montante de 20.728.946,00€ para liquidação de "arrears". No entanto, este valor foi superior à previsão, ficando em saldo de gerência o montante de 4.137.258,95, contribuindo deste modo para o aumento deste rácio.

Grau endividamento

Este indicador avalia se o HGO utiliza bastantes recursos de terceiros ou próprios, quanto maior é este indicador maior for o valor do indicador, maior é o seu nível de endividamento.

Grau de Endividamento	=	Passivo Total	/	Ativo Total	=	GE
GE	=	144 497 753,91	/	85 839 579,14	=	168,33%

O grau de endividamento do HGO em 2019 tem uma percentagem de 168%, evidenciando deste modo a elevada dependência de face a capital alheio.

Indicador do Prazo Médio de Pagamentos

O PMP indica-nos quanto tempo (em meses ou em dias) demora o HGO, em média, a pagar os créditos que obtém dos seus fornecedores.

Prazo Médio de Pagamento								Var. período anterior	
4T 2019	3T 2019	2T 2019	1T 2019	4T 2018	3T 2018	2T 2018	1T 2018	Δ Dias	Δ %
162,67	178,23	175,01	185,87	191,84	210,59	206,09	191,55	-29	-15,205%

O HGO demora em média 162 dias para liquidar as dívidas junto dos fornecedores, na análise evolutiva verifica-se que desde 2018 esta média tem vindo a decrescer.

Face ao período homólogo verifica-se uma redução muito positiva do prazo médio de pagamentos face ao período homólogo em 29 dias.

h. Ast
m. Cab

6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

6.1 Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado.

Não tendo o PAO do HGO, submetido em maio de 2019, merecido aprovação, efetuamos a comparação face aos valores por nós propostos, nessa sede.

Conta	Descrição	R 2019-12	Orçamentado	Execução
61	Custo Mercadoria vendidas e Materias consumidas	49 972 992,22	54 734 754,65	-8,7%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	26 440 953,73	23 510 785,37	12,5%
63	Despesas com Pessoal	91 272 868,31	84 584 032,11	7,9%
64	Gastos de depreciação e de amortização	3 508 051,20	2 531 991,27	38,5%
65	Perdas por imparidade	2 150 107,26		
67	Provisões do período	293 858,40	500 000,00	-41,2%
68	Outros Gastos	18 851 278,40	1 605 850,00	1073,9%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 230,45	12 558,00	-90,2%
Total Gastos		182 481 305,97	187 478 871,40	14,9%

Conta	Descrição	R 2019-12	Orçamentado	Execução
704108	Taxas moderadoras	2 251 492,73	2 309 091,66	-2,49%
72011	Proveitos contrato Programa	143 581 789,96	150 544 203,11	-4,62%
72012	Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	959 462,80	316 820,00	202,84%
72013	Outras entidades responsáveis	5 121 808,02	5 535 379,48	-7,47%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	18 714 811,69	18 677 278,55	0,20%
76	Reversões	355 376,62		
78	Outros rendimentos	2 363 417,76	3 502 623,00	-32,52%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		500,00	-100,00%
		171 346 138,58	188 885 415,81	-4,2%

Conta	Descrição	R 2019-12	Orçamentado	Execução
	Gastos Operacionais	192 490 109,62	173 386 203,81	11,02%
	Rendimentos Operacionais	173 348 159,58	180 885 395,81	-4,17%
	Resultado Operacional	19 141 949,94	7 499 192,00	-355,25%
	Imposto Estimado	62 301,65		
	Resultado Líquido do Período	- 19 205 482,04	7 487 134,00	-356,51%
	EBITDA	- 15 633 898,74	10 019 125,27	-256,04%

O Resultado líquido do exercício no ano de 2019 teve um desvio bastante significativo face ao orçamentado, originado pelo encerramento dos contratos programa referentes aos períodos económicos de 2014 e 2015, com um impacto cerca de 18 milhões.

Esta situação teve um impacto significativo no EBITDA, que seria positivo em cerca de 2.3 milhões de euros.

Na análise dos gastos verifica-se um desvio de 14%, enquanto no total dos rendimentos, ficámos 4,2% abaixo do orçamentado.

Na estrutura de gastos, a rubrica de "outros gastos" foi quem mais contribuiu para o desvio, uma vez que o impacto do fecho dos contratos programa referentes aos períodos económicos de 2014 e 2015 foi efetuado nesta rubrica.

De salientar a boa execução ao dos consumos, onde ficámos 8,7% abaixo do orçamentado.

Nos subcontratos destacam-se os meios complementares de diagnóstico e terapêutica que em termos absolutos apresentam um desvio em cerca de 1,6 milhões. A rubrica "internamentos" desviou em 1,7 milhões devido ao aumento do SIGIC. Nos serviços especializados destaca-se os trabalhos especializados com um desvio de 0,8 milhões.

h.

AF
CS
NH.

Nos gastos com depreciações também se verifica uma variação em termos absolutos de 0,9 milhões. Este aumento é devido essencialmente ao acerto da taxa de depreciações efetuada ao edifício, este passou a ter uma vida útil de 50 anos em vez de 80.

No que diz respeito aos rendimentos, verifica-se um desvio de -4,2%. As rubricas que apresentam desvio negativo são as taxas moderadoras (-2,5%), proveitos do contrato programa (-4,6%), outras entidades responsáveis (-7,5%), reversões, outros rendimentos (-32,5%) e os juros e outros rendimentos similares. Com desvios favoráveis apresentam-se as transferências com subsídios obtidos (0,2%) e as prestações de saúde de financiamento vertical (202%), consequência no novo programa de Atrofia Muscular Espinhal e pelo aumento dos transplantes e colheitas em 64.924.41€.

A rubrica com maior impacto no desvio em termos absolutos são os proveitos de contrato programa em 6,9 milhões. As linhas de produção de internamento, consulta, urgência, GDH ambatório, tiveram um desvio de -4,9%, o hospital de dia -8.1% e as outras prestações e saúde -3.7%.

Segue abaixo o mapa que evidencia o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE:

Rubricas	Dotação Orçamental Inicial	Dotação Orçamental Corrigida	Execução	Variação	
Despesa	113 849 240,00	102 070 636,00	104 458 975,00	Valor	%
01 Despesas com Pessoal	87 552 332,00	90 457 335,00	90 458 975,00	2 906 643,00	3%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	71 807 124,00	95 334 294,00	78 720 837,00	6 913 713,00	10%
Aquisição de Bens	54 983 485,00	76 713 712,00	59 820 387,00	4 836 902,00	9%
Aquisição de Serviços	16 823 639,00	18 620 582,00	18 900 450,00	2 076 811,00	12%
03 Juros e outros encargos	12 558,00	14 018,00	9 984,00	- 2 574,00	-20%
04 Transferências Correntes (estágios)	7 284,00	1 346,00	1 346,00	- 5 918,00	-81%
06 Outras Despesas Correntes	50 288,00	68 234,00	150 743,00	100 455,00	200%
07 Aquisição de Bens de Capital	6 219 733,00	6 995 599,00	3 619 038,00	- 2 600 695,00	-42%
09 Ativos Financeiros	-	-	-	-	0%
Receitas	105 153 916,00	102 293 404,00	117 187 974,00		
02 Imposto sobre Valor Acrescentado	-	-	-	-	0%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1 864 541,00	1 862 741,00	1 510 218,00	- 354 323,00	-19%
05 Rendimentos da Propriedade	-	-	-	-	0%
06 Transferências Correntes	137 900,00	137 900,00	98 106,00	- 39 794,00	-29%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	158 998 232,00	182 926 169,00	171 731 048,00	12 732 816,00	8%
Duodécimos ACSS	145 765 648,00	169 900 965,00	169 900 964,00	24 135 316,00	17%
Outros Recebimentos	13 232 584,00	13 025 204,00	1 830 084,00	-11 402 500,00	-86%
08 Transferências de Capital	445 843,00	619 823,00	409 443,00	- 36 400,00	-8%
09 Venda de Bens de Investimento	-	-	-	-	0%
10 Passivos financeiros	-	8 200,00	8 002,00	8 002,00	0%
12 Adm. Publica	4 207 403,00	7 293 613,00	3 296 563,00	- 910 840,00	-22%
13 Indeminizações	-	27 000,00	26 636,00	26 636,00	0%
16 Saldo gerência ano anterior	-	117 958,00	117 958,00	117 958,00	0%
Saldo Orçamental (R-G)			4 237 043,00		

No decorrer do ano de 2019, o Hospital Garcia de Orta, recebeu diversas verbas extraordinárias através dos seguintes despachos: Despacho de 26 de fevereiro de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento no valor de 2.806.400,00€, Despacho Conjunto das Finanças e Saúde, de 26 de fevereiro de 2019 - 279.810€, Despacho N.º 28-A/2019/SEO, 07 DE novembro - no valor de 2.905.003€ e Despacho N. 278-A/2019/SEO - dotação centralizada N.º 9 do art.º 9 da Lei OE - 20.728.946,00€. Relativamente ao Despacho N. 278-A/2019/SEO o mesmo não foi executado na totalidade no ano de 2019, ficando em saldo de gerência o montante de 4.138.588,20€.

Realçamos que face ao orçamento financeiro aprovado para 2019, executamos mais 3% nas despesas com o pessoal e mais 10% nas aquisições de bens e serviços, sendo este ultimo tópico, muito influenciado pelos valores extraordinários recebidos no decorrer do ano de 2019.

A nível do recebimento das taxas moderadoras, ficamos abaixo cerca de 19% face ao orçamentado, embora aumentando face a 2018.

6.2. Gestão do risco financeiro e limites máximos de acréscimo de endividamento

A atividade desenvolvida pelo HGO, à semelhança do que sucede com as restantes entidades hospitalares públicas inseridas no âmbito dos designados Hospitais E.P.E., encontra-se bastante condicionada, em termos das fontes de financiamento a que pode recorrer para o financiamento da sua atividade e, consequentemente, na própria capacidade de gestão dos riscos financeiros.

A atividade do HGO tem sido financiada através dos rendimentos provenientes da sua atividade, essencialmente sustentada com os Contratos-programa celebrados com a ACSS e a ARSLVT, tendo os défices gerados sido financiados através das dotações de capital estatutário e do crédito de fornecedores.

Em 2014, foi efetuada uma injeção de capital efetuada ao abrigo do Despacho n.º 15476-B/2014, que visou a regularização de dívidas em atraso, corrigindo deste modo a situação de desequilíbrio que conduziu à acumulação de fundos próprios negativos, voltando em 2015 à falência técnica, tendência que se mantém até 2019.

Dado que estas fontes de financiamento, revelando-se as possíveis no contexto do desenvolvimento da atividade do HGO, se revelam igualmente como as menos penalizadoras, em termos do respetivo impacto sobre os resultados financeiros do HGO, não tem sido entendido como necessário, ou sequer possível, por parte do Conselho de Administração, desenvolver quaisquer outros procedimentos adicionais de avaliação de risco financeiro e, consequentemente, de identificação de medidas visando a respetiva cobertura.

No que se refere às políticas de reforço dos capitais permanentes do HGO, as condições atuais de exploração, condicionadas pela natureza dos Contratos-Programa que sustentam a atividade desenvolvida, não permitem assegurar o respetivo reforço sustentado, revelando-se necessário um esforço adicional por parte do Estado, ao nível do reforço dos seus capitais estatutários.

Com efeito, qualquer outra medida de reforço dos capitais permanentes que vise o recurso aos mercados financeiros e a obtenção de dívida onerosa iria necessariamente implicar o agravamento da estrutura de gastos do HGO, com o consequente impacto negativo sobre o resultado líquido.

Assim sendo, e apesar das condicionantes existentes, entende-se que a otimização da estrutura financeira, pelo menos a curto prazo, terá de continuar a passar por um esforço de manutenção da atividade sem recurso a fontes onerosas de capitais, dada a incapacidade da atividade gerar recursos para fazer face ao agravamento de gastos que daí resultaria.

Em sintonia com esta atuação, o HGO não possui contratos de *swap* em carteira e não contratou, nem contrata, qualquer tipo de instrumento de gestão de risco financeiro.

Conforme se pode verificar, em matéria de risco financeiro, nas atuais condições, o peso do custo dos capitais alheios não é particularmente penalizador ao nível do resultado financeiro.

Limites de crescimento de endividamento, nos termos definidos no DLEO de 2019, apurado nos termos da fórmula infra:

Passivo Remunerado(€)	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	-	43 900 000,00	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	7 960 465,00	-	-	28 500 000,00	-
Entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados	3 086 209,18	21 298 750,00	-	-	-	-	-
Endividamento Ajustado	-	-	-	-	-	58 329 989,74	59 827 105,76

6.3 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

PMP Ponderado em Dias			
4T 2019	4T 2018	Homólogo	
		Δ Dias	Δ %
162,67	191,84	-29,17	-15,21%

Os prazos médios de pagamento (PMP) do hospital espelham a dificuldade para pagamento de dívidas em prazos aceitáveis, agravado com sucessivos orçamentos deficitários. No entanto, a evolução do PMP é positiva em comparação com o período homólogo, resultante de um incremento em termos financeiros, ainda que atribuído, em parte através de verba de convergência.

O Conselho de Administração tem implementado procedimentos de tesouraria rígidos e adequados ao necessário funcionamento diário de uma instituição desta dimensão. Com base nas disponibilidades existentes, é efetuada uma gestão dinâmica, no máximo respeito pelos princípios da antiguidade da dívida.

Nos termos do Decreto-lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, considera-se atraso no pagamento "arrears" o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento de bens e serviços, após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A 31/12/2019 o total da dívida, desagregada por períodos temporais é a seguinte:

Descrição	Dívidas não vencidas	Dívidas vencidas				
		Entre 0 a 90 dias [0 a 90]	Após 90 dias [90 a 120]	Após 120 dias [120 a 240]	Após 240 dias [240 a 360]	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	22 688 017,92	7 969 336,18	186 477,49	1 798 916,02	446 317,91	26 087 415,01
Aquisições de capital	250 143,50	32 375,70	68 781,60	-	600,94	16 461,80
Saldo em dívida	22 938 161,42	8 001 711,88	255 259,09	1 798 916,02	446 918,85	26 103 876,81

6.4. Recomendações do acionista

Na sequência da aprovação de contas de 2016, através do despacho nº109/18-SET e perspetivando as suas recomendações futuras, o mesmo recomendava que:

- Providenciar a regularização do registo dos imóveis em que a entidade desenvolve as suas atividades;
O HGO, está a fazer o levantamento da documentação necessária ao registo dos imóveis em que a entidade desenvolve as suas atividades.
- Dar cumprimento do disposto no artigo 26º do DLEO de 2019, no que respeita a divulgação no respetivo sítio da Internet a lista de dívidas certas, liquidas e exigíveis há mais de 30 dias;
Encontram-se publicadas no sítio da internet a lista de dívidas certas, liquidas e exigíveis há mais de 30 dias.
- Aplicar a Estatuto do Gestor Público no tocante ao abono de despesas com comunicações pela conjugação dos nº3 e 4 do artigo 32º da EGP do Decreto Lei 77/2007, de 27 de março;
Conforme evidenciado no ponto 7, as despesas com comunicações enquadram-se no disposto dos nº3 e 4 do artigo 32º da EGP do Decreto Lei 77/2007, de 27 de março;
- Assegurar o cumprimento da RCM nº 18/2014, de 7 de março, relativa a elaboração e divulgação de relatório trianual sobre as remunerações para as mulheres e homens;
Foi elaborado o relatório sobre remunerações para mulheres e homens.
- Proceder a divulgação da informação relativa a política de aprovisionamento de bens e serviços e à adesão ao Sistema Nacional de Compras Publica;
Não se encontram divulgado, em 2019, no Sítio da internet a política de aprovisionamento de bens e serviços e à adesão ao Sistema Nacional de Compras Publica, o que está agora em curso.

6.5. Orientações sobre remunerações

Das remunerações, designadamente (Apêndice 1):

- f. Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2019 (Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único)

Conselho de Administração

1. Montante anual de remunerações auferidas pelo Conselho de Administração nomeado para o triénio de 2016-2018, em funções até 18 de abril de 2019

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto do Gestor Público			
			Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta Vencimento	Despesas de representação
2016 - 2018	Presidente	Joaquim Daniel Lopes Ferro	S	B	4 752,55	1 663,39
2016 - 2018	Vogal	Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis	S	B	3 891,47	1 556,59
2016 - 2018	Vogal	Maria de Lourdes Caixaria Bastos	S	B	3 891,47	1 556,59
2016 - 2018	Diretor clínico	Ana Paula Breia dos Santos Neves	S	B	4 996,31	1 556,59
2016 - 2018	Enfermeira Directora	Odília Maria Taleigo Neves	S	B	3 891,47	1 556,59

Cargo	Nome	Remuneração Anual 2019 (€)				
		Fixa (1)	Varia (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remunerações (4)	Valor Líquido (5) = (3) - (4)
Presidente	Joaquim Daniel Lopes Ferro	23 738,96	-	23 738,96	1 186,95	22 552,01
Vogal	Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis	20 157,83	-	20 157,83	1 007,89	19 149,94
Vogal	Maria de Lourdes Caixaria Bastos	20 157,83	-	20 157,83	1 007,90	19 149,93
Diretor clínico	Ana Paula Breia dos Santos Neves	26 211,49	-	26 211,49	1 310,57	24 900,92
Enfermeira Directora	Odília Maria Taleigo Neves	20 157,83	- 542,21	19 615,62	1 007,89	18 607,73

Ver os referidos e absenteísmo por doença

Cargo	Nome	Remuneração Anual 2019 (€)				
		Fixa (1)	Varia (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remunerações (4)	Valor Líquido (5) = (3) - (4)
Presidente	Joaquim Daniel Lopes Ferro	23 738,96	-	23 738,96	1 186,95	22 552,01
Vogal	Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis	20 157,83	-	20 157,83	1 007,89	19 149,94
Vogal	Maria de Lourdes Caixaria Bastos	20 157,83	-	20 157,83	1 007,90	19 149,93
Diretor clínico	Ana Paula Breia dos Santos Neves	26 211,49	-	26 211,49	1 310,57	24 900,92
Enfermeira Directora	Odília Maria Taleigo Neves	20 157,83	- 542,21	19 615,62	1 007,89	18 607,73

Ver os referidos e absenteísmo por doença

2. Montante anual de remunerações auferidas pelo Conselho de Administração nomeado para o triénio de 2019 - 2021

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	O/D
2019 - 2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	Resolução nº76/2019	18 Abril de 2019	HGO	D
2019 - 2021	Vogal	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	Resolução nº76/2019	18 Abril de 2019	HGO	D
2019 - 2021	Vogal	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	Resolução nº76/2019	18 Abril de 2019	HGO	D
2019 - 2021	Diretor clínico	Nuno Miguel da Silva Marques	Resolução nº76/2019	18 Abril de 2019	HGO	D
2019 - 2021	Enfermeira Directora	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	Resolução nº76/2019	18 Abril de 2019	HGO	D

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Acumulação de Funções	Entidade	Função	Regime
		Nome			
2019 - 2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	NA	NA	NA
2019 - 2021	Vogal	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	NA	NA	NA
2019 - 2021	Vogal	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	NA	NA	NA
2019 - 2021	Diretor clínico	Nuno Miguel da Silva Marques	NA	NA	NA
2019 - 2021	Enfermeira Directora	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	NA	NA	NA

62
LM
cap
AF
NM.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto do Gestor Público			
			Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta	
					Vencimento	Despesas de representação
2019 - 2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	S	B	4 864,34	1 945,74
2019 - 2021	Vogal	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	S	B	3 891,47	1 556,59
2019 - 2021	Vogal	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	S	B	3 891,47	1 556,59
2019 - 2021	Diretor clínico	Nuno Miguel da Silva Marques	S	B	3 891,47	1 556,59
2019 - 2021	Enfermeira Directora	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	S	B	3 891,47	1 556,59

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual 2019 (€)			
			Fixo (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Valor Total (5) = (3) - (4)
2019 - 2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	65 765,90		65 765,90	2 826,24
2019 - 2021	Vogal	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	52 612,70		52 612,70	2 260,92
2019 - 2021	Vogal	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	50 480,19		50 480,19	2 260,92
2019 - 2021	Diretor clínico	Nuno Miguel da Silva Marques	51 788,83		51 788,83	2 260,92
2019 - 2021	Enfermeira Directora	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	52 612,70		52 612,70	2 260,92

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Benefícios Sociais							
			Valor de subsídio refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde	
			Diário	Encargo anual de entidade	(Identificar)	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificar	Valor
2019 - 2021	Presidente	Luís Manuel Martins Amaro	4,77	739,35	CGA	14 948,23	na.	na.	na.	na.
2019 - 2021	Vogal	Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira	4,77	758,43	SS	11 958,55	na.	na.	na.	na.
2019 - 2021	Vogal	Vera Sofia Pinheiro Branco de Almeida	4,77	767,97	SS	11 452,08	na.	na.	na.	na.
2019 - 2021	Diretor clínico	Nuno Miguel da Silva Marques	4,77	767,97	SS	12 791,47	na.	na.	na.	na.
2019 - 2021	Enfermeira Directora	Ana Paula Realista Carvalho Rodrigues	4,77	763,20	CGA	11 958,54	na.	na.	na.	na.

Não existem viaturas atribuídas aos membros do Conselho de Administração.

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório (Fixado Mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2018 - 2020	Presidente	Maria Leonor Betencourt Silva Dantas Jorge	Dec Lei 18/2017 10 Fevereiro	26/04/2018	985,29	1
2018 - 2020	Vogal	Renato Felisberto Pinho Marques	Dec Lei 18/2017 10 Fevereiro	26/04/2018	738,97	1
2018 - 2020	Vogal	José Manuel Gonçalves André	Dec Lei 18/2017 10 Fevereiro	26/04/2018	738,97	1
2018 - 2020	Vogal Suplente	Anabela Mendes Garcia Barata	Dec Lei 18/2017 10 Fevereiro	26/04/2018	738,97	1

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		
			Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor final (3) = (2) - (1)
2018 - 2020	Presidente	Maria Leonor Betencourt Silva Dantas Jorge	13 794,06	-	13 794,06
2018 - 2020	Vogal	Renato Felisberto Pinho Marques	10 345,58	-	10 345,58
2018 - 2020	Vogal	José Manuel Gonçalves André	10 345,58	-	10 345,58
2018 - 2020	Vogal Suplente	Anabela Mendes Garcia Barata	NA	NA	NA

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração		Nº de mandatos
		Nome	Número	Doc (f)	Data	Limite fixado	Contratada	
2018-2020	ROC	BDO & Associados, SROC, Lda Representado por: Dr. António Rita Fonseca nº 646	29	Despacho nº 12708/2018	14/09/2018	51 800,00	51 800,00	1

ROC	Remuneração Anual		
	Bruta	Reduções (LEI OE)	Bruta após redução
BDO & ASSOCIADOS, LDA.	17 800,00 €	- €	17 800,00 €

Auditor Externo

Não aplicável.

6.6 Aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

- Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.
- Não foram feitos reembolsos aos membros do Conselho de Administração no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- O valor das despesas associadas a comunicações, não ultrapassa os limites.

Nome	Gastos com Comunicações (€)		
	Pland Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Luís Manuel Martins Amaro	70	177,68	n.a
Ana Sofia Freitas Montelro Ferrei	70	371,84	n.a
Vera Sofia Pinheiro Branco de Alr	70	105,72	n.a
Nuno Miguel da Silva Marques	70	141,98	n.a
Ana Paula Realista Carvalho Rodr	70	158,22	n.a

- Não existem viaturas de serviço atribuídas aos membros do Conselho de Administração.

6.7. Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

No exercício de 2019 não se verificou qualquer registo contabilístico de despesas não documentadas ou confidenciais.

6.8. Relatório sobre remunerações pagas por género - Nº 2 da RCM nº 18/2014 de 7 Março

O n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, determina que as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

No HGO, como nos restantes hospitais e no setor da saúde em geral, a taxa de feminilidade é bastante elevada, correspondendo a 79,5% do total dos efetivos.

A representação do género feminino no Conselho de Administração é de 60% e nos restantes grupos de gestão e chefia do hospital a mesma taxa corresponde a cerca de 55%. Esta taxa tem vindo progressivamente a subir, designadamente nas categorias com níveis de qualificação mais elevadas.

Salienta-se que nas remunerações reportadas se encontra refletida a adesão a mecanismos previstos na lei para conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, designadamente o trabalho a tempo parcial. Esta opção é feita principalmente pelas mulheres, o que conduz a implicações em termos de remunerações totais, mas não em termos do valor/hora da remuneração.

Neste contexto, verifica-se no HGO que a diferença salarial de género é menor entre as categorias com níveis de qualificação mais baixas, assumindo ainda, em termos médios, um valor expressivo no pessoal dirigente.

Grupo Profissional por Intervalo Remuneratório	até 1000 €	1001 - 1500 €	1501 - 2000 €	2001 - 3000 €	3001 - 4000 €	mais de 4000 €	TOTAL
Conselhos de Administração						5	5
Conselho Fiscal	3						3
Assistente Operacional	623						623
Assistente Técnico	217	13	1				231
Pessoal de Enfermagem	11	711	182	26	22		952
Pessoal de Informática	2	3	2	3			10
Pessoal Dirigente				6	16	1	23
Pessoal Docente		1					1

Grupo Profissional por Intervalo Remuneratório	até 1000 €	1001 - 1500 €	1501 - 2000 €	2001 - 3000 €	3001 - 4000 €	mais de 4000 €	TOTAL
Pessoal em formação pré carreira Médica			199				199
Pessoal Médico	6	9	27	222	68	79	411
Pessoal Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	2	170	17	12			201
Pessoal Farmacêutico			6	4			10
Pessoal Técnico Superior de Saúde			3	2			5
Técnicos Superiores	3	36	18	10			67
Outro Pessoal		1					1
TOTAL	867	944	455	285	106	85	2742

Gênero por Intervalo Remuneratório	até 1000 €	1001 - 1500 €	1501 - 2000 €	2001 - 3000 €	3001 - 4000 €	mais de 4000 €	TOTAL
Masc	138	139	125	87	42	27	558
Fem	729	805	330	198	64	58	2184
TOTAL	867	944	455	285	106	85	2742

Grupo Profissional	Efetivos					Remuneração Média				
	Masc	Masc %	Fem	Fem %	TOTAL	Masc	Diferença/Média	Fem	Diferença/Média	TOTAL
Conselhos de Administração	2	40,0	3	60,0	5	5.822 €	388 €	5.175 €	-259 €	5.434 €
Conselho Fiscal	2	66,7	1	33,3	3	738 €	-82 €	985 €	165 €	820 €
Assistente Operacional	97	15,6	526	84,4	623	651 €	4 €	646 €	-1 €	647 €
Assistente Técnico	36	15,6	195	84,4	231	790 €	-3 €	793 €	0 €	793 €
Pessoal de Enfermagem	129	13,6	823	86,4	952	1.448 €	45 €	1.396 €	-7 €	1.403 €
Pessoal de Informática	9	90,0	1	10,0	10	1.525 €	-57 €	2.094 €	512 €	1.582 €
Pessoal Dirigente	10	43,5	13	56,5	23	3.612 €	186 €	3.283 €	-143 €	3.426 €
Pessoal Docente	0	0,0	1	100,0	1	0 €		1.373 €		1.373 €
Pessoal em formação pré carreira Médica	60	30,2	139	69,8	199	1.805 €	9 €	1.791 €	-5 €	1.796 €
Pessoal Médico	154	37,5	257	62,5	411	2.991 €	-82 €	3.122 €	49 €	3.073 €
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	47	23,4	154	76,6	201	1.351 €	21 €	1.324 €	-6 €	1.330 €
Pessoal Farmacêutico	1	10,0	9	90,0	10	1.613 €	-393 €	2.050 €	44 €	2.006 €
Pessoal Técnico Superior de Saúde	2	40,0	3	60,0	5	1.704 €	-261 €	2.139 €	174 €	1.965 €
Técnicos Superiores	8	11,9	59	88,1	67	1.665 €	158 €	1.485 €	-22 €	1.507 €
Outro Pessoal	1	100,0	0	0,0	1	1.442 €		0 €		1.442 €
TOTAL	558	20,4	2184	79,6	2742	1.780 €	297 €	1.408 €	-75 €	1.483 €

6.9. Relatório sobre prevenção da corrupção

Na sequência da recomendação n.º 1/2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, em 1 de Julho 2009 sobre " Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas", o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta EPE aprovou, no dia 15/11/2013, a ultima versão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (doravante PPRCIC).

Esta recomendação refere o seguinte: "Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão

Handwritten signature and initials:
A.F.
M. C.

de riscos de corrupção e infrações conexas, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos: Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;

Com base na referida identificação de riscos, foram:

- Indicadas as medidas adotadas que previnam a sua ocorrência (por ex., mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstratos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de ações de formação adequada, etc.);
- Definidos e identificados os vários responsáveis, envolvidos na gestão do plano sob a direção do órgão dirigente máximo;
- Elaborado relatório anual sobre a execução do plano.

Dando cumprimento à recomendação supra referida, foi elaborado o relatório de execução anual do PPRCIC relativo ao ano económico de 2019, com sua aprovação em deliberação do CA (cfr. Ata n.º 22/2020, em 16 de abril de 2020).

O Relatório de execução referente a 2019 está disponível no site institucional do HGO, em <http://www.hgo.pt/Hospital/InformacaoGestao/Relat%C3%B3rioGest%C3%A3odeRiscosdeCorrup%C3%A7%C3%A3oeInfra.aspx>

6.10. Normas de contratação pública

Conforme disposto no Regulamento Interno do Hospital Garcia de Orta e em Regulamento do próprio Serviço, compete ao Serviço de Gestão Logística (SGL) assegurar a contratação, compra e disponibilização de todos os bens e serviços necessários ao funcionamento do Hospital e ao cumprimento da missão assistencial com que o mesmo se encontra superiormente comprometido, com respeito pelas regras da contratação pública e demais disposições legais aplicáveis e em vigor em cada momento, sendo o “Código dos Contratos Públicos” (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações, o instrumento legal a partir do qual se desenvolvem, sem exceções, todos os procedimentos aquisitivos que visam executar o Plano Anual de Compras prévia e superiormente aprovado e satisfazer eventuais necessidades adicionais e supervenientes, quando devidamente comprovadas.

Para o efeito, o SGL dispõe de recursos formados e treinados nas práticas da contratação pública, que desenvolvem a sua atividade de forma organizada, orientada e com elevado grau de responsabilidade e de autonomia, com respeito pelo duplo princípio da especialização e da segregação de funções que deve estar subjacente ao exercício da mesma.

No caso de procedimentos pré-contratuais de valor superior a 50.000 € (cinquenta mil euros), a decisão de contratar, a escolha do procedimento e a autorização da despesa carecem sempre de decisão favorável da competência do Conselho de Administração do HGO, enquanto órgão colegial, com respeito pelas regras e limites constantes, desde logo, do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que aprova os Estatutos dos Hospitais EPE, mas também das Leis do Orçamento do Estado e demais legislação aplicável, sendo que, tratando-se de investimentos, aquela fica automaticamente condicionada à verificação, em cada momento e para cada procedimento aquisitivo, dos pressupostos constantes do Despacho n.º 10220/2014, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no Diário da República n.º 152/2014, Série II, de 08 de agosto.

Salvo as exceções expressamente previstas na Lei, todos os Contratos celebrados pelo HGO de valor igual ou superior ao estabelecido no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), em articulação com o disposto em cada ano na Lei do Orçamento do Estado, são sujeitos a Visto do Tribunal de Contas, apenas produzindo todos os seus efeitos após a concessão daquele.

O HGO não tem contratos superiores a 5 milhões de euros.

6.11. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Para além dos procedimentos que desenvolve diretamente com o mercado, o Serviço de Gestão Logística efetua igualmente aquisições de bens e serviços com recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), maioritariamente através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde, quer na

AmF
m. al

qualidade de entidade vinculada, quer de forma voluntária, recorrendo com frequência ao Catálogo de Compras Públicas dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), principalmente para a aquisição de medicamentos, com envio de convites circunscritos às entidades cocontratantes dos acordos quadro celebrados por aquela, nos termos previstos nos artigos 258.º e 259.º do Código dos Contratos Públicos.

Em 2019, o HGO, através do seu Serviço de Gestão Logística, emitiu Notas de Encomenda para aquisição bens e serviços no valor de 38.058.197,88 €, representando 42,26% do total gerado com a emissão de Notas de Encomenda, na sequência de procedimentos aquisitivos desenvolvidos com recurso ao SNCP, conforme melhor demonstrado na tabela infra, considerando o modelo organizacional adotado e que contempla a repartição da função "Contratação" por três grandes setores:

SETORES SGL	Valor Total NE 2019	Valor SNCP NE 2019	Peso % SNCP
Bens de Consumo	22.366.900,86 €	865.149,41 €	3,87%
Serviços e Imobilizado	27.642.539,48 €	4.483.443,76 €	16,22%
Farmácia e Reagentes	40.044.200,60 €	32.709.604,71 €	81,68%
TOTAL	90.053.640,94 €	38.058.197,88 €	42,26%

6.12. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

INDICADORES AGREGADOS	Realizado 2019	Realizado 2018	2018/2019	
			Δ absoluta	Δ % Hom.
(0) EBITDA	15 633 898,74	14 185 818	1 448 080,78	10%
(1) CMVMC	49 972 992,22	50 759 838	786 845,47	-2%
(2) FSE	26 440 953,73	23 396 197	3 044 756,87	13%
(3) Gastos com pessoal	91 272 868,31	84 584 032	6 688 836,20	8%
(3.1) Indemnizações pagas por rescisão				
(3.2) Impacto da reversão das reduções remuneratórias				
(3.3) Impacto da aplicação dos artigos 20 e 21 da LOE 2017				
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	167 686 814,26	158 740 067	8 946 747,60	6%
(5) Volume de negócios VN	151 914 553,51	139 015 099	12 899 454,73	9%
(6) Peso dos gastos/ VN = (4) / (5)	1,10	1	0,04	-3%
(i) Gastos com comunicações (FSE)	228	236	8,00	-3%
(ii) Gastos com deslocações e alojamento (FSE)	13	33	20,00	-61%
(iii) Gastos com ajudas de custos (Gastos com pessoal)	13	19	6,00	-32%
(iv) Gastos com viaturas	26	34	8,00	-24%
Total	260	322	42,00	-13%
Numero total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	2742	2 691	51,00	2%
Nº de orgaos sociais(OS)	8	5	3,00	60%
Nº de Cargos de direcção(CD)	23	23	-	0%
Nº de trabalhadores (Sem OS e sem CD)	2711	2 660	51,00	2%
Nº de trabalhadores / Nº de cargos de direcção	119	117	2,00	2%
Nº de viaturas	10	10		0%

O aumento dos gastos operacionais foi fortemente influenciado por fatores não controlados pela Instituição, nomeadamente as resultantes de imperativos legais decorrentes das valorizações e acréscimos remuneratórios bem como das contratações, ainda que parcialmente satisfeitas, pela passagem às 35 horas da função pública e a subsequente aplicação do período normal de 35 horas também aos profissionais em regime de contrato individual de trabalho. Por conseguinte o aumento exponencial das horas extra deriva não só do aumento do custo hora, mas também da necessidade de serem asseguradas as dotações mínimas ao funcionamento dos serviços. Em 2019, registou-se um aumento, quer em número de efetivos (+ 123), quer em ETC (+117), justificado essencialmente, pelo reforço de AO (20) e Enfermeiros (29) no âmbito Plano de Contingência e do Despacho Conjunto das Finanças e Saúde de 01/08/2019 com vista à redução de trabalho extraordinário. O HGO teve também um reforço de 14 médicos, 4 TSDT, 5 TS e 3 AT. De referir que

dos 123 admitidos no ano de 2019, 36 estão a substituir trabalhadores temporariamente ausentes, pelo que o crescimento real do número de efetivos foi de 87 efetivos, representando assim um incremento de 3,3%.

O aumento de 13% dos fornecimentos e serviços externos, deriva da variação negativa dos internamentos e dos trabalhos especializados.

No quadro abaixo podemos verificar que o EBITDA referente à atividade de 2019 seria positivo em 2,3 milhões de euros, mas com o estabelecido no normativo contabilístico, vem impactar cerca de 18 milhões de euros ao resultado do ano. No anterior referencial contabilístico, este impacto seria levado a resultados transitados, não tendo interferência no resultado do ano, ficando refletido apenas em balanço.

Descrição	2019 Real	2019 s/ efeito encerramento CP 2014 e 2015
Total de Gastos	192 491 339,97	174 467 354,19
Total rendimentos	173 348 159,58	173 348 159,58
Resultado Líquido exercício	- 19 205 482,04	- 1 181 496,26
EBITDA	- 15 633 898,74	2 390 087,04

6.13. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá indicar o Despacho autorizador, assim como data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE. O hospital está excecionado do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado pelo Despacho autorizador nº9180/2018 de 04 de Junho de 2018. É de referir que o HGO, E.P.E. efetua os pagamentos e recebimentos através do IGCP, utilizando residualmente os serviços bancários de duas instituições bancárias, designadamente o Millennium BCP e o Santander Totta, para efetuar pagamentos sobre o estrangeiro e os depósitos de dinheiro e cheques na tesouraria do HGO, E.P.E. através de uma solução de Home Deposit do Santander Totta. No decorrer do ano de 2019, não foram auferidos juros de aplicações financeiras fora do Tesouro.

Descritivo	31/12/2019	Peso Disponibilidades
Disponibilidades:	4 237 027,88	
Santander Totta	265,17	0,01%
IGCP - Instituto de Gestão e do Crédito Público	4 236 762,71	99,99%

6.14. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Durante o último triénio 2017-2019, não ocorreram quaisquer auditorias ao HGO por parte do Tribunal de Contas.

6.15 Informação Divulgada no Portal da DGTF

Quadro relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2019 no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado:

Descrição	Divulgação	
	S/N/N.A	Data da atualização
Estatutos	S	2015
Caracterização da empresa	S	2015
Função de tutela e accionista	S	2015
Modelo de Governo/Membros dos órgãos sociais		2015
Identificação dos órgãos sociais	S	2015
Estatuto remuneratório fixado	S	2015
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos sociais	S	2015
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do CA	S	2015
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S	2015
Esforço financeiro público	S	2015
Ficha Síntese	S	2015
Informação Financeira histórica e atual	S	2015
Princípios do Bom governo		2015
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2015
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2015
Outras transações	S	2015
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios		2015
Económico	S	2015
Social	S	2015
Ambiental	S	2015
Avaliação do Cumprimento dos princípios de bom governo		
Código de ética		

Processo de atualização em curso

h.
st
m. C. de

7. INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE

7.1 Estimativa de Proveitos-Dezembro 2019

	Doentes Específicos			Produção Estimada		Contratado		Marginal Adicional		Valor Máximo		Taxa de recuperação
	ICM (preço)	N	Nº	Preço (Unidade 2019)	Quantidade	Valor	Q	Valor	Q	Preço	Valor	
1ª consultas com urgência CSP referenciada via CTH				72,00	36 000	2 592 000,00	37 340	2 688 000,00	15%	-	2 729 240,00	2 592 000,00
1ª consultas de Saúde Mental na Comunidade				72,00	860	61 736,00	874	61 320,00	15%	8	61 947,32	61 947,32
1ª consultas de Maternidade				65,00	39 952	2 596 880,00	40 610	2 620 215,00	15%	-	2 659 925,00	2 596 880,00
1ª consultas de internadência				72,00	346	24 940,00	1 000	72 000,00	15%	-	72 000,00	24 940,00
1ª consultas de cuidados paliativos				72,00	330	23 760,00	342	24 624,00	15%	-	24 933,36	23 760,00
1ª consultas Descentralizadas				72,00	980	70 560,00	1 360	97 920,00	15%	-	97 920,00	70 560,00
1ª consultas CRI				72,00	9 673	696 456,00	8 186	589 112,00	15%	47	615,50	589 903,88
2ª consultas (subsequentes) de Saúde Mental na Comunidade				72,00	7 807	562 104,00	7 740	557 628,00	15%	59	625,40	558 256,92
2ª consultas (subsequentes) de Maternidade				65,00	175 625	11 425 625,00	185 166	12 035 700,00	15%	-	12 216 326,55	11 425 625,00
2ª consultas de cuidados paliativos				72,00	538	38 736,00	591	58 524,00	15%	7	100,00	59 005,48
2ª consultas Descentralizadas Não estão Contratualizadas							0	0,00	15%	-	0,00	0,00
2ª Consultas Subsequentes CRI				72,00	18 128	1 305 216,00	13 800	993 600,00	15%	239	10,00	1 008 904,00
Valor Cálculo Médicos												
GDH's Médicos	1,0846	0,9657	14 585	2 380,00	15 041	35 800 680,37	16 213	37 940 654,33	10%	-	239,00	38 219 090,87
GDH's Médicos CRI			86	2 510,00	68	1 716,80	172	422 106,12	10%	-	251,50	426 411,01
GDH's Cirurgias Programadas			3 426	2 380,00	3 636	8 558 040,25	3 877	9 048 301,69	100%	-	2 380,00	9 054 330,66
GDH's Cirurgias Programadas CRI			225	2 510,00	232	586 306,27	487	1 189 686,40	100%	-	2 510,00	1 312 956,04
GDH's Cirurgias Urgentes			3 620	2 170,00	3 716	8 053 682,24	4 380	9 408 078,08	100%	-	2 170,00	10 129 965,67
Internamento Cirúrgico Urgente CRI			39	2 200,00	40	87 800,00	6	14 523,33	100%	33	2 200,00	15 593,66
Valor GDH's Médicos Internamento (1ª e 2ª CRI)												
Internamento Cirúrgico Urgente - 1ª e 2ª CRI												
GDH's Cirurgias de Ambulatório	0,0751			2 380,00	2 288	5 424 240,00	3 410	8 022 716,31	100%	-	2 380,00	8 074 907,94
GDH's Cirurgias de Ambulatório CRI	0,0751			2 510,00	5 824	14 724 640,00	4 900	12 306 611,41	100%	-	2 510,00	14 724 640,00
GDH's Médicos de Ambulatório	0,215			2 380,00	11 998	28 558 240,00	10 641	25 138 488,19	15%	-	358,85	25 570 706,21
GDH's Médicos de Ambulatório CRI	0,215			2 510,00	66	165 660,00	1 180	2 966 830,00	15%	-	377,82	3 344 670,73
Valor GDH's de Ambulatório												
Medicamentos de Ambulatório - 1ª e 2ª CRI												
Hematologia				294,00	1 708	502 112,00	1 776	522 144,00	15%	-	44,10	529 978,16
Imuno-Hematologia				294,00	854	250 476,00	946	278 724,00	15%	108	44,10	282 454,98
Psiquiatria (Adultos e Infância e Adolescência)				30,00	2 880	86 400,00	2 928	87 840,00	15%	337	4,50	88 721,50
Base (Pediatra-Pneumologista-Oncologista e Outros)				20,00	5 505	110 100,00	6 771	135 420,00	15%	-	3,00	137 115,00
Valor GDH's de Ambulatório												
Câncer Color e Reto (1ª ano)				13 257,00	153	2 128 331,00	136	1 823 770,00	15%	28	1 985,55	1 945 655,55
Câncer Color e Reto (2ª ano)				4 957,00	165	817 895,00	100	495 700,00	15%	65	743,55	569 992,55
Valor Câncer Color e Reto												
Doentes novos (1ª ano)				2 700,00	28	75 600,00	28	75 600,00	15%	-	405,00	76 734,00
Doentes em seguimento (Calculados 2º ano e seguintes)				1 200,00	82	98 400,00	82	98 400,00	15%	-	180,00	99 675,00
Valor GDH's de Internadência												
IVG até 10 Semanas - Medicamentos				283,00	614	173 782,00	690	193 890,00	15%	-	42,45	198 739,25
IVG até 10 Semanas - Cirurgia				980,00	3	2 940,00	10	9 800,00	15%	-	55,33	9 855,33
Valor GDH's de Internadência												
VRUSIDA (novos doentes ambulatório)	1,480			5 987,00	12	71 844,00	1 780	10 647 750,00	15%	180	74,85	10 692 171,25
Valor GDH's de Internadência												
HAP - Hipertensão Arterial Pulmonar 1º ano				8 400,00	12	100 800,00	9	75 600,00	100%	1	700,00	76 300,00
HAP - Hipertensão Arterial Pulmonar até 1º ano - CF-III				21 555,00	12	258 660,00	44	948 600,00	100%	5	1 879,59	957 639,59
HAP - Hipertensão Arterial Pulmonar até 1º ano - CF-IV				182 553,00	12	2 190 636,00	11	1 988 116,00	100%	1	13 540,92	1 999 156,92
Valor GDH's de Internadência												
HEPATITE C				570,00	217	124 790,00	265	150 150,00	15%	-	0,00	150 150,00
Resíduo do cancro do colo do útero				60,00	15 038	902 280,00	16 791	1 007 340,00	15%	-	0,00	1 007 340,00
Resíduo do cancro do estômago e reto				60,00	287	17 220,00	500	30 000,00	15%	-	0,00	30 000,00
ajudas técnicas				271 153,00	12	3 253 836,00	0	0,00	15%	-	0,00	3 253 836,00
projetos integração				588 237,35	12	7 058 848,20	0	0,00	15%	-	0,00	7 058 848,20
1ª Consultas Apoio Fertilidade				88,00	909	79 992,00	800	70 400,00	15%	109	13,20	70 400,00
1ª Induções ováricas - IO				133,00	46	6 118,00	140	18 620,00	15%	-	18,95	18 620,00
1ª de Inseminações Intra-Uterinas - IU				335,00	123	41 205,00	170	56 850,00	15%	-	60,25	56 850,00
1ª Fertilizações In Vitro - FIV				2 088,00	155	323 640,00	130	271 740,00	15%	25	314,70	271 740,00
1ª Injeções Intra-Clapoméricas - ICSI				2 306,00	108	2 490 480,00	90	2 075 400,00	15%	19	340,20	2 109 800,20
1ª Injeções Intra-Clapoméricas - ICSI duplo				2 837,00	9	25 533,00	8	22 524,00	15%	3	440,55	22 524,00
Valor da Produção Contratada												
Medicamentos do Colégio Hospitalar em armazém				1 850 000,00		1 850 000,00		1 850 000,00				1 850 000,00
Interiores				1 618 304,00		1 618 304,00		1 618 304,00				1 618 304,00
Valor da Produção Contratada												
Convergência				16 538 573,89		16 538 573,89		16 538 573,89				16 538 573,89

7.2 Nível de Cumprimento das Metas Contratadas – Contrato Programa 2019

Após a análise da produção total do HGO, nas várias linhas de produção e comparativamente a períodos homólogos, procede-se, neste capítulo, à avaliação do grau de concretização das metas de produção definidas em Contrato-Programa (para produção SNS), bem como dos objetivos de qualidade e eficiência.

	Contrato Programa 2019	Realizado SNS 2019	% cumprimento CP
Consultas Externas			
Nº Total Consultas Médicas	302.575	289.484	95,7%
Primeiras Consultas	95.329	87.069	91,3%
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	37.346	35.076	93,9%
Primeiras Consultas Telemedicina em tempo real	1.000	0	0,0%
Primeiras Consultas de Saúde Mental na Comunidade	574	663	115,5%
Primeiras Consultas Centros Ref.	0	0	-
Primeiras Consultas CRI	8.196	8.673	105,8%
Primeiras Consultas Descentralizadas nos CSP	1.360	980	72,1%
Primeiras Consultas Cuidados Paliativos	342	330	96,5%
Primeiras Consultas (sem majoração de preço)	46.511	41.347	88,9%
Consultas Subsequentes	207.246	202.415	97,7%
Consultas Subsequentes Telemedicina em tempo real	0	0	-
Consultas Subsequentes de Saúde Mental na Comunidade	7.749	7.807	100,7%
Consultas Subsequentes Centros Ref.	0	0	-
Consultas Subsequentes CRI	13.800	16.129	116,9%
Consultas Subsequentes Descentralizadas nos CSP	0	0	-
Consultas Subsequentes Cuidados Paliativos	531	538	101,3%
Consultas Subsequentes (sem majoração de preço)	185.166	177.941	96,1%
Internamento			
Doentes Saídos - Agudos	24.355	22.328	91,7%
D. Saídos - GDH Médicos (Total)	15.889	14.656	92,2%
GDH Médicos	15.722	14.656	93,2%
GDH Médicos Int. Centros Ref.	0	0	-
GDH Médicos Int. CRI	167	0	0,0%
GDH Médicos Int. Cuidados Paliativos	0	0	-
GDH Cirúrgicos	8.466	7.672	90,6%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Programados (Total)	4.232	4.144	97,9%
GDH Cirúrgicos Programados	3.760	3.850	102,4%
GDH Cirúrgicos Int. Centros Ref.	0	0	-
GDH Cirúrgicos Int. CRI	472	294	62,3%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Urg (Total)	4.234	3.528	83,3%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	4.228	3.467	82,0%
GDH Cirúrgicos Urgentes Centros Ref.	0	0	-
GDH Cirúrgicos Urgentes CRI	6	61	1016,7%
Doentes Tratados Residentes/Crónicos			

71

St
m. Q2

	Contrato Programa 2019	Realizado IMS 2019	% cumprimento CP
Psiquiatria-No Exterior (Ordens Religiosas)	15	25	166,7%
Dias de Internamento Doentes Residentes/Crónicos			
Psiquiatria-No Exterior (Ordens Religiosas)	5.334	3.579	67,1%
Urgência			
Total de Atendimentos	161.905	157.991	97,6%
Total de Atendimentos SU Polivalente	161.905	157.991	97,6%
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	147.452	142.885	96,9%
Total Atendimentos SU Polivalente	147.452	142.885	96,9%
Hospital de Dia			
Hematologia	1.776	457	25,7%
Imuno-hemoterapia	846	302	35,7%
Psiquiatria (Adultos e Infância e Adolescência)	2.523	2.860	113,4%
Base (Pediatria+Pneumologia+Oncologia s/ Químio+Outros)	5.771	7.201	124,8%
Cuidados Paliativos	50	0	0,0%
Serviços Domiciliários			
Total de Domicílios	889	549	61,8%
Hospitalização Domiciliária	800	481	60,1%
GDH Ambulatório			
GDH Médicos de Ambulatório (Total)	11.797	11.281	95,6%
GDH Médicos	10.641	11.281	106,0%
GDH Médicos Amb. Centros Ref.	0	0	-
GDH Médicos Amb. CRI	1.156	0	0,0%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório (Total)	8.310	8.856	106,6%
GDH Cirúrgicos	3.410	3.026	88,7%
GDH Cirúrgicos Amb. Centros Ref.	0	0	-
GDH Cirúrgicos Amb. CRI	4.900	5.830	119,0%
Doentes em Tratamento de Diálise Peritoneal			-
Colocação de Implantes Cocleares	2	1	50,0%
Implante coclear unilateral	2	1	50,0%
Programas de Saúde			
Diagnóstico Pré-Natal			
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	400	0	0,0%
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos II	400	0	0,0%
VIH/Sida - Total de Doentes Equivalente/Ano	1.750	1.789	102,2%
VIH/Sida - N.º Doentes em TARC (1º e 2º Linha)	1.750	1.789	102,2%
IG até 10 Semanas			
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	650	618	95,1%
IG até 10 semanas - N.º IG Cirúrgica em Amb.	10	2	20,0%
Esclerose Múltipla - Total de Doentes Equivalente/Ano	220	232,0	105,5%

	Contrato Programa 2019	Realizado SNS 2019	% cumprimento CP
N.º Doentes em Tratamento - EDSS <= 3,5 até um surto por ano	115	120,0	104,3%
N.º Doentes em Tratamento - EDSS <= 3,5 até dois surtos por ano	68	72,0	105,9%
N.º Doentes em Tratamento - 4 <= EDSS <= 6,5	25	26,7	106,7%
N.º Doentes em Tratamento - 7 <= EDSS <= 8	12	13,3	111,1%
Hepatite C			
N.º Doentes Tratados (indivíduos)	255	217	85,1%
N.º de Novos Doentes em Tratamento			
Hipertensão Pulmonar - Total de Doentes Equivalente/Ano			
N.º Doentes em Tratamento - seguimento 1º ano (doente tratado/ano)	9	10,6	117,8%
N.º Doentes em Tratamento - seguimento após 1º ano CF <= III (doente tratado/ano)	39	44,2	113,3%
N.º Doentes em Tratamento - seguimento após 1º ano CF IV (doente tratado/ano)	10	11,2	112,0%
Patologia Oncológica Doentes Equivalente/Ano			
Cancro do Cólon e Reto - N.º Doentes em Tratamento - 1º ano	135	163,0	120,7%
Cancro do Cólon e Reto - N.º Doentes em Tratamento - 2º ano	100	165,0	165,0%
PSCI (Centros de Tratamento Autorizados pela DGS)			
Doentes novos (Cuidados 1º ano) (doente equivalente/ano)	28	28,0	100,0%
Doentes em Seguimento (Cuidados 2º ano e seguintes) (doente equivalente/ano)	82	82,0	100,0%
Doenças Lisossomais Doentes de CTP quando acompanhados em CTP			
Doença de Gaucher - N.º Doentes em Tratamento CTP	1,00	1,00	100,0%
Doença de Fabry - N.º Doentes em Tratamento CTP	1,00	1,00	100,0%
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade			
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	800	785	98,1%
N.º Induções da Ovulação	140	62	44,3%
N.º Inseminações Intra-Uterinas	170	131	77,1%
N.º Fertilizações In Vitro	130	154	118,5%
N.º Injeções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozóides	90	109	121,1%
N.º Injeções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozóides recolhidos cirurgicamente	6	9	150,0%
Rastreios - N.º de Rastreios			
Rastreio do Cancro do Colo do Útero	16.781	17041	101,5%
Rastreio do Cancro do Cólon e Reto	500	598	119,6%

Da análise do quadro, conclui-se que:

A atividade de consulta médica ficou 4,3% aquém das metas previstas, sendo de relevar o desvio de -8,7% nas 1as consultas. Importa salientar, que os valores apresentados já se encontram expurgados dos episódios associados aos programas específicos de saúde, com financiamento próprio, pese embora continuem a ser de difícil contabilização e acompanhamento.

A atividade de internamento em GDH ficou abaixo do valor contratualizado em 8,3%. É de referir, no entanto, que os GDH cirúrgicos programados ficaram muito próximo da meta definida, apesar das greves cirúrgicas que tanto penalizaram o acesso à cirurgia no início do ano.

h. 73

ASF
m. Cal

A atividade de ambulatório, no que respeita aos GDH Cirúrgicos, superou a meta fixada em 6,6%, devido ao aumento da cirurgia de ambulatório, em especial no CRI de Oftalmologia (+19%), enquanto nos GDH médicos de ambulatório, o HGO ficou 4,4% abaixo do Contrato-Programa.

De referir, que no que aos GDH respeita, os valores reportados referentes ao ano de 2019, baseiam-se numa estimativa, tendo por base a atividade do 1.º semestre de 2019, integralmente codificada, e a distribuição da casuística entre GDH médicos e cirúrgicos.

Os valores do Hospital de Dia, no que respeita a sessões que não faturam por GDH, ficaram muito abaixo das metas fixadas para a Hematologia e Imuno-hemoterapia (-74,3% e -64,3%, respetivamente), porque, na elaboração do Contrato-Programa para 2019 não foi acautelada a devida distinção entre sessões com ou sem majoração (com procedimentos significativos previstos na Circular Normativa de Facturação). Dado que a produção ficou abaixo de 50% do estabelecido no Contrato-Programa, perspetiva-se a impossibilidade de faturação das sessões destas duas especialidades.

A Urgência para episódios sem destino de Internamento ficou abaixo dos valores contratados em 3,1%.

Na generalidade, os programas de financiamento por doente superaram, em termos de produção, os valores contratualizados.

É de referir que, em 2019, o HGO contrato uma linha de produção relativa ao Diagnóstico Pré-Natal e que, por questões internas, não conseguiu concretizar e autonomizar em termos de produção e facturação.

Importa ainda salientar que está prevista a realização de uma adenda e que pode haver ajustamentos que possam otimizar os níveis de desempenho da atividade contratada.


Em 2019, foram ainda contemplados no Contrato Programa indicadores de acesso e qualidade assistencial no Serviço de Urgência, que visam aferir a componente do valor da Urgência em função do desempenho.

No global, e com base nos dados apurados a 31/05/2020, o HGO teve um índice de desempenho de 92,15 conforme se resume no quadro seguinte.

Objetivos de desempenho da Urgência para 2019, % de cumprimento e Índice de Desempenho

Índice de Desempenho do Serviço de Urgência	Peso Relativo Indicador (%)	Meta 2019	Realizado 2019	Grau de cumprimento (%)	Índice de desempenho
Peso dos episódios de urgência com Prioridade atribuída Verde/Azul/Branca	20	41,7	58,9	58,8%	11,75
Peso dos episódios de urgência com internamento	20	9,0	9,6	93,3%	18,67
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	20	73,6	78,1	106,1%	21,22
Peso dos utilizadores frequentes (> 4 episódios), no total de utilizadores do Serviço Urgência	20	3,3	3,4	97,0%	19,39
Rácio Consultas Externas/Atendimentos em Urgência	20	1,8	1,9	105,6%	21,11
Índice de Desempenho do Serviço de Urgência					92,15

No que se refere aos objetivos de acesso, desempenho assistencial e eficiência, previstos no Anexo II do Contrato-Programa 2019, o grau de cumprimento apurado a 31/05/2020 foi o seguinte:


74
af
af
nm.

Objetivos de nacionais e regionais para 2019, % de cumprimento e Índice de Desempenho

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	Meta 2019	Realizado 2019	Grau de cumprimento (%)	Grau de cumprimento (%)
Objetivos Nacionais	60				71,20
Acesso	20				17,23
Percentagem de utentes em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	3	36,0	34,6	96,1%	2,88
Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	4	88,0	77,1	87,6%	3,50
Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	3	53,5	49,7	92,9%	2,79
Percentagem de doentes operados dentro do TMRG	4	65,0	69,4	106,8%	4,27
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	3	73,6	78,1	106,1%	3,18
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA até 2 dias úteis após a referenciação, no total de doentes referenciados para a RNCCI	3	80,0	15,9	19,9%	0,60
Desempenho Assistencial	20				17,39
Percentagem reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	3	3,8	4,0	96,6%	2,90
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3	24,8	18,1	73,0%	2,19
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3	23,4	14,9	63,7%	1,91
Índice de Mortalidade Ajustada	4	1,08	1,09	99,4%	3,97
Índice de Demora Média Ajustada	4	1,01	1,08	93,2%	3,73
Demora média antes da cirurgia	3	1,1	1,2	89,5%	2,69
Desempenho económico-financeiro	20				19,71
Gastos operacionais por doente padrão	5	2960,0	3058,00	96,7%	4,83
Doente padrão por Médico ETC	5	98,2	86,0	87,6%	4,38
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	55,0	54,4	98,9%	4,95
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e FSE(Selecionados), no Total de Gastos com Pessoal	5	17,3	15,4	111,0%	5,55
Objetivos Regionais Lisboa e Vale do Tejo	40				16,88
% de Primeiras Consultas Médicas (CTH) no total de primeiras consultas médicas	10	37,8	40,1	106,1%	10,61
% de Uteses em espera para cirurgia com tempo superior a 12 meses < X%	10	14	25,2	20,0%	2,00
N.º de projectos de articulação implementados com os CSP	10	2	0,0	0,0%	0,00

h 75

AdF
NM. C2

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	Meta 2019	Realizado 2019	Grau de cumprimento (%)	Grau de cumprimento (%)
% de Especialidades com protocolos clínicos de referência implementados (reconhecidas pelo colégio da especialidade OM)	5	10,0%	0,0	0,0%	0,00
% de Rendimentos Operacionais Extra CP, no total de rendimentos operacionais	5	7,5%	6,4%	85,3%	4,27

De acordo com a informação disponível a 31/05/2020, algumas das metas ainda aguardam validação por parte da ARSLVT e ACSS, pelo que não é possível apurar, com certeza, o seu grau de concretização ("nota n.d.") e, por conseguinte, o Índice de Desempenho Global do HGO, no ano de 2019.

Ainda assim podemos constatar que:

- Relativamente ao Acesso, foram superadas as metas dos indicadores "*Percentagem de doentes operados dentro do TMRG*", resultado do trabalho continuado da UHGIC e do aumento da atividade cirúrgica programada que procurou privilegiar os doentes mais prioritários e mais antigos em LIC, e do indicador "*Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem*".
Os indicadores relacionados com o acesso à consulta ("*Percentagem de utentes em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG*" e "*Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)*") ficaram aquém das metas, apesar da melhoria dos indicadores no 2.º semestre de 2019 (redução do tempo médio de espera e aumento da % de doentes atendidos dentro do TMRG).
O indicador "*Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, em tempo adequado e validados pela EGA, no total de doentes referenciados para a RNCCI*" ficou muito abaixo da meta e terá estratégia específica no decurso de 2020.
- No que respeita ao Desempenho Assistencial, nenhuma das metas foi atingida. Pelo desvio muito relevante face ao objetivo, destaca-se a "*% de cirurgia da anca efetuadas nas primeiras 48h*", indicador muito afetado pela disponibilidade de bloco que condiciona a resposta, em tempo adequado.
- No que concerne aos indicadores de Desempenho económico-financeiro, nos indicadores "*Doente padrão por Enfermeiro ETC*" e "*Doentes Padrão por médico ETC*", o HGO ficou muito próximo da meta definida e continua a ser um dos Hospitais mais eficientes do Grupo.
- Relativamente aos Objetivos Regionais, o indicador de acesso "*% de Primeiras Consultas Médicas (CTH) no total de primeiras consultas médicas*" superou a meta definida, revelando a orientação da oferta de consultas à procura suscitada pelos CSP. Ainda assim, em 2019, o HGO não conseguiu implementar novos projetos de articulação com os CSP, nem estabelecer novos protocolos clínicos de referência, objetivos a promover em 2020.

Em suma, avaliados os níveis de cumprimento dos indicadores, de acordo com as informações, perspetiva-se uma percentagem de cumprimento do valor de incentivo avaliado através do Índice de Desempenho Global de 71.20%.

O valor referente ao Índice de Desempenho Global sofrerá seguramente alterações, em resultado de atualização de dados e da validação final pela ARSLVT e ACSS.

Relativamente a medidas de correção, o CA do HGO, fez acompanhamento mensal dos resultados assistencial e económico-financeiro e promoveu reuniões frequentes com os Serviços, analisando os principais desvios e discutindo as medidas corretivas necessárias.


76
m. arb

7.3 Execução financeira do Contrato Programa 2019 e Contratos Anteriores por validar/encerrar

Ano	Execução Financeira	Acrescimo
2016	123 021 899,51	
2017	124 378 694,54	5 253 228,72
2018	124 928 008,65	7 856 955,98
2019	143 581 789,96	
Total	515 910 292,66	13 110 184,70

7.4 Faturação líquida emitida para Instituições do SNS (>100m €)


Entidade	Distribuição por Rubricas			Total
	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Transferências e subsídios correntes obtidos	
ACSS IP	144 597 243,63		18 538 573,89	163 135 817,52
CH BARREIRO MONTIJO EPR	117 454,05	71,70		117 525,75
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA			209 014,20	209 014,20
Total	144 714 697,68	71,70	18 747 588,09	163 532 357,47

7.5 Informação relativa aos Investimentos realizados no ano 2019 (>100m €)

Descrição Equipamento	Valor
MATERIAL INFORMATICO	146 677,50
SISTEMAS X86 BLADE TIPO XB2	230 875,93
AQUISIÇÃO LICENCIAMENTO SOFTWARE AO ABRIGO LOTES,1-6-9-20-2	261 384,84
HPE INTEGRITY RX 2800	243 748,36
ECOGRAFO PARA IMAGIOLOGIA DE URGENCIA	120 736,80
ECOGRAFO PARA CONSULTA DE OBSTETRICIA E GINECOLOGIA	121 524,00
UNIDADE RETINOGRÁFICA DIGITAL	122 877,00
Total	1 247 824,43

8. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício de 2019, no montante de -19.205.482,04€ (Dezanove milhões duzentos e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois euros e quatro cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados, de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.


78 Af
as nm.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Hospital Garcia de Orta, E.P.E. Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	30.DEZ.19	30.DEZ.18
Activo			
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	5	35 421 914,87 €	36 489 628,04 €
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	3	168 677,98 €	364 250,42 €
Participações financeiras - método eq. patrimonial			
Participações financeiras			
Outros activos financeiros	8	299 487,13 €	220 046,87 €
Outras contas a receber	2,18	4 847 148,80 €	
Total dos Activos Não Correntes		40 737 228,89 €	37 073 925,33 €
Activo Corrente			
Inventários	10	8 496 586,95 €	6 438 047,68 €
Activos biológicos			
Devedores por transferência de Subsidios			
Devedores por empréstimos Bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 706 807,63 €	1 464 478,05 €
Adiantamentos a fornecedores	18	50 403,57 €	4 000,94 €
Estado e outros entes públicos	18	350 000,00 €	305 417,52 €
Outras contas a receber	2,18	30 211 414,94 €	33 157 682,33 €
Diferimentos	2	49 976,77 €	4 480,13 €
Activos financeiros devidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Caixa	1,18	4 237 050,59 €	175 260,25 €
Total dos Activos Correntes		45 102 350,45 €	41 549 368,90 €
Total do Activo		85 839 579,14 €	78 623 292,23 €
Património Líquido			
Capital realizado		140 780 000,00 €	140 780 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €
Reservas		3 510 301,75 €	3 510 301,75 €
Resultados transitados		181 829 838,54 €	167 011 795,76 €
Ajustamentos em activos financeiros		- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações no capital próprio		1 913 155,94 €	1 798 592,56 €
Resultado líquido do exercício		19 205 482,04 €	17 410 769,97 €
Interesses que não controlam		- €	- €
Total do Património Líquido		58 658 174,77 €	51 928 856,54 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	15	2 018 710,02 €	1 750 226,62 €
Financiamentos obtidos	7	5 082 846,93 €	5 082 846,93 €
Outras contas a pagar	18	301 686,98 €	
Total dos Passivos Não Correntes		7 403 243,93 €	6 833 073,55 €
Passivo Corrente			
Credores por empréstimos bonificados e subsidios não reembolsáveis	18		
Fornecedores	18	34 131 833,47 €	36 635 528,37 €
Adiantamento de clientes	18	56 520 071,46 €	31 913 491,67 €
Estado e outros entes públicos	18	3 222 383,13 €	3 050 533,60 €
Fornecedores Investimento	18	276 587,26 €	1 418 971,60 €
Outras contas a pagar	18	42 943 624,66 €	40 673 487,45 €
Diferimentos	2		27 062,53 €
Passivos financeiros devidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total dos Passivos Correntes		137 094 508,98 €	113 719 075,22 €
Total do Passivo		144 497 753,91 €	120 552 148,77 €
Total Património Líquido e Passivo		85 839 579,14 €	78 623 292,23 €

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



Hospital Garcia de Orta, E.P.E.

Demonstração dos Resultados Individuais
Balção Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	30. DEZ. 19	30. DEZ. 18
Impostos e taxas	14	2 251 492,73 €	1 502 215,66 €
Vendas de mercadorias			
Prestação de serviços	13	149 663 060,78 €	137 512 883,12 €
Transferências Correntes - subsídios à exploração obtidos	14	18 714 811,69 €	157 786,20 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		- €	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	49 972 982,22 €	50 759 837,69 €
Fornecimentos e serviços externos	1,21	26 440 953,73 €	23 366 196,86 €
Gastos com o pessoal	19	91 272 868,31 €	84 584 032,11 €
Transferência e subsídios concedidos			
Prestações sociais		- €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	1 815 105,64 €	2 409 193,84 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	273 483,40 €	106 306,71 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		- €	
Outros rendimentos e ganhos	13	2 363 417,78 €	5 101 135,74 €
Outros gastos e perdas	21	18 852 496,84 €	2 475 550,28 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 635 117,18 €	14 838 709,09 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3,5	3 508 051,20 €	2 691 176,98 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9,18	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 143 168,38 €	17 329 886,07 €
Juros e rendimentos similares obtidos		- €	5 871,84 €
Juros e gastos similares suportados		12,01 €	38 273,26 €
Resultado antes de impostos		19 143 180,39 €	17 362 287,48 €
Imposto sobre o rendimento do período		62 301,65 €	48 482,48 €
Resultado líquido do período		19 205 482,04 €	17 410 769,97 €



Hospital Garcia de Orta, E.P.E.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	30.DEZ.19	30.DEZ.18
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		155 807 610,96 €	187 546 433,26 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		18 636 679,89 €	
Recebimentos de Utentes		1 948 060,50 €	1 650 273,03 €
Pagamentos a fornecedores		79 298 921,19 €	83 470 008,98 €
Pagamentos ao pessoal		78 906 025,83 €	84 643 866,89 €
Pagamentos a contribuintes / utentes		173 332,68 €	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1 833 289,09 €	
Outros recebimentos/pagamentos		8 594 256,32 €	15 599 516,24 €
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (a)		7 586 534,34 €	5 483 314,38 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		3 390 056,35 €	4 846 898,51 €
Activos intangíveis			- €
Investimentos financeiros		104 600,74 €	77 254,87 €
Outros activos		182 605,38 €	390 857,85 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		2,60 €	
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		15 595,26 €	
Outros activos		133 651,63 €	35 357,26 €
Subsídios ao investimento			
Transferência de Capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (b)		- 3 528 012,98 €	- 5 279 653,77 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		1 500,00 €	6 368,59 €
Outras operações de financiamento		6 084,51 €	- €
		7 584,51 €	6 368,59 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares		4 315,53 €	45 601,35 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
		4 315,53 €	45 601,35 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (c)		- 3 268,98 €	- 9 232,76 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 061 790,34 €	184 427,85 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		175 260,25 €	10 832,40 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 237 050,59 €	175 260,25 €
Conciliação entre a caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		175 260,25 €	10 832,40 €
- Equivalente a caixa no início do período		175 260,25 €	10 832,40 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo Gerência anterior		175 260,25 €	10 832,40 €
De Execução Orçamental		175 260,25 €	10 832,40 €
De Operações Tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalente a caixa no início do período		4 237 050,59 €	175 260,25 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo Gerência anterior		4 237 050,59 €	175 260,25 €
De Execução Orçamental			
De Operações Tesouraria			

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signature and initials: h, AS, nm

Hospital Garcia de Orta, E.P.E.

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2019


Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Reportados a 31 de Dezembro de 2019, são os seguintes os valores da discriminação de Caixa e seus Equivalentes e da reconciliação entre o seu montante e as disponibilidades constantes do Balanço:

Descritivo	2019	2018
Numerário	22,71	1 122,51
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 237 027,88	174 137,74
Aplicações de Tesouraria		
Total de Caixa e seus equivalentes	4 237 050,59	175 260,25

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,


At
NM
AR

Hospital Garcia de Orta, E.P.E

Demonstração de Alterações no Património Líquido - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Total património líquido
Posição no início do Período	1	140 780 000,00	3 510 301,75	(167 011 795,76)	(1 798 592,56)	(17 410 769,97)	(41 928 856,54)	41 928 856,54 €
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								€
Alterações de políticas contabilísticas								€
Correcção de erros materiais				(9 278,42)			(9 278,42)	18 556,84 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								€
Realização do excedente de revalorização de activos								€
Excedente de revalorização e respectivas variações								€
Transferências e subsídios de capital					(315 914,08)			631 828,16 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(17 884 973,54)	199 350,70	17 410 769,97	(284 852,87)	854 558,61 €
	2			(17 904 251,98)	(116 563,38)	17 410 769,97	(610 045,37)	610 045,37 €
Resultado Líquido do Período	3					(19 205 482,04)	(19 205 482,04)	19 205 482,04 €
Resultado Integral	4 = 2 + 3					(19 205 482,04)	(61 744 383,95)	61 744 383,95 €
Operações com detentores de capital no Período								
Realizações de capital								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas				3 086 209,18			3 086 209,18	3 086 209,18 €
Outras operações								
	5			3 086 209,18			3 086 209,18	3 086 209,18 €
Posição no fim do Período 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5	140 780 000,00	3 510 301,75	(181 829 818,54)	(1 913 155,94)	(19 205 482,04)	(58 658 174,77)	58 658 174,77 €

28 m. 2019

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

HOSPITAL GARCIA DE ORTA EPE

ANO: 2019


AF
84
ad
nn.

1. Identificação da entidade e período de relato e referencial contabilístico

1.1. Dados de identificação

- Designação da entidade: HOSPITAL GARCIA DE ORTA EPE
- Número de matrícula no registo comercial: 506361470
- Página da internet: www.hgo.pt
- Endereço: Avenida Torrado da Silva - Pragal
- Atividade: Atividade dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento

O Hospital Garcia de Orta, E.P.E. foi transformado Entidade Pública Empresarial, através do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de dezembro. Por força do referido Decreto-Lei, esta nova unidade de saúde sucede à anterior com a mesma denominação, constituída com a natureza de sociedade anónima através do nº3 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 298/2002, de 11 de dezembro, legando-lhe todos os bens, direitos e obrigações de que era titular. O seu capital estatutário é detido pelo Estado, tornando-se pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto e do artigo 18º do anexo da Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro, com o número de pessoa coletiva 506361470, sediada na Av. Torrado da Silva, 2801-951 Almada. Ao Hospital Garcia de Orta, E.P.E. é aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado e, supletivamente, o Código das Sociedades Comerciais.

O Hospital Garcia de Orta, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo como finalidade principal a prestação de cuidados de saúde à população da sua zona de influência, nomeadamente aos beneficiários do SNS, dos subsistemas de saúde ou de entidades externas, que com ele contratualizem a prestação de serviços e ainda no contexto nacional e dos países de expressão portuguesa.

O Hospital tem ainda como objetivo secundário desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde correlativo da respetiva capacidade formativa.

Os hospitais E. P. E. são financiados nos termos da base XIII da Lei de Bases da Saúde, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. A atividade do Hospital é praticada em obediência às imposições inerentes ao Serviço Público que presta, tendo em conta a subordinação a regras das Autoridades Nacionais de Saúde contingentes ao cumprimento da política nacional de saúde. O financiamento do SNS é efetuado através do pagamento dos atos e atividades efetivamente realizados segundo uma tabela de preços que consagra uma classificação dos mesmos atos, técnicas e serviços de saúde, aprovada oficialmente. Sendo o volume de produção contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde e transversalmente com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).

Para os subsistemas de saúde e entidades públicas ou privadas o preço a cobrar pelos cuidados prestados no quadro do SNS são estabelecidos pela portaria do Ministro da Saúde, tendo em conta os custos reais e o necessário equilíbrio de exploração, conforme indica o artigo 25º do Estatuto do Serviço Nacional Saúde aprovado pelo Decreto-Lei nº 11/93 de 15 de Janeiro. Para o ano de 2019 foram aplicados os preços fixados na Portaria nº255/2018 de 11 de julho.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

1.2.1. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Informação divulgada em pontos anteriores.

1.2.2. Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Não existiram alterações ou reclassificações às demonstrações financeiras em 2019. Contudo conforme referido anteriormente.

1.2.3. Caixa e depósitos bancários, incluindo saldos não disponíveis para uso

O saldo de caixa tem o montante de 4.237.050,59€.

Em 2019 foi recebida a verba de 20.728.946,20€ através do Despacho n.º 278-A/2019, 11 de dezembro, concedido pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento consignado à liquidação de dívida vencida. Desta verba foi liquidada dívida vencida em 2019 no montante de 16.290.357,80€, ficando desta forma cativo o montante de 4.138.588,20€ para liquidação de dívida em 2020, na rubrica de depósitos à ordem após autorização da tutela.

Durante o período económico o HGO tem fundos de maneo, em sistema de fundo fixo. O valor é devolvido aos serviços financeiros no final do ano, sendo reposto no primeiro dia útil do ano por esse motivo não fica refletido no saldo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

Rubrica	Saldo inicial	Saldo final
Caixa	1 122,51	22,71
Depositos à Ordem	174 137,74	4 237 027,88
Total	175 260,25	4 237 050,59

Os depósitos bancários apresentam em 31 de dezembro a seguinte composição:

Banco	Contabilidade	Banco	Diferença Reconciliação	Reconciliação
Agencia de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública	4 236 762,71	10 066 311,70	- 5 829 548,99	5 829 548,99
IGCP	4 236 762,71	10 066 311,70	- 5 829 548,99	5 829 548,99
Banco Santander Totta, S.A.	265,17	485,55	- 220,38	220,38
Banca Comercial	265,17	485,55	- 220,38	220,38
Total	4 237 027,88	10 066 797,25	- 5 829 769,37	5 829 769,37

Quadro comparativo com 2018

Rubrica	Saldo final 2018	Saldo final 2019
Caixa	1 122,51	22,71
Depositos à Ordem	174 137,74	4 237 027,88
Total	175 260,25	4 237 050,59

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

As demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são preparadas em euros.

As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

As estimativas e os pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis para a base de um julgamento sobre os ativos e passivos cuja valorização não é obtida através de outra fonte. Desta forma as estimativas podem diferir do real.

Eventos subsequentes

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Uma vez que este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para o HGO.

Porém o HGO, tem noção que, não será possível, em circunstância alguma, recuperar os níveis de produção que foram pré-negociados com a ARS em janeiro, implicando, parece-nos, que terão que ser encontradas formas de financiamento de contingência não dependentes exclusivamente da produção hospitalar.

O HGO estima um impacto de cerca de 15 milhões de euros no combate à pandemia, conforme quadro abaixo:

Descrição - Gastos ADICIONAIS por conta da COVID 19 (não previstos)	Executado	Estimado (em € Dez. 2020)	Total 2020
Custo das Mercadorias Vendidas e Materias Consumidas	1 718 100,00	2 298 273,92	4 016 373,92
Produtos Farmacêuticos	185 707,00	210 000,00	405 707,00
Material Consumo Clínico	1 562 452,00	2 098 273,92	3 620 725,92
Fornecimentos e Serviços Externos	1 104 302,03	4 696 050,92	5 440 681,74
Requis - Aquisição de Fardamentos Adicionais	56 653,60	31 346,20	88 000,00
Alimentação COVID	12 410,70	33 728,57	46 139,27
Limpeza áreas COVID (particionais) - Abril a Dez	345 521,65	393 520,79	541 042,44
Limpeza áreas não COVID (reforço do Contato)	-	130 000,00	130 000,00
Protocolo HCVR - Redução de UC	-	1 170 259,78	1 170 259,78
Protocolo HFAR - Aluguer de Bloco / Redução de UC (?)	-	300 000,00	300 000,00
Protocolo SAM5 - Aluguer de Bloco / Redução de UC (?)	-	250 000,00	250 000,00
Protocolo CLISA - Aluguer de Bloco / Redução de UC	-	200 000,00	200 000,00
Custos Serviço Patologia Clínica / Reforço programado com INSA	914 041,71	1 502 655,35	2 436 697,06
Protocolo Descentralização do CRIO CRT - Alugueramento Clínica Juvenil (Ag. a Dez)	-	32 500,00	32 500,00
Materiais diversos	55 874,17	-	55 874,17
Aluguer de unidade de tratamento de água Aquarius	2 708,00	-	2 708,00
Aluguer módulo containerizado - sala recolha testes COVID-19	3 399,53	-	3 399,53
Aluguer módulo containerizado - apoio à Urgência circuito COVID	-	184 223,25	184 223,25
Gastos com Pessoal (adicionais)	1 584 447,71	1 786 494,63	3 370 942,34
Assistente Operacional	199 189,05	226 087,75	425 276,80
Assistente Técnico	9 009,07	83 590,97	92 600,04
Enfermeiro	216 398,68	775 792,28	992 190,96
Médico	278 329,58	645 866,60	924 190,18
TST	315 204,02	55 057,04	370 261,06
Despesa com tolerâncias Pécúas	565 293,31	-	565 293,31
Total de Gastos	4 527 106,80	8 120 819,46	12 647 926,26
Investimentos			
Novo Contendor para acomodar as Consultas Externas do HGO (Estrutura e equipamentos)	-	1 156 201,00	1 156 201,00
Criação de Quartos de isolamento UCI	244 073,56	-	244 073,56
Material Informático UCI	-	14 000,00	14 000,00
Ventiladores e equipamento UCI	-	544 177,80	544 177,80
Total de investimentos	244 073,56	1 714 478,80	1 958 551,86
Total de Gastos e Investimentos	4 771 180,36	9 835 298,26	14 606 478,62

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Conversão Cambial

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Tangíveis dão cumprimento à NCP 5, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis estão de acordo com estabelecido na NCP3, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros registados, referem-se a Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). As entregas mensais são reconhecidas como ativos financeiros e mensurados ao custo.

As variações são reconhecidas como "Ganhos por aumentos de justo valor em investimentos financeiros" ou em "Perdas por reduções de justo valor em investimentos financeiros".

Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a IRC (Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas) este é um imposto que incide sobre pessoas coletivas, periódico com períodos de tributação geralmente de um ano. O valor é refletido na demonstração de resultados, calculado com base no resultado antes de imposto RAI, a uma taxa para o presente ano de 21%, estabelecida no Art.º87 do CIRC, acrescido da tributação autónoma sobre as despesas referidas no Art.88 do mesmo código.

A Entidade não procede ao registo de impostos diferidos.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais referentes ao período de 2014 a 2016 é de 12 anos, para os períodos após 1 de janeiro de 2017 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de 5 anos.

Após 1 de janeiro de 2014 a dedução de prejuízos fiscais reportáveis esta limitada a 70% do lucro tributável.

Prejuízos fiscais reportáveis:

Exercício	Prejuízos Dedutíveis CIRC	Limites Fiscais Dedutíveis CIRC	Termo
2014	2 830 475,84	70%	2026
2015	2 692 978,08	70%	2027
2016	3 619 397,44	70%	2028
2017	15 770 558,81	70%	2022
2018	17 410 769,97	70%	2023
2019	19 205 482,04	70%	2024
Total	42 324 180,14		

Inventários

De acordo com a NCP 10 os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, as mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição cumprindo deste modo o disposto na referida norma. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condução atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e manuseamento, custos de alfandegários, descontos comerciais, batimentos e outros itens semelhantes. O HGO utiliza o sistema de custeio do custo médio ponderado.

Cientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

Provisões

A provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta conforme disposto na NCP 15, ponto 4 reconhecimento.

Estas devem ser reconhecidas segundo o parágrafo 16 da NCP 15 quando cumulativamente:

- Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o HGO procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Handwritten signature and initials:
A. S.
m. C.

Ativos e Passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se for expectável um exfluxo de benefícios económicos futuros para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Imparidade de Ativos

O reconhecimento das imparidades de Ativos é efetuado de acordo com o estipulado na NCP 9. A norma define imparidade como uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo para além do reconhecimento sistemático de perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviços desse ativo por via de depreciação”

O reconhecimento e mensuração de uma perda por imparidade deve ser reconhecida imediatamente em resultados. A quantia escriturada de um ativo deve ser reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se e apenas se a quantia recuperável do serviço for menor que a quantia escriturada.

Deve-se avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter existido ou deixado de existir.

O HGO registou imparidades sobre os ativos detidos de entidades que integram o perímetro de consolidação do SNS, de acordo com o estabelecido no normativo contabilístico.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Rédito e regime do acréscimo

As especializações dos exercícios foram efetuadas com base nas Normas Contabilísticas Publicas que se aplicam especificamente a cada situação ou na ausência destas foram seguidas políticas contabilísticas nos termos da NCP2.

O princípio da especialização obriga a que os ganhos obtidos e os gastos suportados por uma empresa sejam registados no período a que respeitam, independentemente do período em que ocorreram os recebimentos ou pagamentos

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido, abatimentos e descontos.


90

Atf
m. ad

O rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação.

Quantias de subsídios reconhecidas nas Demonstrações Financeiras			Período de 2019				Período de 2018		
			Dem. Resultados		Balço		Dem. Resultados		Balço
			Imputados em Outros Rendimentos e Gastos	Quantias Reconhecidas em gastos do Período	Aumento do subsídio	Quantias reconhecidas em Capital	Reconhecido em Financiamento	Imputados em Outros Rendimentos e Gastos	Quantias Reconhecidas em gastos do Período
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Centro Desenvolvimento Orçã	25 853,54		1 734 346,08		25 853,52		1 780 260,92
		Proj. Medicamento Hospitalar 2008					1 529,45		
		Proj. Medicamento Hospitalar 2009	6 250,00		458 225,33		6 249,92		474 479,33
		Projeto CIRVA	7 251,38		101 685,08		27 756,95		109 247,05
		Outros projetos FEDER	276 549,16	133 651,63	1 015 425,22		144 150,93	1 158 322,75	
Total			315 914,08	133 651,63	3 310 987,21	285 579,90		3 502 240,05	

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Não se identifica políticas contabilísticas relevantes para além das já mencionadas anteriormente.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As elaborações das presentes demonstrações financeiras tiveram por base o melhor conhecimento sobre eventos passados e ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Na adoção de políticas contabilísticas entendeu-se manter o essencial dos critérios de mensuração adotados em anos anteriores.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As estimativas contabilísticas efetuadas refletidas nas demonstrações financeiras de maior relevo são o reconhecimento dos rendimentos no âmbito do contrato programa comunicados pela ACSS, IP, ainda não encerradas e validadas, bem como as estimativas de hemodialise e dialise peritoneal à ARSLVT.

As estimativas podem sofrer alterações aos rendimentos reconhecidos no ano no decorrer das correções efetuadas na validação de faturação.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

Os ativos detidos referentes aos saldos de Contratos programa, programas verticais e convenções internacionais que não foi constituída qualquer imparidade nos termos da circular normativa nº8/2018/ACSS- Encerramento de Contas. No futuro caso se verifique alguma imparidade irá ficar refletida nos resultados futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar

ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte

A Circular Normativa nº 6/2019/ACSS de 21 de março, vem estabelecer instruções para normalização dos registos contabilísticos associados à execução dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, tendo também em consideração a implementação do referencial contabilístico SNC-AP. Para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o acréscimo de rendimento respeitante à produção será calculado tendo por referência o melhor desempenho relativamente aos 3 últimos contratos programa encerrados e será resultante da aplicação da taxa de execução mais elevada de entre os contratos programa. Para o ano de 2019 foi apurada a taxa de execução de 95.1% (últimos três anos económicos) nas linhas de produção, conforme indicações da ACSS, e 100% nos incentivos.

Para efeitos de registo do acréscimo de rendimento respeitante aos incentivos, o mesmo será calculado tendo por referência a taxa de execução de incentivos mais elevada, alcançada nos últimos 3 anos.

Acrescimento de Rendimentos SNS

Prestações a Faturar ao SNS -ACSS	Valor
Contrato Programa 2017- ACSS	5 253 228,72
Contrato Programa 2018- ACSS	7 856 955,98
Estimativa AME	90 852,36
Estimativa Transplantes	319 905,73
Estimativa atrofia muscular	159 000,00
Estimativa migrantes 2019	194 307,08
Total	13 874 249,87

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

No ano de 2019 foi efetuado o ajustamento à taxa de depreciação do edifício referente ao ano de 2018, que de acordo com o classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM - Plano de Contas Multidimensional) do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro a taxa dos edifícios terá uma vida útil de 50.

Desta forma a posição da rubrica Edifícios e outras construções no ano de 2018 deveria apresentar a seguinte quantia escriturada:

Valor Bruto Património 2018	Depreciação acumulada 2018	Ajustamento	Quantia escriturada
39 526 637,58	13 095 577,90	516 203,42	25 914 856,26

A contrapartida deste ajustamento montante foi considerada em resultados transitados.

3. Ativos Intangíveis


3.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

Existem fichas de cadastro atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

O método de amortização é o método das quotas constantes.

Os gastos e reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados por Natureza.

3.1.1. Quantia escriturada e variações do período, conforme quadro seguinte:


92
Prof.
M. Q. S.

Descrição	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências as internas à entidade	Reavali- zações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais		Diminui- ções
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimonial histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	364 250,28	1 821,75					197 394,04			168 677,99
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	364 250,28	1 821,75					197 394,04			168 677,99

3.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

3.1.2.1. Adições, conforme quadro seguinte:

Descrição	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência	Doação, herança, legado ou	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		1 821,75								1 821,75
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		1 821,75								1 821,75

4. Acordos de concessão de serviços Concedente

Concessionário	Valor Da Concessão Mensal
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	5 760,00
CLÁUDIA BORRALHO, UNIPessoal LDA	4 878,10
EMPARK PORTUGAL	103 200,00
GRANDVISION PORTUGAL UNIPessoal, LDA.	6 000,00
LEITARIA PÁTRIA, LDA	19 602,36
LIGA AMIGOS HOSPITAL GARCIA DE ORTA, SA	15 169,00
LIGA PORTUGUESA CONTRA CANCRO	1 379,00
MEO - SERV. COMUNICACAO E MULTIMEDIA, S.A.	9 700,00
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	3 150,00
NOS TOWERING - GEST. TORRES TELEC. S.A	6 000,00
PRAXE - BAR ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA.	29 160,00
Total	203 998,46

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento Básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

O HGO, manteve os códigos do CIBE para efeitos de cadastro e as respetivas vidas úteis no que se refere às depreciações, para todos os bens do ativo tangível até ao período económico de 2018 à exceção dos edifícios e outras construções que conforme foi referido anteriormente foi efetuado o ajustamento em 2019 com carácter prospetivo à depreciação.

Em 2019 a taxa de depreciação aplicada a todos os bens foi estipulada no classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM - Plano de Contas Multidimensional) do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Com a alteração para outro normativo contabilístico o cálculo das depreciações e amortizações que anteriormente era apurado segundo as taxas constantes na Portaria nº 671/2000 na transposição para o SNC-AP, foram aplicadas as normas de contabilidade pública na mensuração do imobilizado constante no Classificador complementar 2 do Decreto-Lei nº 192/2015 nos bens com aquisição superior a 2019 à exceção dos edifícios que foi efetuado o ajustamento à taxa a partir de 2018.

5.1.2. Variações das depreciações e Perdas por Imparidade acumuladas

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Início Período			Final Período		
	Quantia Brutas	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Brutas	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	700 370,61			700 370,61		
Edifícios e outras construções	39 526 637,58	- 13 095 577,75		39 766 783,41	- 14 614 346,20	
Equipamento básico	42 068 805,19	35 729 625,52		43 300 037,37	- 37 247 836,11	
Equipamento de transporte	275 229,78	261 153,14		275 229,78	- 266 125,14	
Equipamento administrativo	8 691 372,80	7 858 081,57		9 848 557,92	- 8 406 263,68	
Equipamentos biológicos						
Outros	338 367,14	245 633,03		338 367,14	- 262 860,54	
Ativos fixos tangíveis em curso	2 078 916,09			1 990 000,11		
Total	93 679 699,19	- 57 190 071,01		96 219 346,34	- 60 797 431,67	
						35 421 914,67

Handwritten signature and initials

5.1.3.3. Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período, conforme quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período						Quantia escriturada final	
		Avaliações	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período		Diferenças cambiais
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	700 371	-	240 146	-	-	-	1 002 565	-	700 370,61
Edifícios e outras construções	26 431 060	-	52 772	-	-	-	1 687 450	516 204	25 152 437,21
Equipamento básico	6 339 180	1 463 510	-	-	-	-	4 972	10 267	6 052 200,58
Equipamento de transporte	14 077	-	-	-	-	-	598 442	2 407	9 104,64
Equipamento administrativo	833 291	1 157 081	52 772	-	-	-	17 228	-	1 442 294,92
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	92 734	-	-	-	-	-	-	-	75 506,60
Ativos fixos tangíveis em curso	2 078 916	161 230	240 146	-	-	-	3 310 657	528 878	1 990 000,11
	36 489 628	2 771 821	0	-	-	-	3 310 657	528 878	35 421 915
Total	36 489 628	2 771 821	0	-	-	-	3 310 657	528 878	35 421 914,7

Art
med

5.1.4. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

5.1.4.1. Adições, conforme quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições								Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções		1 413 566				49 944			1 463 510
Equipamento básico		1 156 436				645			1 157 081
Equipamento de transporte									
Equipamento administrativo									
Equipamentos biológicos									
Outros		151 230							151 230
Ativos fixos tangíveis em curso		2 721 232				50 589			2 771 821
Total		2 721 232				50 589			2 771 821

[Handwritten signature]
3. Cap

5.1.4.2. Diminuições, conforme quadro seguinte

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições				Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Património histórico, artístico e cultural					
Outros					
Bens de domínio público em curso					
Ativos fixos em concessão					516 203
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Património histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão em curso					
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					10 267
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo					2 407
Equipamentos biológicos					
Outros					
Ativos fixos tangíveis em curso					
Total					12 674
					528 878

mf
ad
ad

6. Locações

O HGO não possui.

7. Custos dos empréstimos Obtidos

A NCP 7 estabelece o tratamento contabilístico do custo com empréstimos obtidos, o HGO contabilizou no ano de 2018 o subsídio reembolsável no âmbito do programa operacional de sustentabilidade e eficiência de recursos (POSEUR), foi aprovado o subsídio referente a eficiência energética no montante de 5.082.846,93€.

Entidade	Data Contrato	Data visto		Capital		Tx		Pagamento			Pagamento			Encargos	Saldo	Saldo em 31 de
			Prazo Contrato	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
POSEUR	2041		2041	5 082 846,93	235 698,03											5 082 846,93

Previsão do reembolso do empréstimo:

ANO	Reembolso Semestral	Reembolso anual	Total
2022	127 071,18	254 142,36	254 142,36
2023	127 071,18	254 142,36	508 284,72
2024	127 071,18	254 142,36	762 427,08
2025	127 071,18	254 142,36	1 016 569,44
2026	127 071,18	254 142,36	1 270 711,80
2027	127 071,18	254 142,36	1 524 854,16
2028	127 071,18	254 142,36	1 778 996,52
2029	127 071,18	254 142,36	2 033 138,88
2030	127 071,18	254 142,36	2 287 281,24
2031	127 071,18	254 142,36	2 541 423,60
2032	127 071,18	254 142,36	2 795 565,96
2033	127 071,18	254 142,36	3 049 708,32
2034	127 071,18	254 142,36	3 303 850,68
2035	127 071,18	254 142,36	3 557 993,04
2036	127 071,18	254 142,36	3 812 135,40
2037	127 071,18	254 142,36	4 066 277,76
2038	127 071,18	254 142,36	4 320 420,12
2039	127 071,18	254 142,36	4 574 562,48
2040	127 071,18	254 142,36	4 828 704,84
2041	127 071,18	254 142,09	5 082 846,93

8. Propriedades de Investimento

O hospital não possui.

9. Imparidade de Ativos

A perda por imparidade em ativos é relativa a dívidas de clientes e outros devedores com maturidade superior a 6 meses, verificando-se um aumento de 11% quando comparada com o período homólogo. Este aumento deve-se ao facto de que desde 2018 o HGO passou a considerar as imparidades de entidades públicas bem e em 2019 os clientes e utentes e outros devedores credores aumentaram cerca de 1.815.105,64€.





Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Imparidade Período		Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
				Aumento	reversões		Justo valor	Valor do uso
Cientes e Utentes	Ativo gerador de caixa	14 483 945,28	15 861 061,59	1 521 077,45	143 961,14	15 861 061,59		15 861 061,59
Outros devedores	Ativo gerador de caixa	1 364 634,46	1 802 623,79	629 029,81	191 040,48	1 802 623,79		1 802 623,79

Cientes com maior peso na rubrica de imparidade de ativos:

Entidade	Valor perda Imparidade
ARSLVT-ADMIN.REG.SAUD.LISBOA VALE DO TEJO,IP	331 977,02
CH LISBOA CENTRAL, EPE	227 426,01
ENTIDADES NAO CODIFICADAS	241 318,61
EXTERNATO ACADEMICO	304 120,61
FIDELIDADE - COMP SEG SA	740 385,67
HOSP SANTO ESPIRITO ANGRA HEROISMO	325 680,10
IASFA-INST.ACCAO SOC.FORCAS ARMADAS-GESTAO AI	800 998,71
INDEPENDENTES (TODOS OS MESES)	8 419 734,74
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	243 165,30
SRS - SANTAREM (ARSLVT)	951 817,81
Total	12 586 624,57

10. Inventários

10.1. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condução atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e manuseamento, custos de alfandegários, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. O Hospital Garcia de Orta, E.P.E utiliza o sistema de custeio do custo médio ponderado.

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras	Consumos/gastos	Variações dos inventários da	Perdas por imparidade de	Reversões perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias									
Mat Primas, Subs e de Consumo-Out. Mat. Div.Consum	6 438 047,68	51 967 187,73	49 972 992,22				322 181,07	386 534,83	8 496 596,95
Produtos Acabados e Intermedios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	6 438 047,68	51 967 187,73	49 972 992,22				322 181,07	386 534,83	8 496 596,95

Detalhe de Inventários em 31 de dezembro de 2019:

Conta	337111	33712	33719	3372	3373	3374	3375	
Descrição	Medicamentos	Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	Outros produtos farmacêuticos	Material de consumo clínico	Material de consumo hoteleiro	Material de consumo administrativo	Material de Manutenção e Conservação	Total
Existência Inicial	4 619 093,42	498 512,47	29 356,33	1 211 244,76	47 614,02	28 997,70	9 228,98	6 438 047,68
Acerto existências	22 819,43	2 960,17	1 444,78	90 012,43	26 759,64	4 346,80	57 019,99	156 834,82
Consumo Farmácia	36 462 573,13	105 878,78	139 580,38					36 708 032,29
Consumo SGL		4 282 140,66	124 232,49	15 399 438,93	580 885,32	200 778,70	532 128,22	21 119 604,32
Compras	38 440 281,72	4 473 792,15	266 153,20	15 410 018,42	553 668,57	203 172,52	478 341,92	59 825 427,50
Quebras	68 004,86	41 182,02	2 351,41	203 396,33	4 038,13	3 073,34	134,98	322 181,07
sobras	83 276,07	25 001,14	1 006,34	109 786,84	3 049,69	2 206,54	1 776,01	226 104,63
Total Geral	8 589 253,79	571 064,47	28 908,81	1 218 227,19	46 168,47	34 870,82	8 103,70	8 496 596,95

11. Agricultura

Não se aplica.

12. Contratos de Construção

O hospital não possui

13. Rendimento de transações com contraprestação

13.1. Divulgações gerais

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade.

A quantia do rendimento proveniente de uma transação é determinada por acordo entre a entidade e o utilizador do serviço e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

13.1.1. Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período.

Valor da prestação de serviços:

Ano	Contrato- programa		Fora contrato programa		Total
	Faturado	Acrescimo	Faturado	Acrescimo	
2018	124 928 008,65	7 856 955,98	2 699 105,81	2 919 462,39	138 403 532,83
2019	143 581 789,96		2 908 673,22	3 172 597,60	149 663 060,78
Total	268 509 798,61	7 856 955,98	5 607 779,02	6 092 060,00	288 066 593,61

Produção do contrato programa por detalhe de linha de produção:

Rubrica	2019	2018
Internamento	55 113 419,97	54 667 158,86
Consulta externa	19 175 641,61	18 416 788,78
Urgencia	14 022 685,20	14 946 697,10
Hospital dia	915 982,28	804 616,81
GDH 's de Ambulatorio	18 991 549,47	15 091 503,78
Outros	35 362 511,43	33 586 117,79
Total	143 581 789,96	137 512 883,12

14. Rendimento de transações sem contraprestação

14.1. Rendimentos sem contraprestação:

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios de 2018 e 2019 têm a seguinte decomposição:

Rendimento	2019	2018
Subsídios obtidos	176 237,80	157 786,20
Taxas	2 251 492,73	1 502 215,66
Rendimentos Contexto	18 538 573,89	
Total	20 966 304,42	1 660 001,86

14.2. Divulgações adicionais

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação deve ser reconhecido quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Divulgações para cada classe de provisões, conforme quadro seguinte:

Provisões	Saldo Inicial 31-12-2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31-12-2019
Processos judiciais em	1 750 226,62	293 858,40	20 375,00	5 000,00	2 018 710,02
Total	1 750 226,62	293 858,40	20 375,00	5 000,00	2 018 710,02

15.2. Divulgações adicionais para cada classe de provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Ano	Proc.	Montante Reclamado	Risco	Provisão 31-12-2018	Aumento	Reversão	Utilização directa	Provisão 31-12-2019
2015	1430/09.8BEALM	300 365,64	25%	-	75 091,41	-	-	75 091,41
2015	301/08.OTBMMN-D	661 717,84	-	-	-	-	-	-
2015	Ação de verificação ulterior de créditos, a aguardar contestação	266 463,98	50%	-	133 231,99	-	-	133 231,99
2009	131/09.1	406 115,00	50%	203 057,50	-	-	-	203 057,50
2011	322/11.5	150 000,00	50%	75 000,00	-	-	-	75 000,00
2012	944/12.7BEALM	150 000,00	75%	112 500,00	-	-	-	112 500,00
2012	801/12.7 BEALM	363 125,00	25%	95 780,30	-	-	-	95 780,30
2013	2208/15.5bealm	250 000,00	25%	62 500,00	-	-	-	62 500,00
2013	984/13.9BEALM	1 250 000,00	50%	625 000,00	-	-	-	625 000,00
2015	398/13.0 BESNT	39 200,00	-	8 000,00	-	-	-	8 000,00
2016	585/16.OBELLE	507 937,93	50%	253 968,97	-	-	-	253 968,97
2016	662/16.7BEALM	100 000,00	50%	50 000,00	-	-	-	50 000,00
2016	755/16.OBEALM	160 000,00	25%	-	40 000,00	-	-	40 000,00
2016	668/17.9BEALM (Antigo proc. 4508/16.TBALM)	81 500,00	25%	40 750,00	-	20 375,00	-	20 375,00
2016	521/16.3BEALM	166 557,46	50%	83 278,73	-	-	-	83 278,73
2017	8/17.7BEALM	50 000,00	50%	25 000,00	-	-	-	25 000,00
2018	166/18.3BEALM	220 782,25	50%	110 391,13	-	-	-	110 391,13
2019	762/19.1BEALM	94 400,00	25%	-	23 600,00	-	-	23 600,00
2019	843/19.1BEALM	50 000,00	25%	-	12 500,00	-	-	12 500,00
2019	135/19.6BEALM	30 000,01	25%	-	7 500,00	-	-	7 500,00
2019	505/19.0BEALM	7 740,00	25%	-	1 935,00	-	-	1 935,00
2016	1918/16.4BELSB	30 001,00	0%	5 000,00	-	-	5 000,00	-
Total		5 355 906,11		1 750 276,62	293 858,40	20 375,00	5 000,00	2 018 710,02

15.3. Divulgações para cada classe de passivo contingente à data de relato

À data de relato não são conhecidos passivos contingentes.

15.4. Divulgações para cada classe de ativo contingente à data de relato

À data de relato não são conhecidos ativos contingentes.

16. Efeitos de alterações taxas câmbio

De acordo com NCP 16 paragrafo 3 diferença de câmbio é a diferença que resulta da conversão de um determinado número de unidades de uma moeda para outra a diferentes taxas de câmbio.

Na aplicação da referida norma destacamos os valores que afetam resultados:

Descrição	Euros
Diferença de Cambio Desfavorável	5 213,63
Diferença de Cambio Favorável	5 028,96
Influência em Resultados	184,67

17. Acontecimentos após a data de relato

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de Março de 2020. Este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades públicas.

Até ao encerramento foi possível quantificar o impacto aproximado do surto COVID-19, no valor de cerca de 15. Milhões, não ficando desta forma refletidas estimativa nas demonstrações financeiras de 2019.

17.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas em 25 de junho de 2020 pelo Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, E.P.E.

17.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data de relato

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com um impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar relevada nas notas.

18. Instrumentos financeiros

18.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Após o reconhecimento inicial a Entidade deve mensurar, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados exceto quando os ativos financeiros que designe no momento do reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme notas seguintes

18.2.1 Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada Final
		Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienagões	Perdas Justo valor	Perdas Por Imparidade	Outras
Clientes	1 484 478,06		143 961,14	183 997 009,48			1 521 077,45	182 377 463,59
Estado e outros entes públicos	350 000,00							350 000,00
Outras contas a receber	33 157 982,39		191 040,48	180 298 709,43			629 029,81	177 858 838,59
Caixa e depósitos	175 280,25			784 674 032,44				780 612 242,10
								4 237 050,59

A rubrica Clientes tem um saldo devedor de 17.567.969,22€ foram constituídas perdas por imparidade acumuladas no montante de 15.861.061,59€.

Os clientes com maior peso:

Entidade	Principais Clientes
ARSLVT-ADMIN.REG.SAUD.LISBOA VALE DO TEJO,IP	834 928,98
CH BARREIRO MONTIJO EPR	36 158,97
CH LISBOA CENTRAL, EPR	29 401,86
ENTIDADES NAO CODIFICADAS	101 905,72
GNB-COMPANHIA DE SEGUROS, S.A,	75 364,56
INDEPENDENTES (TODOS OS MESES)	717 372,88
Liberty Seguros Companhia de Seguros y Reaseguros SA	22 604,82
SAUDACOR	134 205,61
SEGURADORAS UNIDAS, S.A.	158 846,09
ULSNA-UNID LOC SAÚDE NORTE ALENTEJANO, EPR	19 672,12
Total Geral	2 130 461,61

O saldo da rubrica estado e outros e entes público é composto por pagamentos especiais por conta por utilizar.

As outras contas a receber têm um saldo de 35.058.553,84 € repartido:

- Acréscimos de Proveitos com um montante de 29.558.554,28 €, as entidades que com maior peso nesta rubrica foram a ACSS com 13.874.249,87€, este montante é referente a estimativas de contrato programa,

assistência médica no estrangeiro, transplantes colheitas, programa de atrofia muscular e migrantes (conforme nota 2.6.) e a ARS com 11.423.595,45€ que diz respeito a estimativas de hemodiálise, diálise peritoneal e medicamentos biológicos.

Descrição	Valor
Contrato programa 2017- ACSS	5 253 228,72
Contrato programa 2018-ACSS	7 856 955,98
Hemodiálise -ARSLVT	4 568 968,67
Dialise- ARSLVT	6 558 624,35
Especializ Acresc Proveitos (rappel, apifarma)	1 489 684,46
Especializ Acresc Proveitos - Receita Própria	1 366 821,82
AME-ACSS	90 852,36
Transplantes e Colheitas-ACSS	319 905,73
Estimativa atrofia muscular-ACSS	159 000,00
Estimativa migrantes- ACSS	194 307,08
Medicamentos Biológicos -ARSLVT	296 002,43
Espec. Acresc Prov - Taxas Moderadoras	2 464 270,28
Total	29 558 554,28

- Outros Devedores diversos com o montante de 2.403.376.12€
- Devedores por acréscimo de bonificados e subsídios reembolsáveis com o montante de 4.847.148,80€ este é referente a subsídio reembolsável, efetuado através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), durante o ano de 2019 o HGO recebeu deste projeto 210.353,24€.
- Cauções entregues a terceiros no montante de 7.653.80€

18.2.2 Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada Final
		Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por impandade	Outros	Alienções	Perdas Justo valor	Perdas Por Impandade	Outras
Fornecedores	36 636 528,37			223 376 077,96				225 879 772,85
Adiantamento de clientes	31 913 481,67			136 285 586,51				170 688 966,72
Estado e outros entes públicos	3 085 116,08			41 046 973,78				40 919 896,73
Fornecedores Investimento	1 418 971,80			1 888 165,11				2 828 549,45
Financiamentos obtidos	5 062 846,93							5 062 846,93
Outras contas a pagar	40 673 487,44			246 342 066,79				243 770 242,59

Os fornecedores com maior peso:

Entidade	Principais Fornecedores
ABBVIE, LDA.	288 035,04
BRISTOL MYERS SQUIBB FARMA PORTUG SA	480 647,22
CH LISBOA OCIDENTAL, EPR	215 005,47
GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA .S.A	380 439,76
GILEAD - HEPATITE C	397 928,36
MEDTRONIC PORTUGAL ,LDA	257 586,51
ROCHE DIAGNOSTICO	219 005,21
SANDOZ FARMACEUTICA, LDA	275 157,02
SANOFI PRODUTOS FARMACEUTICOS LDA	270 719,85
ZENTIVA PORTUGAL LDA	262 574,93
Total Geral	3 047 099,37

- As dívidas a fornecedores apresentam uma redução face ao período homólogo em cerca de 7%.
- A rubrica adiantamento de clientes tem o montante de 56.520.071,46€

Os adiantamentos da ACSS tem um maior peso na rubrica de adiantamentos de clientes, este é referente ao contrato programa com o montante de 56.043.407,79€ com a seguinte distribuição de adiantamentos por ano:

Adiantamentos Contrato Programa			
Ano	2018	2019	Varição valor
2009	8 626,02	8 626,02	-
2010	4 016,70	4 016,70	-
2011	6 829 970,17	6 829 970,17	-
2012	2 858 671,03	2 858 671,03	-
2013	5 150 516,98	5 150 516,98	-
2014	1 316 709,58	8 945 894,25	7 629 184,67
2015	1 158 442,82	11 553 243,93	10 394 801,11
2016	- 1 368 751,47	- 1 368 751,47	-
2017	4 337 045,50	4 337 045,50	-
2018	11 377 525,35	11 377 525,35	-
2019		6 131 467,77	6 131 467,77
Hepátite		215 181,56	215 181,56
Total	31 672 772,68	56 043 407,79	24 370 635,11

O aumento de 24.370.635,11 na rubrica de adiantamento a clientes é justificado com o encerramento dos contratos programa de 2014 e 2015 no montante de 18.023.985,78€.

O montante de 476.663,67€ diz respeito a adiantamentos de outras entidades como seguradoras, utentes e outros clientes, para regularização de faturas.

- Estado e outros entes públicos tem um saldo de 3.22.393,13€
Este montante esta repartido; retenções sobre o rendimento referentes ao ano de 2019 no montante de 1.218.829,40€; IVA a pagar em 2019 no montante 83.021,40€ e contribuições a pagar à segurança social em 2019 referentes ao ano de 2019 no montante de 1.862.140,68 €.
- As dívidas de Fornecedores de Investimento acompanham a tendência de redução de dívida com uma redução de 81% face ao período homólogo.
- Os financiamentos obtidos têm o valor de 5.082.846,93€- Este valor é referente ao subsídio reembolsável.
- As outras contas a pagar têm o montante de 43.245.311,64€. Este montante é repartido:
 - Outros credores diversos que têm um maior peso com o montante de 24.410.930,18€, esta rubrica acompanha a redução de dívida, face ao período homólogo teve um decréscimo de 2%.
 - As outras operações com o pessoal têm um montante de 277.480,68€ apresenta uma redução de 15% face ao período homólogo.
 - Outros acréscimos de gastos com o valor de 18.507.011,66€, esta rubrica tem um acréscimo face ao período homólogo de 19%, sendo que os acréscimos relativos as férias e subsídios de férias a pagar ao pessoal tem um maior relevo com o montante de 12.550.839,80€.
 - O montante de acréscimo referente ao Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) distribuído por anos:

Ano	SIGIC
2017	7 572,65
2018	496 425,00
2019	2 329 890,84
Total	2 833 888,49

- o Cauções recebidas de terceiros no monte de 49.889,12€.

19. Benefícios dos empregados

19.1. Benefícios pós-emprego. Planos de benefícios definidos

Os benefícios do emprego classificam-se:

- Benefícios de curto prazo;
- Benefícios de médio e longo prazo;
- Outros benefícios pós-emprego;
- Benefícios de cessação.

Gastos com o Pessoal	2019	2018
Total Remunerações base	46 824 487,13	44 057 611,65
Total Subsídio de férias e Natal	8 403 959,31	7 361 251,95
Total de subsídio refeição	2 716 022,60	2 626 089,54
Total abonos e de ajudas de custo e de transp.	3 734 719,22	6 517 579,83
Total de remunerações por trabalho suplemen	11 643 871,55	6 896 090,18
Total de suplementos e outras remunerações	511 591,35	1 629 112,43
Total de Encargos com remunerações	17 438 217,15	15 496 296,53
Total	91 272 868,31	84 584 032,11

Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses).

Todo o pessoal ao serviço foi remunerado com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e subsídio de férias relativas ao período, por este ser coincidente com o ano cível, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões.

Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

20. Divulgações de partes Relacionadas

Apresentamos as transações efetuadas com as entidades integrantes do perímetro da consolidação de contas do ministério da saúde em 2019.

Divulgações de partes relacionadas Ganhos

Entidade	Distribuição por famílias			Total
	Prestações de serviços	Outros rendimentos e ganhos	Transferências e subsídios correntes obtidos	
ACSS, IP	144 597 243,63		18 538 573,89	163 135 817,52
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITARIO DO ALGARVE EPE	242,80			242,80
CH BARREIRO MONTUJO EPE	117 454,05	71,70		117 525,75
CH LISBOA NORTE, EPE	4 057,51	11 555,91		15 613,42
CH LISBOA OCIDENTAL, EPE	2 382,10			2 382,10
CH SETUBAL EPE	12 924,62	529,64		13 454,26
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, IP			209 014,20	209 014,20
IPO-LISBOA, EPE	38 509,90	2 977,20		35 532,70
ULS LITORAL ALENTEJANO EPE	16 708,26			16 708,26
ULSBA-UNID LOC SAUDE BAIXO ALENTEJO, EPE	5 303,00			5 303,00
ULSNA-UNID LOC SAUDE NORTE ALENTEJANO, EPE	37 897,53			37 897,53
UNID LOCAL SAUDE CASTELO BRANCO, EPE	29 511,90			29 511,90
Total	144 862 235,30	9 180,05	18 747 588,09	163 619 003,44

Divulgações de partes relacionadas Gastos

Entidade	Distribuição por famílias				Total
	Custos Mercadorias Vendidas e materias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com Pessoal	Outros Gasto e Perdas	
ACSS, IP		45 273			45 273
CH BARREIRO MONTUJO, EPE		701		1 401	700
CH LISBOA NORTE, EPE		13 033			13 033
CH LISBOA OCIDENTAL, EPE		86 433			86 433
CH PORTO, EPE		4 835			4 835
CH PSIQUIATRICO DE LISBOA, IP		3 398			3 398
CH SAO JOAO, EPE		1 090			1 090
CH SETUBAL, EPE		124			124
DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE		3 933			3 933
ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE				18 275	18 275
HOSPITAL FERNANDO FONSECA, EPE		140 716			140 716
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, IP		1 300		35 664	36 964
IPO-LISBOA, EPE		3 987			3 987
SUCH - SERV. UTILIZ. COMUM HOSPITAIS, IP		1 139 543		3 500	1 143 043
ULS LITORAL ALENTEJANO EPE		6 966			6 966
Total	-	1 451 332,26	-	56 038,44	1 507 370,70

21. Outras Informações

Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Impostos em mora

A entidade apresentação a sua situação regularizada perante as finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

Dívidas à segurança social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

Prémio sobre os resultados com base em ações

A entidade não distribui qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

Handwritten signature and initials:
Af
NN
@x

Ações próprias

A entidade não detém de ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor 2019	Valor 2018	Variação %
Subcontratos	7 015 009,75	6 079 655	15%
Serviços Especializados	13 775 253,69	11 944 582	15%
Alimentação	1 871 562,48	1 802 447	4%
Lavandaria	664 220,38	521 548	27%
Vigilância e Segurança	777 642,45	655 905	19%
Conservação e Reparação	3 390 433,76	3 320 878	2%
Honorários	2 416 793,49	2 013 456	20%
Serviços Técnicos de RH	2 141 871,36	1 532 172	40%
Materiais de consumo	28 180,12	30 982	-9%
Energia e fluidos	2 500 917,61	2 327 120	7%
Eletricidade	1 410 326,72	1 281 720	10%
Água	423 894,02	370 526	14%
Outros Fluidos	619 251,45	621 001	0%
Deslocações, estadas e transportes	572 098,35	628 908	-9%
Serviços diversos	2 549 494,21	2 384 949	7%
Rendas e Aluguéis	396 104,99	438 996	-10%
Comunicação	228 953,02	236 611	-3%
Limpeza, Higiene e conforto	1 914 408,92	1 699 680	13%
Total	26 440 953,73	23 396 197	13%

A rubrica do FSE teve um aumento o face ao período homólogo em cerca de 13%. Sendo que contribui mais para este aumento foram os subcontratos e os serviços especializados.

Outros Gastos e Perdas

Conta	Descrição	R 2019-12	R 2018-12	Var. %19/18	Orçamentado	Var. %19/Orçamentado
68	Outros Gastos	18 851 278,40	2 475 550,28	661,50%	1 605 850,00	1073,91%

A Rubrica outros gasto teve um aumento significativo face ao período homólogo em 661.5%. Este é devido ao impacto do encerramento dos contratos programa de 2014 e 2015 que contribuíram com um impacto negativo no valor de 18.023.986€. O acerto das estimativas consideradas nos exercícios anteriores e cujo impacto é relevado nos custos deste exercício, desvirtua a análise do que foi a trajetória operacional do ano de 2019, uma vez que sem o impacto do fecho dos contratos programa de 2014 e 2015, o HGO obterá um EBITDA positivo de 2,3 milhões de euros e um aumento dos custos totais em apenas 4,6%, ao invés dos 11% verificados.

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A Circular normativa nº6/2019/ACSS de 21 de março vem estabelecer instruções para normalização dos registos contabilísticos associados a execução dos Contratos programa, programas verticais e Convenções Internacionais, tendo também em consideração a implementação do referencial contabilístico SNC-AP.

22. NCP 26 - Contabilidade e Relato orçamental

No exercício de 2019, o HGO reportou e elaborou, pela primeira vez, as Demonstrações orçamentais constantes da NCP26. Apesar do esforço feito, ainda não foi possível apresentar todas as demonstrações orçamentais contempladas na norma, no entanto, num esforço contínuo de melhoria, pretende o HGO no exercício seguinte dar cumprimento integral ao estabelecido na NCP26.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Desmonstração de Desempenho Execução Orçamental

Rubrica	Rubrica Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)				Fundos Alheios	Total 2018	Total 2018
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. de UE	Empréstimos			
R001	Saldo de gestão anterior	117 958,00	-	-	-	-	117 958,00	
R003	Operações Orçamentais (1)	117 958,00	-	-	-	-	117 958,00	
R03	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	-	-	
R1	Receita Corrente	173 748 815,00	-	-	-	-	173 748 815,00	
R1.1	Receita Fiscal	-	-	-	-	-	-	
R1.2	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 810 218,00	-	-	-	-	1 810 218,00	
R4	Recebimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	
R5	Transferências e subsídios correntes	98 108,00	-	-	-	-	98 108,00	
R5.1	Transferências correntes	98 108,00	-	-	-	-	98 108,00	
R5.1.1	Administrações Públicas	98 108,00	-	-	-	-	98 108,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	
R5.1.2	Exterior - U.E.	-	-	-	-	-	-	
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	
R6	Venda de bens e serviços	171 731 048,00	-	-	-	-	171 731 048,00	
R7	Outras receitas correntes	400 442,00	-	-	-	-	400 442,00	
R7	Receita Capital	34 638,00	-	-	-	-	34 638,00	
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	
R8	Transferências e subsídios de capital	8 002,00	-	-	-	-	8 002,00	
R8.1	Transferências de capital	8 002,00	-	-	-	-	8 002,00	
R8.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	
R8.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	
R8.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	
R8.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
R8.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
R8.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	
R8.1.2	Exterior - U.E.	-	-	-	-	-	-	
R8.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	
R8.2	Subsídios de capital	8 002,00	-	-	-	-	8 002,00	
R10	Outras receitas de capital	28 638,00	-	-	-	-	28 638,00	
R11	Repetições não cobertas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	
R11	Receita efetiva (2)	173 783 483,00	-	-	-	-	173 783 483,00	
R12	Receita não efetiva (3)	3 298 883,00	-	-	-	-	3 298 883,00	
R13	Receita com efeitos financeiros	-	-	-	-	-	-	
R13	Receita com passivos financeiros	3 298 883,00	-	-	-	-	3 298 883,00	
	Soma (4) = (2)+(3)+(5)	177 182 374,00	-	-	-	-	177 182 374,00	
D1	Despesas Corrente	189 341 885,00	-	-	-	-	189 341 885,00	
D1.1	Despesas com pessoal	80 488 978,00	-	-	-	-	80 488 978,00	
D1.1	Remunerações Correntes e Permanentes	57 318 502,00	-	-	-	-	57 318 502,00	
D1.2	Alugueres, Variações e Eventuais	14 964 087,00	-	-	-	-	14 964 087,00	
D1.3	Segurança Social	18 178 385,00	-	-	-	-	18 178 385,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	78 720 837,00	-	-	-	-	78 720 837,00	
D3	Juros e outros encargos	9 984,00	-	-	-	-	9 984,00	
D4	Transferências e subsídios correntes	1 348,00	-	-	-	-	1 348,00	
D4.1	Transferências correntes	1 348,00	-	-	-	-	1 348,00	
D4.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	
D4.1.3	Famílias	1 348,00	-	-	-	-	1 348,00	
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	
D5	Outras despesas correntes	180 743,00	-	-	-	-	180 743,00	
D6	Despesas Capital	3 619 038,00	-	-	-	-	3 619 038,00	
D7	Aquisição de bens de capital	3 619 038,00	-	-	-	-	3 619 038,00	
D7.1	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	
D9	Despesas com efeitos financeiros	-	-	-	-	-	-	
D9	Despesa efetiva (6)	173 060 923,00	-	-	-	-	173 060 923,00	
D10	Despesa não efetiva (7)	-	-	-	-	-	-	
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	
DOT1	Operações de tesouraria (C)	-	-	-	-	-	-	
	Soma (7) = (6)+(7)	173 060 923,00	-	-	-	-	173 060 923,00	
	Operações de Tesouraria	4 237 051,00	-	-	-	-	4 237 051,00	
	Operações Orçamentais (8)=(4)-(7)	4 237 051,00	-	-	-	-	4 237 051,00	

Esta demonstração evidencia todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

[Handwritten signature]
A.F.
m.c.B.

Demonstração de execução orçamental Despesa

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de exercícios anteriores (€)	Despesas corrigidas (€)	Cálculo / Saldo (€)	Compromissos (€)	Despesa (€)	Período corrente (€)	Total (€ = (6) + (7))	Compromissos + Saldo (€ = (4) + (8))	Despesa por pagar (€ = (8) - (9))	Graf. da execução orçamental	
											Período anterior (1) = Agosto-19	Período corrente (2) = Setembro-19
D1	Despesas com pessoal	1 270 320,71	60 487 335,00		61 657 350,00	60 487 335,00	60 487 335,00	60 487 335,00	3 491 372,48		94,08	67,94
D1.1	Remuneração do pessoal	1 270 320,71	60 487 335,00		61 657 350,00	60 487 335,00	60 487 335,00	60 487 335,00	3 491 372,48		94,08	67,94
D1.2	Aluguer de terrenos e edifícios	1 270 320,71	60 487 335,00		61 657 350,00	60 487 335,00	60 487 335,00	60 487 335,00	3 491 372,48		94,08	67,94
D1.3	Aluguer de veículos	1 270 320,71	60 487 335,00		61 657 350,00	60 487 335,00	60 487 335,00	60 487 335,00	3 491 372,48		94,08	67,94
D2	Despesas com bens e serviços	50 871 762,10	8 854 284,00		59 726 046,10	50 871 762,10	50 871 762,10	50 871 762,10	1 332 687,42		160,00	62,52
D3	Despesas com energia	4,02	14 016,00		14 020,02	4,02	4,02	4,02	28 230 867,74		54,38	35,19
D4	Transferências e subvenções correntes	1 345,00	1 345,00		2 690,00	1 345,00	1 345,00	1 345,00	1,00		160,27	
D4.1	Transferências correntes	1 345,00	1 345,00		2 690,00	1 345,00	1 345,00	1 345,00	1,00		160,27	
D4.1.1	Transferências correntes	1 345,00	1 345,00		2 690,00	1 345,00	1 345,00	1 345,00	1,00		160,27	
D4.1.2	Transferências correntes	1 345,00	1 345,00		2 690,00	1 345,00	1 345,00	1 345,00	1,00		160,27	
D4.1.3	Transferências correntes	1 345,00	1 345,00		2 690,00	1 345,00	1 345,00	1 345,00	1,00		160,27	
D5	Despesas com juros	261,00	68 234,00		68 495,00	261,00	261,00	261,00	724 235,18		160,00	165,18
D6	Despesas com juros	1 684 402,04	8 854 284,00		10 538 686,04	1 684 402,04	1 684 402,04	1 684 402,04	3 610 033,00		41,52	72,02
		62 884 170,11	192 870 920,00		255 755 090,11	62 884 170,11	62 884 170,11	62 884 170,11	3 610 033,00		56,71	79,96

De acordo com a NCP 26, esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar. Contempla ainda a informação das dotações corrigidas, obtidas através da demonstração de alterações orçamentais à despesa. O ciclo orçamental da despesa obedece às seguintes fases de forma sequencial: compromissos, obrigações e pagamento. Sendo que, a análise das rubricas orçamentais, obedece a alguns requisitos, nomeadamente o cabimento não pode ser superior a dotação disponível (que se obtém pela soma ou subtração da dotação inicial com as alterações orçamentais), o compromisso não pode exceder o cabimento, a obrigação não pode exceder o compromisso e o pagamento não pode exceder a obrigação.

Verifica-se que o HGO teve uma execução face às despesas por pagar de períodos anteriores de 56%, ou seja, liquidamos mais de 50% do valor em dívida de anos anteriores. Já relativo ao período corrente o valor da execução aumenta para 79%, ou seja este valor e muito influenciado pelos valores pagos nas rubricas D1 – Despesas com o pessoal, pois o valor processado é logo pago no próprio ano, à exceção dos valores dos impostos de Dezembro que só são pagos em Janeiro de 2020.

Ao longo do ciclo orçamental foi necessário efetuar alterações orçamentais, desta forma e a nível das alterações orçamentais que o Hospital Garcia de Orta efetuou, verifica-se que a nível da dotação tivemos um reforço de 2.905.003€ (aumento de 3%) na rubrica 01 - Despesas com o pessoal, este reforço foi obtido no âmbito do Despacho n.º 28-A/2019/SEQ, 07 de novembro, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, para aplicação exclusiva em despesas com pessoal. À semelhança da receita, as rubricas D2 - Aquisição de bens e serviços (aumento de 18%) e D6 - Aquisição de bens de capital (aumento de 10%) estão muito influenciadas, pelos reforços que obtivemos nos 4 despachos de entradas de capital de 2019. Contudo, durante o ano de 2019, o Hospital Garcia de Orta, fez três pedidos nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), as seguintes alterações orçamentais entre serviços integrados ou entre serviços e fundos autónomos ou entre aqueles subsectores, dentro do mesmo programa, estão excluídas da gestão flexível: "b) As que envolvam uma redução das verbas orçamentadas ou uma redução de verbas de receitas gerais, nas despesas com produtos químicos, farmacêuticos e vendidos nas farmácias, nas despesas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade, (...)"

Demonstração de execução orçamental Receita

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar do período anterior (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações acumuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Período anterior (6)	Receitas cobradas líquidas		Recursos por cobrar no final do período (11)	Graf. de execução Orçamental	
							Emitidos (8)	Pagos (7)		Período corrente (9)	TOTAL (10)		Períodos Anteriores (12) - (09/2019)	Período Corrente (13) - (09/2019)
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 062 741,00	123,00	1 525 410,00	23 253,00	1 510 095,00	-	-	123,00	1 510 095,00	1 510 219,00	13 001,00	100,00	99,00
R5	Transferências e subsídios correntes	137 900,00	6 800,00	175 694,00	68 952,00	91 306,00	-	-	6 800,00	91 306,00	98 106,00	19 425,60	100,00	51,97
R5.1	Transferências correntes	137 900,00	6 800,00	175 694,00	68 952,00	91 306,00	-	-	6 800,00	91 306,00	98 106,00	15 425,60	100,00	51,97
R5.1.1	Administrações Públicas	137 900,00	6 800,00	175 694,00	68 952,00	91 306,00	-	-	6 800,00	91 306,00	98 106,00	15 425,60	100,00	51,97
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	137 900,00	6 800,00	175 694,00	68 952,00	91 306,00	-	-	6 800,00	91 306,00	98 106,00	15 425,60	100,00	51,97
R6	Venda de bens e serviços	102 926 169,00	1 689 455,00	174 027 703,00	1 366 887,00	171 192 036,00	-	-	539 012,00	171 192 036,00	171 731 040,00	20 786 286,74	100,00	97,86
R7	Outras receitas correntes	619 823,00	16 798 916,00	1 257 356,00	229 390,00	366 460,00	-	-	42 902,00	366 460,00	409 442,00	-	0,26	25,15
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	8 200,00	-	21 318,00	-	8 002,00	-	-	-	8 002,00	8 002,00	-	-	37,54
R9.1	Transferências de capital	8 200,00	-	21 318,00	-	8 002,00	-	-	-	8 002,00	8 002,00	-	-	37,54
R9.1.3	Outras	8 200,00	-	21 318,00	-	8 002,00	-	-	-	8 002,00	8 002,00	-	-	37,54
R10	Outras receitas de capital	27 000,00	-	26 636,00	-	26 636,00	-	-	-	26 636,00	26 636,00	-	-	100,00
R13	Receita com passivos financeiros	7 293 815,00	-	3 296 593,00	-	3 296 593,00	-	-	-	3 296 593,00	3 296 593,00	-	-	100,00
R14	Saldo da gestão anterior - operações o.	117 656,00	-	117 656,00	-	117 656,00	-	-	-	117 656,00	117 656,00	-	-	100,00
		192 993 404,00	18 493 294,00	181 348 628,00	1 688 482,00	176 609 057,00	-	-	588 917,00	176 609 057,00	177 197 974,00	20 814 683,40	3,18	97,39

De acordo com a NCP 26, tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Deve ainda contemplar informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita. O ciclo orçamental da receita obedece às seguintes fases de forma sequencial: inscrição de previsão da receita, liquidação da receita e recebimento.

A nível da execução do Hospital Garcia de Orta, verifica-se que executamos muito próximo das 100% na maioria das rubricas, à exceção das outras receitas correntes (29,15%) e nas transferências e subsídios de capital (37,54%). A rubrica R10 - Outras receitas de capital, inclui as indemnizações recebidas (13.01.01), no entanto esta rubrica não tinha qualquer valor orçamentado, todavia o HGO, recebeu cerca de 26.636,12€ referente a uma indemnização da Fidelidade.

Handwritten signature and initials:
M. Af
M. Af

Demonstração de Execução ao plano plurianual de investimentos

Objetos (1)	Número do Projeto (2)	Descrição do projeto (3)	Pública Organizad (4)	Forma de realização (5)	Fontes de Financiamento			Datas		Montante Previsto			Montante executado		Total	Limit de execução		Limit de execução financeira global (10)
					PP (7)	UE (8)	EXT (9)	Início (10)	Fim (11)	Ano 2019 (12)	Anos seguintes (13)	Total (14) (12+13)	Anos seguintes (15)	Ano 2019 (16)	Total (17) (15+16)	Financeira anual (18)	Financeira anual (19)	
AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESSAD	10530.0001	POSEUR 2020 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas	07.01.15	-	-	-	-	2017	2019	221 443,00	-	221 443,00	-	1 981,23	-	-	5%	0%
	10530.0001	POSEUR 2020 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas	07.01.15	-	-	-	-	2017	2019	4 207 403,00	-	4 207 403,00	-	210 353,38	-	-	5%	0%

Não se verificou alteração à dotação no orçamento referentes a projetos identificados no orçamento 2019 (devidamente reportados no SOE da DGO).


Verifica-se que o HGO obteve uma taxa de execução de 5% nos dois projetos. Estes valores estão refletidos nas demonstrações orçamentais de receita e da despesa nas fontes de financiamento 362 e 432

nn.  

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

HOSPITAL GARCIA DE ORTA EPE

ANO: 2019


Aut
114
ad
nn.

Alterações Orçamentais da despesa

			Despesa				
Rúbrica	Designação	Tipo	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Críticos Especiais	
s							
D1	Despesas com o pessoal	P	87 552 332,00	5 316 193,00	5 316 193,00	2 905 003,00	90 457 335,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	P	59 921 055,00	922 597,00	1 585 143,00	2 905 003,00	62 163 512,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	P	10 203 435,00	2 692 087,00	2 692 087,00	-	10 203 435,00
D1.3	Segurança Social	P	17 427 842,00	1 701 509,00	1 038 963,00	-	16 090 388,00
D2	Aquisição de bens e serviços	P	71 807 124,00	4 379 922,00	4 785 866,00	23 933 114,00	95 334 294,00
D3	Juros e outros encargos	P	12 558,00	9 523,00	8 063,00	-	14 018,00
D4	Transferências e subsídios correntes	M	7 264,00	-	5 918,00	-	1 346,00
D4.1	Transferências correntes	P	7 264,00	-	5 918,00	-	1 346,00
D4.1.1	Administrações Públicas	P	-	-	-	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	M	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	P	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança Social	M	-	-	-	-	-
D4.1.1.4	Administração Regional	M	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	M	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	M	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias	P	7 264,00	-	5 918,00	-	1 346,00
D4.1.4	Outras	M	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	M	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	P	50 288,00	17 946,00	-	-	68 234,00
D6	Aquisição de bens de capital	P	6 219 733,00	1 923 027,00	1 147 161,00	-	6 995 599,00
D7	Transferência e subsídios de capital	M	-	-	-	-	-
D7.1	Transferências de capital	M	-	-	-	-	-
D7.1.1	Administrações Públicas	M	-	-	-	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	M	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	M	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança Social	M	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração Regional	M	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração Local	M	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	M	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	M	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	M	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	M	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	M	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	M	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	M	-	-	-	-	-
			165 649 299,00	11 646 611,00	11 263 201,00	26 838 117,00	192 870 826,00

A nível das alterações orçamentais que o Hospital Garcia de Orta efetuou, verifica-se que a nível da dotação tivemos um reforço de 2.905.003€ (aumento de 3%) na rubrica 01 - Despesas com o pessoal, este reforço foi obtido no âmbito do Despacho n.º 28-A/2019/SEO, 07 de novembro, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, para aplicação exclusiva em despesas com pessoal. Há semelhança da receita, a rubrica D2 - Aquisição de bens e serviços (aumentou de 18%) e D6 - Aquisição de bens de capital (aumentou de 10%) estão muito influenciadas, pelos reforços que obtivemos nos 4 despachos de entradas de capital de 2019.

Alterações Orçamentais da receita

Rúbrica	Designação	Tipo	Recargas					Previsões Corrigidas
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais				
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
R1	Receita Fiscal	M						
R1.1	Impostos diretos	M						
R1.2	Impostos indiretos	M						
R2	Contribuições para sistemas de proteção	M						
R3	Taxas, multas e outras penalidades	P	1 864 541,00	8 000,00	9 800,00	-	1 862 741,00	
R4	Rendimentos de propriedade	M				-		
R5	Transferências e subsídios correntes	M				-	-	
R5.1	Transferências correntes	M				-		
R5.1.1	Administrações Públicas	P	137 900,00				137 900,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	M						
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	P	137 900,00				137 900,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	M			-			
R5.1.1.4	Administração Regional	M						
R5.1.1.5	Administração Local	M		-	-			
R5.1.2	Exterior - U E	M						
R5.1.3	Outras	M						
R5.2	Subsídios correntes	M						
R6	Venda de bens e serviços	P	158 998 232,00	529 368,00	235 380,00	23 633 949,00	182 926 169,00	
R7	Outras receitas correntes	P	445 843,00	173 996,00	16,00		619 823,00	
R8	Venda de bens de investimento	M			-			
R9	Transferências e subsídios de capital	M		8 200,00		-	8 200,00	
R9.1	Transferências de capital	M		8 200,00		-	8 200,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	M	-					
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	M	-	-				
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	M	-		-			
R9.1.1.3	Segurança Social	M						
R9.1.1.4	Administração Regional	M				-		
R9.1.1.5	Administração Local	M				-		
R9.1.2	Exterior - U E	M	-			-	-	
R9.1.3	Outras	M		8 200,00			8 200,00	
R9.2	Subsídios de capital	M						
R10	Outras receitas de capital	M		27 000,00			27 000,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	M						
R12	Receita com ativos financeiros	M					-	
R13	Receita com passivos financeiros	P	4 207 403,00			3 086 210,00	7 293 613,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações o M			-		117 958,00	117 958,00	
			185 653 919,00	746 564,00	245 196,00	26 838 117,00	192 993 404,00	

Verifica-se que o HGO nível da previsão tivemos um aumento mais expressivo nas rubricas R6 (aumentou 15%) e R13 (aumentou 73%). Estas rubricas estão muito influenciadas, pelos reforços que obtivemos nos 4 despachos de entradas de capital de 2019. Também efetuamos uma alteração Orçamental na rubrica R10 – Outras receitas de Capital, referentes à indemnização referida na Demonstração Orçamental da Receita.

Transferências e subsídios recebidos

Tipo de Receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4)-(5)	Devolução da transferência/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações
Receita não efetiva	Aviso de Concurso: POSEUR-03-2016-65	Educação Energética	POSEUR	5 108 191,69	236 698,05	4 872 493,64		Subsídio Reembolsável
Receita não efetiva	Aviso de Concurso: LISBOA-42-2018-38	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Portugal 2020	1 056 131,72	1 022 025,98	34 105,74		Subsídio Não Reembolsável

Os subsídios recebidos pelo HGO, dizem respeito os projetos relacionados com o POSEUR com o Aviso de Concurso: POSEUR-03-2016-65 e com o Portugal 2020 com o Aviso de Concurso: LISBOA-42-2018-38.

Verifica-se que a taxa de execução do projeto POSEUR 03-2016-65 foi de 5% enquanto que a taxa de execução do projeto LISBOA-42-2018-38 foi de 97%.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

Dívidas por antiguidade de saldos

Rubrica Agregadora	Total Dívida		Total Dívida		Total Intervalos		Total Intervalos		Total Intervalos		Total Intervalos		Total Pagamentos Em		Total Dívida Por		Total Dívida	
	Vencida Curto Prazo		Vencida Médio Longo Prazo		Antiguidade Dívida Vencida Menor 90 Dias		Antiguidade Dívida Vencida De 90 a 180 Dias		Antiguidade Dívida Vencida De 180 a 365 Dias		Antiguidade Dívida Vencida Maior 365 Dias		Ataço		Curto Prazo		Médio Longo Prazo	
DTAS11-Despesas de pessoal	1 761 095,71	-	-	-	2 681,65	-	-	-	-	-	110,00	-	110,00	-	1 759 525,06	-	-	1 759 525,06
DTAS12-SS - Encargos com saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS13-SS - Contribuições de segurança social	1 281 881,92	-	-	-	983,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 280 898,36	-	-	1 280 898,36
DTAS14-SS - Outras	51 789,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51 789,06	-	-	51 789,06
DTAS15-Aquisições de bens e serviços	12 672 354,33	26 512 616,82	-	-	5 738 753,44	1 345 716,99	154 091,38	-	1 020 200,00	-	-	-	479 608,37	-	18 890 755,14	26 512 616,82	-	45 403 372,96
DTAS16-Juros e outros encargos	1,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,09	-	-	1,09
DTAS17-Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS18-Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS19-Outras despesas correntes	250,00	-	-	-	1 400,96	-	36,26	-	-	-	-	-	36,26	-	1 114,70	-	-	1 114,70
DTAS21-Aquisições de bens de capital	101 684,31	-	-	-	178 652,87	13 067,77	72 934,08	-	16 106,00	-	-	-	102 188,65	-	381 925,83	-	-	381 925,83
DTAS22-Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS23-Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS24-Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DTAS25-Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	15 888 057,42	26 512 616,82	-	-	5 911 703,14	1 358 784,76	227 061,72	-	1 000 903,20	-	-	-	587 843,23	-	22 982 700,84	26 512 616,82	-	48 575 387,48

O Mapa de Antiguidade de dívida, como o próprio nome indica, expressa o valor que o Hospital Garcia de Orta tem em dívida. No entanto, apenas consta o valor da dívida relativo as faturas conferidas e as notas de crédito, não estando espelhado o valor das faturas em conferência.

Handwritten signature and initials.

ANEXO – ATA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2019




22. Contabilidade e Relato orçamental

22.1. Demonstração de Desempenho Execução Orçamental – Despesa

De acordo com a NCP 26, esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar. Contempla ainda a informação das dotações corrigidas, obtidas através da demonstração de alterações orçamentais à despesa.

O ciclo orçamental da despesa obedece às seguintes fases de forma sequencial: cabimentos, compromissos, obrigação e pagamento.

Sendo que, a análise das rubricas orçamentais, obedece a alguns requisitos, nomeadamente o cabimento não pode ser superior a dotação disponível (que se obtém pela soma ou subtração da dotação inicial com as alterações orçamentais), o compromisso não pode exceder o cabimento, a obrigação não pode exceder o compromisso e o pagamento não pode exceder a obrigação.

Ao longo do ciclo orçamental é necessário efetuar alterações orçamentais, desta forma e a nível das alterações orçamentais que o Hospital Garcia de Orta efetuou, verifica-se que a nível da dotação tivemos um reforço de 2.905.003€ (aumento de 3%) na rubrica 01 - Despesas com o pessoal, este reforço foi obtido no âmbito do Despacho n.º 28-A/2019/SEO, 07 de novembro, do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, para aplicação exclusiva em despesas com pessoal.

À semelhança da receita, as rubricas D2 - Aquisição de bens e serviços (aumentou de 18%) e D6 - Aquisição de bens de capital (aumentou de 10%) estão muito influenciadas, pelos reforços que obtivemos nos 4 despachos de entradas de capital de 2019.

Contudo, durante o ano de 2019, o Hospital Garcia de Orta, fez três pedidos nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), as seguintes alterações orçamentais entre serviços integrados ou entre serviços e fundos autónomos ou entre aqueles subsectores, dentro do mesmo programa, estão excluídas da gestão flexível: "b) As que envolvam uma redução das verbas orçamentadas ou uma redução de verbas de receitas gerais, nas despesas com produtos químicos, farmacêuticos e vendidos nas farmácias, nas dotações relativas a despesas que apresentem pagamentos em atraso, nas despesas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade, (...);"

22.2. Demonstração de Desempenho Execução Orçamental – Receita

De acordo com a NCP 26, tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Deve ainda contemplar informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita.

O ciclo orçamental da receita obedece às seguintes fases de forma sequencial: inscrição de previsão da receita, liquidação da receita e recebimento.

A nível da execução do Hospital Garcia de Orta, verifica-se que a nível da dotação inicial tivemos um aumento mais expressivo nas rubricas R6 (aumentou 15%) e R13 (aumentou 73%). Estas rubricas estão muito influenciadas, pelo reforço que obtivemos nos 4 despachos de entradas de capital de 2019.

A rubrica R10 - Outras receitas de capital, inclui as indemnizações recebidas (13.01.01), no entanto esta rubrica não tinha qualquer valor orçamentado, todavia o HGO, recebeu cerca de 26.636,12€ referente a uma indemnização da Fidelidade.

22.3. Demonstração de Desempenho Execução Orçamental

Esta demonstração evidencia todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

ANEXO – ATA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2019



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO de ATA nº 32/2020

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, realizou-se a Reunião do Conselho de Administração (CA) do Hospital Garcia de Orta, E.P.E, presidida pelo Senhor Presidente, Dr. Luis Amaro e com a presença da Senhora Vogal Executiva, Dra. Ana Sofia Ferreira, do Senhor Diretor Clínico, Dr. Nuno Marques e da Senhora Enfermeira Diretora, Enfª. Paula Realista. -----

O Conselho de Administração deliberou:

1 – Aprovar o Relatório e Contas referente ao ano de 2019.

.../...

Luis Amaro
Presidente do Conselho de Administração

Sofia Ferreira
Vogal Executiva

Nuno Marques
Diretor Clínico

Paula Realista
Enfermeira Diretora